

Universidade Camilo Castelo Branco

Campus de Fernandópolis

MARIA ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA MACEDO GRINET

PÃES DA TERRA E QUINTAIS SEM CERCAS:
RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE CAIÇARA E O
DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

BREADS FROM EARTH AND BACKYARDS WITHOUT FENCES:
RELATIONS BETWEEN CAIÇARA IDENTITY AND CITY DEVELOPMENT

Fernandópolis, SP

2015

Maria Assunção de Oliveira Macedo Grinet

PÃES DA TERRA E QUINTAIS SEM CERCAS:
RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE CAIÇARA E O
DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Camilo Castelo Branco, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Fernandópolis, SP

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

GRINET, Maria Assunção de Oliveira Macedo
G877P Pães da Terra e Quintais sem Cercas: Relações entre Identidade Caiçara e o Desenvolvimento da Cidade / Maria Assunção de Oliveira Macedo Grinet - São José dos Campos: SP / UNICASTELO, 2015.

106f. il.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Camilo Castelo Branco, para complementação dos créditos para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

1. Cultura. 2. Sociedade. 3. Sobrevivência.

I. Título

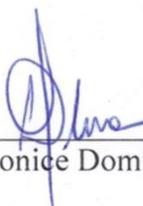
CDD: 574

TERMO DE APROVAÇÃO

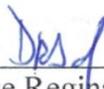
MARIA ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA MACEDO GRINET

**“PÃES DA TERRA E QUINTAIS SEM CERCAS: ESSÊNCIA DA IDENTIDADE
CAIÇARA DE CARAGUATATUBA-SP”**

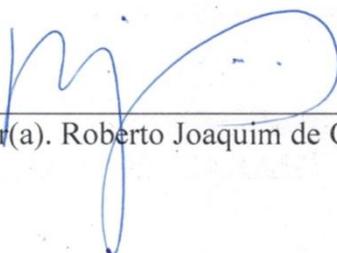
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Camilo Castelo Branco, pela seguinte banca examinadora:



Prof(a). Dr(a). Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima(Presidente)



Prof(a). Dr(a). Denise Regina da Costa Aguiar



Prof(a). Dr(a). Roberto Joaquim de Oliveira

São Paulo, 13 de outubro de 2015.

Presidente da Banca Prof(a). Dr(a). Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO
(inserir aqui)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao Miguel e à Estela, meus mui amados netos caiçaras, que comprometeram meu olhar, disponibilizaram meu empenho e perpetuaram meu respeito, conduzindo-me na busca pela preservação da memória de seus antepassados, e do lugar em que, num amálgama, criaram o *ethos* do município, que agora também lhes pertence e que urge recuperar!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer meu marido, Lamartine Juberto Macedo Grinet, gueromimi moderno, por cujos olhos conheci e desvendei Caraguatatuba, seus encantos, hábitos e tradições, que despertaram meu amor e minha lealdade para sempre. A ele, que por muito conhecer de mim, minhas limitações e dificuldades, a grande distância, no tempo, entre minhas experiências acadêmicas e o atual desafio do Mestrado, permaneceu atento aos momentos de dificuldade e desânimo, impedindo-me de sucumbir ao conforto da desistência, exortando-me à continuidade e conclusão do trabalho, sabedor de que era exatamente isso que esperava dele.

Agradeço também aos meus filhos, Ana Flávia Grinet Betarello e Danilo de Oliveira Macedo Grinet, pelas muitas leituras pacientes do texto, pelas longas conversas, pelas correções, por suas opiniões, por suas sugestões, pelo estímulo contínuo, pela objetividade de suas críticas. Sobretudo pela fé que tiveram em mim e pelo entusiasmo que, caixaras, tiveram com o tema e o desenvolvimento do trabalho, cúmplices da retomada que aqui proponho. Foram juízes e anjos, inflexíveis e ternos, e ajudaram no parto simbólico desse trabalho que lhes remexeu as raízes.

Agradeço ainda, e por razões semelhantes, à minha Orientadora, Professora Doutora Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima que, ao rejeitar, de modo enfático e objetivo, as justificativas para a produção inicial que encontrou em meu trabalho, logrou alcançar mudança fundamental nos procedimentos inadequados, resultando no trabalho que poderá ser agora apresentado. Mais do que a mera conclusão do trabalho, ela o favoreceu com o entusiasmo que sua retidão e profissionalismo me proporcionaram, a partir da postura que exigiu desta sua grata orientanda.

PÃES DA TERRA E QUINTAIS SEM CERCAS: RELAÇÕES ENTRE IDENTIDADE CAIÇARA E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

RESUMO

Os Tupinambás, considerados os ancestrais de todas as tribos Tupis que habitavam o litoral brasileiro ao longo do século XVI, formavam um contingente populacional em torno de cem mil indivíduos, sendo ainda os indígenas mais conhecidos dos europeus. Seus domínios se estendiam do cabo de São Tomé - RJ, até o Rio Juqueriquerê, em Caraguatatuba – SP, onde eram denominados Gueromimis. A vila de Caraguatatuba, que surge no Litoral Norte de São Paulo, no início do século XVII, resultou do encontro dos povos indígenas (gueromimis), brancos (portugueses, predominantemente) e poucos negros (escravos, forros e livres). Interagindo e isolados em relação ao restante do país, desenvolveram uma cultura e sociedade com características próprias, das quais destacaremos alguns aspectos relevantes para a compreensão do esforço de sobrevivência da comunidade. Com vocação ambientalista e turística, uma vez que se localiza à beira mar e dentro da Área de Preservação ambiental da Serra do Mar e da Mata Atlântica, o município de Caraguatatuba se constitui do resultado desta multicultura que influencia até os dias atuais as relações sociais e a relação dessa população com o meio ambiente. Neste contexto, esta pesquisa realiza um resgate histórico, privilegiando as formas de relação homem-natureza, definidas nas culturas que predominaram na formação da população local, com o principal objetivo de produzir um registro inédito sobre a relação homem-cultura-meio ambiente, que então se estabeleceu na formação do município. Assim, a pesquisa revela a premência de ações e políticas, voltadas à efetivação e resgate do ethos caraguatatubense, definido nos primórdios da mistura étnica que deu sustentação e continuidade àquela vila, e que, ao longo do tempo e das inúmeras influências, descaracterizou-se, levando à reflexão e pesquisa que geraram este trabalho. E, nessa perspectiva, deverá ensejar ações e políticas voltadas à efetivação e resgate do ethos caraguatatubense, definido nos primórdios da mistura étnica que originou a vila e sua população caiçara.

Palavras-chave: cultura, sociedade, sobrevivência.

BREADS FROM EARTH AND BACKYARDS WITHOUT FENCES: RELATIONS BETWEEN CAIÇARA IDENTITY AND CITY DEVELOPMENT

ABSTRACT

The Tupinambás, considered the most ancient of all Tupi's tribes who lived in Brazilian's shores through 17th century, were estimated to have about a hundred thousand people, being the most known indians for Europeans. Their lands were spread from São Tomé Cape – RJ until Juqueriquerê River, in Caraguatatuba – SP, where they were named Gueromimis. Caraguatatuba village, borned in the north shore of the state of São Paulo, in beginning of 17th century, was formed by the miscegenation of indians (Gueromimis), white (mainly Portuguese) and a few black (slaves and free men). Interacting with each other and isolated from the rest of the country, they developed a very particular culture and society, which some relevant aspects will be highlighted here to understand the community effort to survive. With environmentalist and touristic vocation, since it is located by the sea and within the Environmental Protection Area of Serra do Mar and Atlantic Forest, Caraguatatuba is formed by the result of this multi-culture that influences until today the social relationship and the interface of this population with the environment. In this respect, this research aims to make a historical rescue, focused on man-nature interface, based on the cultures that predominated on population formation of the town, willing to produce an unprecedented register about the culture-environment link that was established. The research provides actions and politics aimed to effect and rescue Caraguatatuba's *ethos*, defined in the beginning from the ethnical mix, which sustained and developed that village and, in the end, after several influences, got deprived of the characteristics. And, in this perspective, provide actions and politics aimed to effect ivate and rescue Caraguatatuba's *ethos*, defined in the beginning from the ethnical mix which sustained the village and its caiçara's population.

Key-words: culture, society, survival.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capitania de Santo Amaro e localização da Enseada dos Gueromimis.....	21
Figura 2: Limites da região das tribos do grupo indígena Tupinambá.....	23
Figura 3: Fundação de Caraguatatuba.....	31
Figura 4: 1939 – Vista aérea do centro de Caraguatatuba.....	34
Figura 5: Largo da Matriz, 1929.	35
Figura 6: Os 4 mil alqueires da Fazenda dos Ingleses: uma imensidão de terreno. .	38
Figura 7: Infraestrutura da Fazenda dos Ingleses para transporte da produção.	38
Figura 8: Imagens dos estragos causados pela Tromba D'água, ou Catástrofe, de 1967.	39
Figura 9: As marcas dos deslizamentos de terra na Serra do Mar.....	42
Figura 10: Uma cidade debaixo de água.....	43
Figura 11: Lama e troncos de árvores invadiram a cidade.....	43
Figura 12: Ex-líbris de Caraguatatuba: Condomínio Costa Verde - Tabatinga, Igreja Matriz, Santo Antônio e praia Martin de Sá.	47
Figura 13: Voo livre, trilhas e cachoeiras, passeios de escuna e praias.	50
Figura 14: Mitilicultura – criação de mexilhões na praia da Cocanha.....	54
Figura 15: UTGCA – Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba.....	60
Figura 16: Festa de São Pedro Pescador e Tião Isidoro.....	78
Figura 17: Festival do Camarão.	79
Figura 18: Festa da Tainha.	80
Figura 19: Festival do Mexilhão.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR – Rodovia Federal

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNDACC – Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

ISA – Instituto Socioambiental

ONU – Organização das Nações Unidas

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SETUR – Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba

TEBAR – Terminal Marítimo Almirante Barroso

UTGCA – Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Objetivo Geral	15
1.2. Objetivos Específicos	16
2. ENCONTROS FORMADORES DA HISTÓRIA DE CARAGUATATUBA	18
2.1. Características naturais e humanas na formação de Caraguatatuba	18
2.1.1. O 'encontro' no ambiente original	18
2.1.2. A presença humana: construção da identidade caiçara	20
2.1.3. Os primeiros tempos: a Vila Sobrevivente	30
2.1.4. A quebra do isolamento regional	33
2.2. A revitalização propiciada pelo agro empreendimento e os novos investimentos, migrações e transformações nos Séculos XX e XXI	35
2.2.1. A catástrofe de 1967	40
2.2.2. Turismo: a grande vocação	44
2.2.3. Maricultura - opção sustentável?	52
2.2.4. A presença da Petrobrás	59
2.2.5. Consequências Sociais, Econômicas e Culturais das Migrações	63
2.3. A retomada do desenvolvimento	67
2.3.1. Consequências do súbito crescimento	67
2.3.2. Caraguatatuba hoje	73
3. MATERIAL E MÉTODOS	91
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS	95
5. CONCLUSÕES	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1. INTRODUÇÃO

No início do século XVII, na então chamada Enseada dos Caraguatás, os colonizadores portugueses iniciaram um povoamento e o nomearam Santo Antônio de Caraguatatuba. Hoje, situada no Litoral Norte do Estado de São Paulo, Caraguatatuba é uma cidade moderna, progressista e engajada nas questões do nosso tempo.

Neste trabalho, destacar-se-á sua formação étnica, sócio cultural e econômica, o meio ambiente onde sua população original se desenvolveu, seus hábitos e costumes, mantidos ao abrigo de suas casas, nos encontros habituais que promovem ou nas práticas cotidianas que mantêm.

Em razão da formação étnica brasileira como um todo, há que aqui fazer uma ligeira consideração:

Embora já seja recorrente o conhecimento sobre a composição étnica e cultural do povo brasileiro, vários relatos sobre essa formação do Litoral Norte de São Paulo documentam a pequena participação da cultura negra na construção da identidade da Vila de Santo Antonio de Caraguatatuba, sobrepujada pela presença de brancos e índios nessa construção.

A participação dos negros na tarefa de edificação de um novo povo e país, pelo Brasil afora, ocorreu, sobretudo, devido à necessidade da mão de obra escrava naqueles núcleos de produção voltados para o mercado externo, como foi o caso do Nordeste açucareiro ou das minas de ouro e diamantes da Região de Minas Gerais. Também Ubatuba e São Sebastião, vizinhas à Caraguatatuba, por terem participado, mesmo que de modo discreto, nesses ciclos econômicos, contaram com uma população de escravos negros, mais tarde incorporados à população original dessas cidades. A Vila de Santo Antonio de Caraguatatuba, naquela época pertencente a São Sebastião, no entanto, permaneceu isolada das atividades que então se praticavam, desenvolvendo uma comunidade fundamentalmente formada por brancos e índios, que erigiram, através do tempo, a cultura caiçara, baseada nos saberes gueromimis e portugueses, voltada, predominantemente, para a subsistência de seus membros.

Sob esse prisma, reforça Ribeiro (1997, p.114-123), em seu “O Povo Brasileiro”:

A contribuição cultural do negro foi pouco relevante na formação daquela

protocélula original da cultura brasileira. Aliciado para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente fundamental da mão de obra. Apesar de seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, como por sua introdução sorradeira mas tenaz e continuada, que remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes. [...] os negros, encontrando aquela protocélula luso-tupi, tiveram de nela aprender a viver, plantando e cozinhando os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos pelos nomes tupis incorporados ao português, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo *cauim*¹. Acabaram [...] por influenciar de múltiplas maneiras, as áreas culturais onde mais se concentraram, que foram o nordeste açucareiro e as zonas de mineração do centro do país. Concentrando-se em grandes massas nas áreas de atividade mercantil mais intensa, [...] o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local. Essa parca herança africana – meio cultural e meio racial – associada à crenças indígenas, emprestaria entretanto à cultura brasileira, no plano ideológico, uma singular fisionomia cultural. Por longo tempo, contudo, a população básica desses núcleos coloniais neobrasileiros exibiria uma aparência muito mais indígena que negra e europeia, pelo modo como moravam, pelo que comiam, por sua visão de mundo e pelo idioma que falavam. O idioma tupi foi a língua materna de uso corrente desses neobrasileiros até meados do século XVIII, [...] o *nhengatu*², a língua geral, que surge no século XVI do esforço de falar o tupi com boca de português, se difunde rapidamente como a fala principal tanto dos núcleos neobrasileiros como dos núcleos missionários. [...] ao longo dos séculos, a tecnologia do Brasil rústico foi e continua sendo basicamente indígena, no que diz respeito à subsistência – baseada no cultivo e no preparo da mandioca, do milho, da abóbora e das batatas, e de muitas outras plantas – bem como às técnicas indígenas de caça e de pesca.

Corroborando essas informações, tem-se em Campos (2000), que em 1872, no auge do ciclo do café, atividade em que Caraguatatuba marcou presença, mesmo que com menor representatividade que suas vizinhas, havia na vila um total de 164 escravos negros.

[...] se verifica que, dentre todos os municípios da zona vale-paraibana e Litoral Norte, Caraguatatuba era o que apresentava o menor contingente de escravos, com o menor Fundo de Emancipação³. Esses dados, de alguns anos anteriores à Lei Áurea, servem para confirmar a situação de Caraguatatuba, de um município com um diminuto contingente de escravos e com uma lavoura de café praticamente inexistente (Campos, 2000, p.115).

Devido à sua condição de cativo, o negro, conforme esclarece Darcy Ribeiro, em citação acima, foi “absorvido” pelos contextos socioculturais onde viveu, e, dentro do processo de aculturação que aqui se iniciou, teve papel muito mais passivo do que ativo, incorporando os costumes locais. Em Caraguatatuba, sua

¹ Bebida produzida pelos índios brasileiros que têm por ingredientes a água e mandioca.

² Palavra indígena que define a Língua Geral Tupi, que foi sistematizada pelos jesuítas, falada até o século XIX por tribos que habitavam o litoral do Brasil, e ainda hoje falada por tribos da Amazônia.

³ Fundo composto por receitas de diversas naturezas para prover o pagamento da alforria de cativos selecionados por juntas classificadoras de escravos.

chegada tardia e fluída explica a pequena ou nenhuma participação na construção do *ethos* do município, fundamentado na fusão dos saberes indígenas e portugueses, definidos nos primórdios da Vila de Santo Antonio de Caraguatatuba.

Retomando a linha de raciocínio interrompida para o adendo acima, há que mencionar que entre os séculos XX e início do XXI, ocorreu um rápido crescimento populacional em Caraguatatuba, com reflexos na ampliação das fronteiras urbanas do município e nas demandas locais em geral. Por meio de uma administração municipal pautada em políticas públicas de prevenção na organização dos serviços prestados à população evitou-se um grave colapso nos serviços e bens que poderiam advir do rápido fluxo migratório.

Esse fato merecerá o planejamento de ações e estratégias capazes de firmar os traços culturais definidores de Caraguatatuba, hoje fragilizados, como se demonstrará. Serão propostas políticas públicas voltadas à preservação e valorização dos princípios e tradições caiçaras, como forma de cumprir a vocação legítima do Município: a preservação ambiental, pilar simbiótico do turismo e do seu desenvolvimento global.

Em outras palavras, à luz da retomada da história e do envolvimento das etnias que formaram Caraguatatuba será possível identificar e compreender a verdadeira vocação do município para aprimorá-la com a implementação de políticas municipais de intervenção e criação das condições aptas a promoverem esse resgate.

O relato permitirá uma visão geral das condições de fundação e manutenção da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba. E, embora não se esgote, fechará um parênteses no tempo e no espaço do Litoral Norte do Estado de São Paulo, onde surgiu e se desenvolveu uma povoação congregando os moradores nativos, os colonizadores, entre outros brancos e os negros escravizados. Porém, note-se que:

[...] o modo de vida tradicional dos caiçaras é fruto de influências culturais indígenas, portuguesas, e, em menor escala, africanas, cujos saberes e práticas vinculam-se estreitamente às paisagens dos ambientes recortados do litoral: praias, mangues, restingas, estuários, rios e mar (Kok, 2012, p.45).

Nessa perspectiva, surge uma cultura cuja rusticidade e originalidade decorreram da sua transmissão oral, determinando o surgimento de um sistema único de interpretação e domínio da realidade, propiciando uma riqueza inesgotável do conhecimento a respeito da flora e fauna locais, além de favorecer o surgimento

dos conhecimentos expressos em seus afazeres diários, festas, credices, objetos de trabalho, dizeres e práticas, as mais variadas. E será dentro deste parênteses que fixaremos nossa atenção para caracterizar aspectos socioeconômicos e culturais da incipiente Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, evoluindo até a fase de seu desenvolvimento atual, sua pujança turística, confirmando a vocação ambientalista do município, a súbita e intensa urbanização e o crescente processo de favelização, determinado pelo pungente progresso, explicando, assim, o crescimento populacional desmedido, a descaracterização de sua cultura e da gente caiçara.

Ao se analisar uma comunidade humana verifica-se que as questões relacionadas ao seu desenvolvimento sociocultural e econômico se apresentam entrelaçadas e interdependentes, vez que a separação de tais aspectos corresponde apenas a uma operação didática. Assim, sem pretender esgotar a análise dos aspectos relativos à formação cultural de Caraguatatuba, tão complexas e originais elas se apresentam, far-se-á também a uma abordagem econômica da evolução histórica, proposta deste trabalho, cientes de que as determinações culturais que perpassam as ações humanas continuarão a se revelar também neste viés.

A Revisão Bibliográfica realizada proporcionou, entre outros prazeres, a satisfação de encontrar nos autores, o mesmo ponto de vista, as mesmas indicações para salvaguardar os aspectos que têm sido aqui defendidos, aumentando, assim, o otimismo e a credibilidade em relação ao mérito e aos resultados.

1.1. Objetivo Geral

Analisar os eventos e atores que marcaram a epopeia do surgimento e desenvolvimento de Caraguatatuba, destacando aspectos de sua formação étnica e sociocultural para embasar a noção de que prevaleceram traços da cultura indígena e branca nos costumes locais, verificados até os dias atuais, e que criaram a identidade caiçara aqui falada.

O objetivo primordial deste trabalho é procurar meios que permitam manter e salvaguardar essa identidade caiçara, hoje ameaçada de extinção perante o turbilhão de eventos complexos que provocaram fáceis migrações de outras culturas, provocando a miscigenação com a sociedade tradicional existente.

1.2. Objetivos Específicos

Este trabalho visa ao alcance dos seguintes objetivos específicos:

- Depreender do relato histórico sobre a formação étnica e sócio cultural de Caraguatatuba, a vocação ambientalista do Município, expressa nas tradições, usos e costumes que ainda persistem, no cotidiano da população caiçara remanescente;

- Utilizar a fundamentação histórica de Caraguatatuba para lastrear as propostas de intervenção municipal, a partir de sugestões de projetos, ações ambientais e turísticas, capazes de ensejar o desenvolvimento equilibrado do município, além de acomodar as tradições locais, conforme aspiração recorrente da população caiçara;

- Possibilitar a manutenção e o resgate das tradições que caracterizam o ethos caraguatatubense, como forma de ensejar um desenvolvimento que seja, a um só tempo, eficaz aos propósitos progressistas do município, voltado ao bem comum, sem, contudo, privá-lo de seu principal patrimônio, sua natureza exuberante, que lhe garante o *status* turístico de Estância Balneária;

- Verificar se as ações e projetos sugeridos e postos em prática, dentro da proposta do presente trabalho, são pertinentes, relevantes ao propósito exposto e produzem o efeito que foi idealizado, obtendo-se, a partir deles, o resultado previsto e desejado, qual seja, o reestabelecimento do *ethos* de Caraguatatuba, justificando assim, esse empenho.

O trabalho, após esta Introdução, reparte-se por quatro capítulos: Revisão Bibliográfica, Material e Métodos, Resultados e Discussão, e Conclusões.

Desses capítulos, somente a Revisão Bibliográfica está dividida em dois subcapítulos: A formação de Caraguatatuba e as Grandes Transformações Ocorridas nos Séculos XX e XXI.

Na história de Caraguatatuba são descritos os primeiros tempos da formação da autarquia, simultaneamente à construção da identidade caiçara. Nas grandes transformações ocorridas desde o século passado é feita referência ao Agronegócio, impulsionador da revitalização do município; à Catástrofe, que destruiu a sua infraestrutura, mas que lhe proporcionou notoriedade ao revelar suas características turística, desencadeando o desenvolvimento que se seguiu. E, mais recentemente, a sua inclusão na estrutura petrolífera brasileira, sendo este o fator mais relevante para o crescimento verificado e criação das atuais estruturas de comunicação e

negócios.

A par destas transformações se vai observando a situação do *ethos* caraguatatubense, relegado a um plano secundário em função dos poderosos interesses econômicos, estando cada vez mais difícil alcançar sua preservação.

2. ENCONTROS FORMADORES DA HISTÓRIA DE CARAGUATATUBA

2.1. Características naturais e humanas na formação de Caraguatatuba

2.1.1. O 'encontro' no ambiente original

O ambiente natural do Brasil encantou os europeus pela exuberância e pela existência de seres fantásticos que eles criam existir nesses trópicos.

Além disso, encontrar terras no ocidente foi uma surpreendente aventura para eles, seja pela similaridade que as terras tinham com a noção do Paraíso Perdido, vigente na Europa do século XVI, seja pela visão antecipada das riquezas a serem desvendadas, seja pelo estimulante contato com os povos que aqui viviam, inspirando erotismo e exploração.

Sensíveis [...] às louçanias e gentilezas dos mundos remotos que a eles se vão desvendando, pode dizer-se, no entanto, que, ao menos no caso do Brasil, escassamente contribuíram para a formação dos chamados mitos da conquista. E é quando muito à guisa de metáfora que o enlevo ante a vegetação sempre verde, o colorido, a variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e inocência das gentes – tal lhes parece, a alguns, essa inocência que, dissera-o já Pero Vaz de Caminha, “a de Adão não seria maior quanto à vergonha” –, pode sugerir-lhes a imagem do Paraíso Terrestre (Holanda, 2000, p.7).

Tudo muito novo e instigante: uma natureza luxuriante, permanentemente verde, guardando tesouros inestimáveis e inimagináveis! Encontraram os povos ditos pré-colombianos, vivendo espalhados por todo o território, em diferentes estágios de desenvolvimento cultural e material e, no entanto, todos eles distantes do padrão civilizacional dos descobridores, focados antagonicamente um ao outro. No primeiro contato entre os portugueses e índios as verdadeiras razões dos primeiros estarem aqui, insuspeitas pelos segundos, são, no entanto, claras para nós. Movidos pelos ideais mercantilistas que nortearam as navegações do século XVI, os europeus encontraram pouca, ou nenhuma resistência ao empreender a aventura exploradora do Novo Mundo, sem considerar relevante a presença dos habitantes da terra, com seus hábitos e costumes, tão díspares em relação àqueles, postura que ainda hoje rende preconceito e discriminação sobre os poucos remanescentes daqueles povos.

Há que se mencionar a grande diversidade de nações e línguas nativas,

formando um mosaico sociocultural formidável e no mínimo instigante, contrariando o senso comum que os nivela como “índios”, como se todos fossem iguais, como se não houvesse dicotomias profundas entre eles, desde a língua falada, materialidade e imaterialidade dos costumes, organização social, relacionamento de amizade/rivalidade, ocupação de territórios condicionada ao *modus vivendi* dessas populações.

O banco de dados do Instituto Socioambiental (ISA) arrola 217 etnias atualmente existentes no país. Como em poucos outros lugares do planeta há povos que ainda não estabeleceram relações regulares com a sociedade ou o Estado. Há poucos dias, uma frente de contato da FUNAI⁴ que opera na região do alto Juruá, no Acre, foi cercada por um grupo desconhecido de 70 índios. Cerca de 170 línguas indígenas ainda são faladas no Brasil. Algumas, sob risco de extinção, são conhecidas por um número muito pequeno ou decrescente de pessoas. Outras, em recuperação, foram abandonadas e estão sendo reaprendidas ou reassumidas, ainda que fragmentariamente. Há grandes troncos linguísticos, como o Gê ou o Tupi, outros troncos menores, e línguas que não se incorporam a tronco algum (Santilli, 2000, p.14).

O parágrafo acima cumpre apenas papel de instigar a reflexão sobre a exuberância desses povos e culturas à época da chegada dos exploradores portugueses, considerando o que resta ainda hoje, e, esclarecer a grande diversidade humana e cultural aqui encontrada, conforme complementa o mesmo autor: “Para eles não existe índio, senão como uma referência do branco. Existem os Terena, os Caiapós, os Xavantes e outros povos. Existe o povo de cada índio e os outros povos”. (Santilli, 2000, p.14). Menciona ainda esse autor que “são cerca de 280 mil índios aldeados, segundo o ISA, ou 320 mil, segundo a Fundação Nacional do Índio - FUNAI” (Santilli, 2000, p.15).

Do ponto de vista da produção para subsistência, praticada pelos índios, havia aqui, sociedades de caçadores/coletores e sociedades agrárias.

Quando aportou no que chamou Hispaniola, hoje República Dominicana, na América Central, e, crendo piamente que houvera chegado ao extremo oriente da Ásia, onde a tradição judaico-cristã situava o Paraíso, Colombo descreveu a terra com as impressões que os europeus da época tinham sobre o Éden, com sua fauna fantástica, eivada de lenda e magia (Holanda, 2000). No início da prospecção de ouro no interior do país, citava-se a geografia fantástica da capitania de São Paulo, que encerrava notícias de tesouros magníficos naquelas paragens, além da grande

⁴ FUNAI - Fundação Nacional do Índio é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça. É a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal.

opulência de espécies vegetais e animais (Holanda, 2000). Os relatos dão conta da exuberância da Mata Atlântica na cobertura da Serra do Mar, abrigo fauna e flora extraordinárias, além de seres humanos de características ímpares. Nesse contexto de grandezas naturais, opulência vegetal, e presença humana portadora de saberes inéditos e imaterialidade cultural, iniciou-se o contato entre povos diferentes, ocasionando a formação das vilas que iriam guardar o gênese da sociedade brasileira, como já se dera em outras regiões produtoras de riquezas para a Metrópole Portuguesa. Os colonizadores brancos encontraram, no território do Litoral Norte de São Paulo, os índios da nação Tupi, pertencentes ao grupo Gueromimis. Com eles, apesar dos percalços, construíram a população e a cultura caiçaras que justificam esse texto e ocuparam esse espaço do Litoral Norte do Estado de São Paulo, num fecundo processo aculturativo que viabilizou a fundação, a sobrevivência e a manutenção das vilas e seus habitantes.

Para Ribeiro (1995, p.269-270):

[...] nenhum povo vive sem uma teoria de si mesmo. A história, na verdade das coisas, se passa nos quadros locais, como eventos que o povo recorda e, a seu modo, explica. É aí, dentro das linhas de crenças coparticipadas, de vontades coletivas abruptamente erigidas que as coisas se dão. Uma copiosa documentação histórica mostra que, poucas décadas depois da invasão, já se havia formado no Brasil uma protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como das indígenas. Essa etnia embrionária, multiplicada e difundida em vários núcleos – primeiro ao longo da costa atlântica, depois trasladando-se para os sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios - , é que iria modelar a vida social e cultural das ilhas-Brasil. Cada uma delas singularizada pelo ajustamento às condições locais, tanto ecológicas quanto de tipos de produção, mas permanecendo sempre como um renovo genésico da mesma matriz.

Assim, o que se visa demonstrar é que no Litoral Norte do Estado de São Paulo o encontro havido entre os índios Gueromimis, que habitavam a chamada Enseada dos Caraguatás e o branco colonizador teve como consequência a fundação, entre outras, da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, que durante séculos manteve as tradições e hábitos daqueles povos formadores no cotidiano da gente caiçara que então se firmou nestas paragens, e cuja gênese o trabalho propõe resgatar.

2.1.2. A presença humana: construção da identidade caiçara

Nos albores da colonização portuguesa no Brasil, século XVI, os domínios dos indígenas Tupinambá se estendiam desde o Cabo de São Tomé, no Rio de Janeiro,

até o Rio Juqueriquerê, em Caraguatatuba-SP. Os Tupinambá, entre o Rio de Janeiro e o Litoral Norte de São Paulo, foram denominados Tamoios e, em Caraguatatuba, especificamente, eram representados pelos Gueromimis (Figura 1).



Figura 1: Capitania de Santo Amaro e localização da Enseada dos Gueromimis.
Fonte: Mapa do litoral feito por Albernáz no século XVII. In: Campos, 2000, capa.

Segundo Campos (2000), os Gueromimis eram, na verdade, originários do tronco linguístico Gê, conhecidos como tapuias, termo pejorativo referido pelos gentios de então, com o significado de “selvagens”, índios de “fala travada”, diferentemente da língua falada pelos índios do tronco Tupi, cuja construção gramatical elaborada pelos jesuítas, a “Língua Geral dos Tupis”, revelava as diferenças entre elas. Mas, a partir da catequese, os Gueromimis aprenderam a dita “Língua Geral”, e “ensinaram” aos jesuítas seu difícil linguajar. Eram muito numerosos e ocupavam a região do Alto Tietê, até próximo a Guarulhos, tendo um grupo se aldeado no litoral, protegido pelos jesuítas, em trabalho missionário. Diz-se deles que eram guerreiros ferozes e bravos, praticando o canibalismo, não como opção de alimentação usual, mas somente com seus contrários, por questões de guerra, honra e vingança, assim como os índios das tribos Tupi. E, não praticaram contra os portugueses, cessando completamente por influência da catequese. À guisa de ilustração, sobre a ritualística antropofágica dos Tupi, pelo seu conteúdo e saborosa descrição:

O caráter cultural e coparticipado dessas cerimônias tornava quase imperativo capturar os guerreiros que seriam sacrificados dentro do próprio

grupo Tupi. Somente estes – por compartilhar do mesmo conjunto de valores – desempenhavam à perfeição o papel que lhes era prescrito: de guerreiro altivo, que dialogava soberbamente com seu matador e com aqueles que iriam devorá-lo. Comprova essa dinâmica o texto de Hans Staden, que três vezes foi levado à cerimônias de antropofagia e três vezes os índios se recusaram a comê-lo, porque chorava e se sujava, pedindo clemência. Não se comia um covarde (Ribeiro, 1995, p.34).

No entanto, como os saberes a respeito dos gentios do Brasil, por ocasião da colonização desses sertões, repousa sobre interpretações de textos da época, muitas vezes vagas e imprecisas, há controvérsias e discrepâncias entre autores, a respeito de tais práticas e sua manutenção, nos tempos iniciais da colonização (Campos, 2000).

Um outro grupo, os Tupiniquim, dominavam, à época, territórios que se estendiam ao sul da capitania de São Paulo, desde Cananéia, passando por Peruíbe, Itanhaém, chegando até São Vicente. Bertioga era uma região de transição entre os domínios dos Tupinambá, ao norte da capitania e dos Tupiniquim, ao sul. Há referência também de que os domínios dos Tupinambá se estendiam para além da grande muralha da Serra do Mar, ao longo do Rio Paraíba, ocupando, assim, extensa área do planalto. Portanto, até à segunda metade do século XVI, a enseada de Caraguatatuba era a fronteira do território Tupinambá, fazendo crer ter havido ali algum aldeamento desses índios, embora surpreenda o fato de inexistirem registros a respeito de aldeias Tamoio nessa região (Campos, 2000).

Por sofrerem inúmeros ataques dos Tupinambá de Ubatuba, os colonizadores centrados em São Vicente tomaram a decisão da construção do Forte de São José da Bertioga (Cunha, 2012). Os Tupinambá, ancestrais de todas as tribos de origem Tupi que habitavam o litoral brasileiro ao longo do século XVI, formavam um contingente populacional em torno de 100.000 mil indivíduos, e eram os indígenas mais conhecidos dos europeus, à época.

A nação Tupinambá (Figura 2) compunha-se de várias tribos guerreiras que lutavam de forma selvagem entre si, em geral movidos por vingança, produzindo episódios sangrentos que culminavam com banquetes antropofágicos em que inimigos eram devorados em rituais cheios de simbologia.

A Confederação dos Tamoios (1554 a 1567), confronto armado entre os indígenas das tribos Guaianaz, Termiminó, Tupinambá, Carijó, Goitacá e Aimoré, apoiados pelos franceses, interessados nas madeiras do Brasil, que não buscaram escravizá-los. Assim, contaram com seu apoio contra os portugueses, colonizadores

e escravistas. O conflito estendeu-se desde o Vale do Paraíba Paulista até o Cabo de São Tomé, no Rio de Janeiro.



Figura 2: Limites da região das tribos do grupo indígena Tupinambá.
Fonte: Google Maps com legendas da autora.

Depois de importantes vitórias, os Tamoios foram vencidos pelos indígenas aliados pelos jesuítas, que representavam os interesses dos portugueses. (Ribeiro, 1995). De toda forma, foi um longo confronto, grandemente responsável pelo tipo de sociedade e de cultura que se definiu na região, após a vitória e pacificação alcançada pelos padres jesuítas. Ao término da Confederação dos Tamoios, os indígenas que não participaram, pois fugiram das batalhas, foram assimilados pelos colonos portugueses, originando a população caiçara da região litorânea e a população cabocla do Vale do Paraíba.

Mas, distanciados da poesia épica que, em geral, caracteriza as transformações culturais, temos o dever ético de aqui não examiná-las e sim, narrar os fatos, sem conotá-los. Assim, do ponto de vista da formação sociocultural de Caraguatatuba, não resta nenhuma dúvida sobre a importância dos costumes indígenas para sua edificação e suas manifestações, sobretudo nos anos e séculos iniciais de sua fundação.

A origem indígena Tupi do caiçara se manifesta mais nitidamente quando verificamos sua relação com a natureza, sendo que a prática das técnicas antigas da caça e da pesca, que os caracterizava, foi aprendida diretamente com os índios,

bem como sua agricultura rudimentar e de subsistência, em geral praticada distante da moradia, como a praticavam os próprios indígenas no passado (Ribeiro, 1995).

Estudiosos do Litoral Norte de São Paulo concordam que “a base da cultura e da economia caiçara provêm predominantemente dos costumes e tradições indígenas e se caracterizam pela caça, pesca, coleta e plantio”. Em local próximo à sua casa o caiçara fazia seu “roçado”. O sistema utilizado era a “coivara⁵”, praticada no Brasil por indígenas agricultores, como era o caso dos Tupis, que originaram o caiçara de Caraguatatuba (Paes, 2010).

A pesca se realizava com fisga (semelhante ao arco e flecha praticado pelos índios). Usavam a canoa de um pau só, típica da cultura Tupi, levando um homem na proa, com a fisga (espécie de tridente), que fisgava o peixe, ofuscado pela luz da lanterna, pois esse tipo de pescaria é para ser praticado à noite. Usavam também a técnica de “cerco”, quando cercavam literalmente os peixes com armações de madeira, capturando os que ali entravam sem poder sair.

O grande acontecimento pesqueiro, para os caiçaras, sempre era, e continua sendo, a pesca da tainha, que concentrava muitas pessoas, sendo considerada uma pescaria socializada, participando dela mulheres e crianças também – arrasto de praia. Quando a pescaria ocorria no mar, era exclusiva dos homens (Adams, 2000, p.2-3).

Outra técnica indígena utilizada pelo caiçara era a pesca de tróia, quando o remo é batido no barco para espantar a tainha, que pula da água e cai dentro da canoa. Os mais antigos ainda usavam a técnica de uso de ervas entorpecentes, maceradas e atiradas na água (o célebre cipó timbó), fazendo com que os peixes, entorpecidos pelo poder da erva, boiassem e fossem recolhidos para as canoas. Usavam também a técnica pesqueira conhecida como “tapagem”, que consistia em edificar uma barreira de varas na boca do rio, onde colocavam a rede de “ticum”⁶ e começavam a bater na água com os remos, para que os peixes, ao tentar fugir, se emaranhassem na rede.

A prática da caça era atividade largamente usada pelos caiçaras e foi herdada, igualmente, dos indígenas. Para tal, contavam com seu conhecimento minucioso e incomum sobre animais, pássaros, plantas e frutos. Saíam em busca de

⁵ Amontoado de galhos de árvores e arbustos que são separados para se atear fogo.

⁶ Fibras extraídas das folhas não abertas da palmeira ticum, servindo para o fabrico de fios chamados de maqueira.

lenha no mato, costume a que chamavam de “lenhar” e que era executado pelas mulheres e crianças.

Em local próximo à sua casa o caiçara fazia seu “roçado”⁷, o que lhe assegurava fartura alimentar durante todo o ano, e uma grande variedade de matérias primas, condimentos, venenos e estimulantes (Ribeiro, 1995).

O sistema de plantio utilizado era a “coivara”, praticado no Brasil pelas tribos indígenas agricultoras, como era o caso dos Tupis que originaram o caiçara de Caraguatatuba. Era feita a derrubada da mata e a sequente queimada. As cinzas eram utilizadas como adubo e ali eram plantadas as culturas que serviam de base à alimentação das famílias, como mandioca, milho, batata doce, cará, feijão-guando, amendoim, tabaco, a abóbora, inhame, banana, melancia, café, cana, pimentas, abacaxi, mamão, mate, guaraná, cuias e cabaças, caju, pequi, urucu, ervas aromáticas para temperos e remédios (Ribeiro, 1995). A tradição recomendava a todo jovem que estivesse para se casar, que fizesse uma roça de bananas, pois que seria ela a base de sustentação da nova família, fosse para consumo ou escambo.

O consumo de farinha de mandioca, item essencial na alimentação do caiçara, respeitava a tradição indígena para seu fabrico: plantar, colher e limpar as raízes. Após a limpeza, ralar a mandioca e colocar a massa daí obtida, em um tipiti⁸ para a retirada do polvilho (ácido cianídrico). Em seguida, a massa que restasse no tipiti seria torrada no forno (grande tacho raso de cobre sobre o fogo, onde é torrada a massa da mandioca, depois da retirada do polvilho), e dessa forma, produz-se a farinha de mandioca, item fundamental na alimentação do caiçara, que ficaria imensamente prejudicado, caso fosse privado dela (Branco; Caseiro, 2005).

Não se pode esquecer a relevância dos mangues para a vida do caiçara, vez que ele representa um espaço fundamental de exploração para qualquer comunidade caiçara do Litoral Norte de São Paulo. Dele, o caiçara retira lenha, madeiras para artesanato, como taboa, embira, madeira para tear, além de ser também grande fonte de vida para pássaros, peixes, camarões, ostras, caranguejos, sururus, entre outros, sendo referência permanente de buscas pelos atrativos que esse bioma sempre exerceu sobre o povo caiçara.

Como o mangue é considerado berçário de muitas espécies (elas realmente proliferavam nesses locais), era como celeiros para os caiçaras, que dali recolhiam

⁷ Terreno que se roçou para ser cultivado. Clareira no mato.

⁸ Cesto flexível de palha trançada para espremer raízes.

alimentos para suas famílias, além de madeira para muitos usos. Até meados do século XX o mangue foi largamente utilizado pelas comunidades caiçaras do Litoral Norte de São Paulo, quando ainda se mostrava praticamente intocado. Após esse período, em decorrência da especulação imobiliária que se iniciava neste litoral e os aterros necessários às construções decorrentes dessa transformação, os manguezais sofreram um intenso processo de degradação. Tal agressão aparece resultante do surgimento de casas, indústrias, marinas, entre outros empreendimentos que deflagraram a descaracterização do bioma, seu enfraquecimento e desaparecimento em muitos pontos do município de Caraguatatuba e também no seu entorno (Paes, 1998).

Diegues (1990) afirma que havia no Brasil a maior extensão de manguezais entre todos os países do mundo, com 25.000km² de área, o que não ocorre mais. Essa informação corrobora o fato histórico de que os ancestrais do atual caiçara, antes mesmo do início da colonização portuguesa, ainda na época dos sambaquieiros⁹, já se abasteciam nos manguezais de maneira intensa e persistente. Costume esse que os sustentou e definiu a maneira como seus descendentes indígenas e caiçaras perpetuariam seus grupos humanos e culturais nesse território da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba.

Em razão da herança cultural negra na formação do Brasil, coloca-se uma recorrente indagação sobre essa mesma influência também na formação da cultura caiçara que se desenvolveu no Litoral de São Paulo. No entanto, como já se tratou neste trabalho, e correndo o risco de ficar repetitivo, há que se mencionar a chegada tardia dos negros naquele território, inviabilizando a troca dos saberes, precocemente, que forjaria as tradições do povo caiçara. Conforme explicita Ribeiro, 2000, a condição de cativo e apartado das decisões coloniais, inviabilizou que a herança negra se estabelecesse nos primeiros tempos da colonização, mesmo nas regiões onde o negro chegou praticamente junto com os portugueses e com a decisão de colonizar, através do estabelecimento da monocultura açucareira, o latifúndio e a mão de obra escrava. A produção que se escolheu, ensejou a pronta chegada dos negros, na região nordeste, o que, ainda assim, não lhes garantiu participação imediata na construção da identidade nacional, pelas razões já expostas. Em Caraguatatuba, a chegada dos poucos negros se deu bem depois do

⁹ Sambaquieiros, os primeiros habitantes do litoral do Brasil

início da colonização, quando já se havia formado a célula étnico cultural luso-tupi nesse território, exercendo, também sobre os escravos e forros, sua influência definidora, levando-os a viver sob ela, de modo passivo, durante muito tempo. A influência negra sobre os moradores, no entanto, não alterou sua ancestralidade, permanecendo fluída nas práticas dos habitantes locais.

Retomando a análise, podemos definir o caiçara como o herdeiro das tradições dos Tupinambá, povo indígena do Grupo Tupi, mais especificamente Tamoios, sobretudo em relação ao seu conhecimento sobre a natureza e sua postura ética em relação a ela. Desse modo, o respeito aos espaços naturais para que os mesmos sejam mantidos, possibilitando a manutenção da vida neles, será para sempre um dos valores centrais das comunidades caiçaras que ainda hoje existem, sendo isto reconhecido como uma forte herança indígena.

Respeitar a mata, respeitar o mar, respeitar o rio é uma atitude lógica que permeia o comportamento de todas as populações ditas tradicionais (caiçara, camponesa, ribeirinha), que por sua vez receberam esse conhecimento das culturas indígenas. Crenças e valores permeiam o cotidiano do caiçara em relação à manipulação da natureza. Espaços que são tidos como perigosos por ter neles seres sobrenaturais, encantados, que punem os homens devido ao abuso cometido (Paes, 1998, p.21).

Um dos aspectos culturais mais relevantes do caiçara, porque o define como ser humano especial, é que ele, como também o indígena que lhe deu origem, crê que seus espaços de atuação como o mar, o rio, a floresta, a serra, são, na verdade, domínios de seres encantados, divinizados e etéreos e não lhe pertencem, não são suas propriedades, mas pertencem a todos, que podem usá-los, porém preocupando-se com o respeito e a reverência que lhes deve, por assegurar-lhes a subsistência. Ele incorpora o conceito, de maneira tranquila e sem qualquer dúvida (Paes, 1998). Portanto, “as marcas da presença humana na paisagem florestal podem ser de naturezas diversas, tanto materiais como imateriais” (Oliveira, 2006, p.2).

Outra coisa em que o caiçara se assemelha aos índios é no aproveitamento de recursos da natureza para produzir seus objetos e instrumentos de trabalho, sem, contudo, agredir ou preda o ambiente natural. O caiçara, ao praticar suas tradições, revela extenso conhecimento do mar, do movimento dos cardumes, marés e correntes, bem como da direção dos ventos e como a chegada deles modifica as condições ambientais.

Além disso, conhece também remédios e plantas, boas árvores para a

construção de canoas, as fases adequadas da lua para o plantio e colheita de muitas de suas roças, para derrubada de árvores, entre tantos outros conhecimentos que lhes foram passados pela tradição oral de seu grupo familiar e comunitário. Esse conhecimento lhes salva a vida em muitas situações, além de focá-los numa produção mais adequada, sustentável e preservadora do meio ambiente do qual dependem. É um conhecimento que o caiçara traz da infância, aprendido com pais e avós, guardiões dos saberes e tradições antigas, oriundas dos povos indígenas que lhe deram origem e fundamento. A tradição oral é uma prática recorrente para essas populações.

As referências espaciais dos caiçaras são marcos da própria natureza, como rios, árvores, morros, matas, entre outros. Para suas referências de tempo, ainda uma vez lançam mão de recursos naturais e cotidianos, tais como o canto do galo, da saracura, o som do mar, que identificado comunica também se está calmo ou não, informando, assim, se será possível ir pescar.

As diferentes culturas que influíram na formação do povo caiçara ficam nítidas em suas lendas e mitos, tais como o Saci-Pererê, o boitatá, lobisomem, almas penadas, mãe d'água, visões brancas, corpos-secos, assombrações de muitos tipos, que acabam por retratar as concepções do caiçara e as relações que estabelece entre os elementos do seu mundo natural e o sobrenatural. O homem caiçara é, fundamentalmente, um místico, que muitas vezes recorre aos seres fantásticos para socorrê-lo em situações onde não encontra outro recurso ou argumento. Assim, para impedir suas crianças de muito se afastarem da povoação em suas excursões e brincadeiras a procura de animais e pássaros, os adultos os protegiam alertando-os que não deveriam ir a tal ou qual lugar onde havia muitos "corpos-secos" e isso era um perigo!

Em Caraguatatuba, que até a metade do século XX não passava de uma vila de casas em meio a extenso areal, a região onde hoje é o bairro do Indaiá, era, no dizer de pais e avós caiçaras, um território dominado pelos seres fantásticos, que desapareciam com as crianças que por lá encontrassem. É a práxis caiçara, congregando o sobrenatural, extremamente temido por todos, para cumprir a função de impedir problemas que, eventualmente, poderiam vir a ter. Isto é, incutir medo de certos lugares, nas crianças, é estratégia didática, que pais e avós usavam, e usam, para que não se afastem muito e venham a ter problemas (Paes, 1998).

A grande afluência de pessoas buscando oportunidades abertas pelo recente

e intenso surto desenvolvimentista da cidade, fez surgir um fenômeno inusitado, que leva indivíduos a se declararem “caiçaras” porque nasceram na cidade de Caraguatatuba. Moradores antigos, cujas famílias descendem dos fundadores, ou estejam aqui há muitas gerações, desdenham dessa compreensão dos mais recentes, defendendo que “ser caiçara é mais do que simplesmente nascer aqui”.

Paes (2010, p.19-21) afirma que “o caiçara do litoral norte de São Paulo é aquele que nasceu e sempre morou no litoral”, o que é corroborado pelo próprio caiçara, tanto naquilo que fala, como em suas atitudes. Essa condição vai além dos meros costumes.

Identifica-se o caiçara legítimo, pela sua fala característica, com os “as” de pronúncia aberta, sua seriedade até nas narrativas mais inverossímeis, como se tripudiasse o interlocutor, revelando uma malandragem brejeira e cativante, que faz com que sua fala não seja questionada. Tem uma forma própria de se vestir, um andar único e indescritível, mas, que ao vê-lo caminhando não se tenha dúvidas de que “ali vai um caiçara”. Noção similar à do “caipira” do Vale do Paraíba (Diegues; Fortes Filho, 2005). Pés grandes e espalmados, de quem sempre andou descalço, trazem, dos índios, a ligeireza do passo, a habilidade em fazer objetos entalhados em madeira ou cipós, o consumo regular dos chamados “pães da terra”¹⁰, como mandioca, cará e inhame, e outros alimentos: abóbora, feijões, milho, amendoim, café, palmito, cana, ervas aromáticas e remédios, farinha de mandioca, pescados e caça, em geral, além de frutos nativos como bananas, maracujás, pitangas, goiabas, cajus, mamões, mexericas, etc.

Dos brancos, além de gêneros alimentícios, como o trigo, o arroz branco, legumes e frutas exóticas, herdou a habilidade com o manejo e fabrico de instrumentos e ferramentas, como redes de pesca, montagem de “cercos”, o cultivo de hortas simples, a criação de animais, como galinhas e cabras, garantindo o consumo doméstico.

Segundo Ribeiro (1995), implantou-se, **na região do litoral, desde São Luís até ao Rio de Janeiro, uma “cultura crioula” com influências africanas. Na região Sudeste destacou-se a “cultura caipira”, com influências da cidade de São Paulo na formação do país. Mas o isolamento do Litoral Norte do Estado de São Paulo impediu a influência dessas culturas, mantendo preservada a sua identidade: a**

¹⁰ A mandioca ficou conhecida pelos colonizadores por “pão da terra” por que dela os índios faziam uma farinha. Esse termo se aplicou a outras raízes.

“cultura caiçara”. Assim, observa-se que famílias descendentes dos fundadores se relacionam e se buscam, como era o hábito, quando partilhavam quintais sem cercas (Rocha, 2005).

Todas as famílias descendentes dos fundadores, ditos “caiçaras legítimos”, se relacionam entre si, considerando-se e sempre buscando informações sobre os demais. Têm consciência de suas perdas culturais e dos avanços dos novos moradores sobre suas tradições, e, sobretudo, as mudanças drásticas trazidas pelo rápido desenvolvimento do lugar, distanciando suas referências e sua importância no universo mesclado que hoje é a cidade de Caraguatatuba.

2.1.3. Os primeiros tempos: a Vila Sobrevivente

Uma das versões existentes sobre a fundação da Vila de Caraguatatuba, discorre sobre que tenha ocorrido em 1653/1654, por João Blau, Capitão-Governador da Capitania de Nossa Senhora de Itanhaém, cuja donatária era a Condessa de Vimeiro. Apesar dessa versão para a data da fundação e para o responsável por ela,

[...] a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba foi realmente fundada ou no final de 1664, ou nos primeiros dias de 1665. Acreditamos, igualmente, que, à vista desse último documento¹¹, o fundador de Caraguatatuba tenha sido Manuel de Faria Dória (Campos, 2000, p.79).

Em 1693, a Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba ficou conhecida como “a vila que desertou”, tendo os poucos moradores locais, sobreviventes a um surto de varíola, conhecida popularmente por “bexigas”, se bandeado para outro lugar.

[...] a Vila desapareceu, com toda a população vitimada por um surto epidêmico que deixou poucos sobreviventes. [...] o que se sabe é que, no final do século XVII, ela não mais constava do rol das vilas do Litoral Norte [...] a única conclusão é que ela realmente teve curta existência, tendo desaparecido no final desse século (Campos, 2000, p.80).

Durante a primeira metade do século XVIII, o local com a sua ermida de Santo Antônio foi-se repovoando lentamente.

Sem saber que Caraguatatuba já existia havia muito tempo, o Governador da Capitania de São Paulo, determinou, em 1770, que o Comandante do destacamento da Vila de São Sebastião fizesse erguer uma povoação nas paragens da chamada

¹¹ Carta resposta do Conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, considerado o 2º Vice-Rei do Brasil, enviada à Câmara da Vila de São Sebastião, em 13 de Outubro de 1665 (Campos, 2000, p.78).

Caraguatatuba (Figura 3). Ordenou ainda que fossem aglutinados nela todos os indivíduos possíveis, reservando local para a Casa da Câmara e Cadeia, entre outros edifícios públicos. Note-se que a Igreja de exaltação a Santo Antônio consagrou o santo católico como seu padroeiro, devoção preservada ainda hoje.

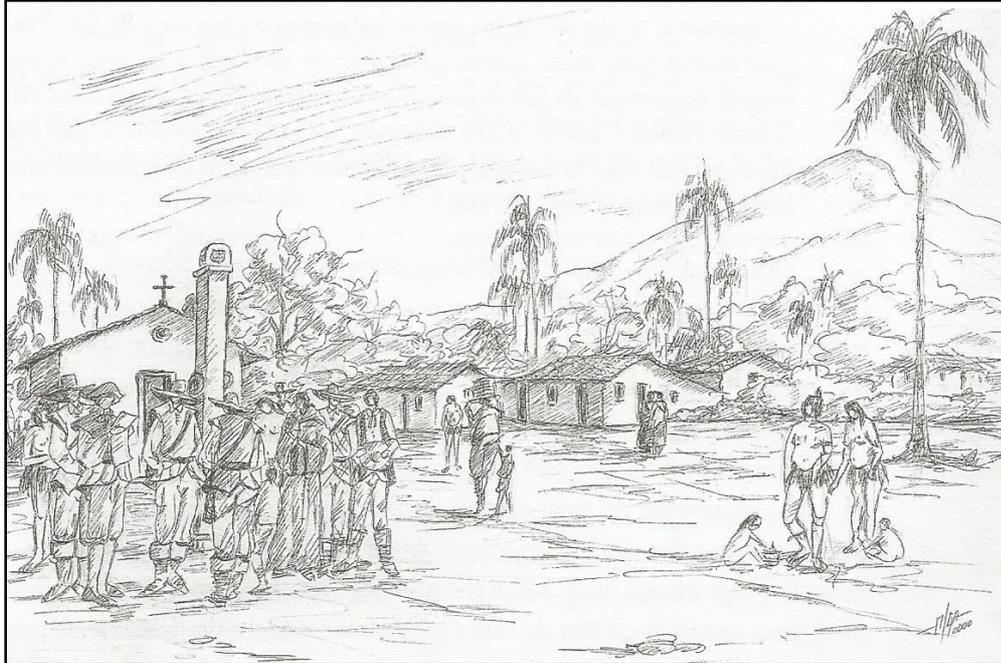


Figura 3: Fundação de Caraguatatuba.

Fonte: Desenho de Olga Duarte Nóbrega. In: Campos, 2000, p. 79

O escoamento da produção do café, do Vale do Paraíba para São Sebastião, por estrada passando no vilarejo, resultou no crescimento da Vila, sendo elevada à categoria de Freguesia, em 16 de março de 1847. Mais tarde, em 1857, foi novamente elevada, passando à condição de Município, instalado em 23 de novembro do mesmo ano, através da lei nº 38. Quase um século depois, em 1947, Caraguatatuba recebeu o título de Estância Balneária, passando a ser Comarca em 1959 (lei nº 5.282), instalada em 23 de setembro de 1965.

Nos anos e séculos que precederam a fundação e refundação da vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, as características econômicas da Vila se mantiveram tais como apareciam nas vilas de todo o país: recebiam maior atenção e benefícios, aquelas que primavam por produzir recursos para a Coroa Portuguesa, então Metrópole do Brasil. Não era o caso da Vila de Caraguatatuba, que por razões ambientais e geográficas não preocupava os colonizadores em relação à segurança e manutenção e nem mesmo os interessava, vez que não produzia cana de açúcar,

a grande riqueza do período. A Vila seguia sua rotina modorrenta, em que os caiçaras adotavam os conhecimentos dos índios e aplicavam suas práticas voltadas à mera subsistência, como a pesca, a caça, a coleta e o artesanato.

Apoiados pelo modelo agroexportador do período colonial, a história dos municípios do Litoral Norte Paulista passou por épocas de expansão das realizações econômicas e também por períodos de recolhimento ou regressão, apogeu e queda de atividades produtoras de recursos e riquezas. Adequado ao modelo colonialista imposto pela Metrópole Portuguesa, o Litoral Norte de São Paulo cumpriu o papel de ser porta de entrada dos europeus ao território nacional, originalmente pertencente e ocupado pelos indígenas brasileiros (Adams, 2000, p.3) e (Muterle, 2008, p.9).

Da fundação até meados do século XVII, as vilas do Litoral Norte de São Paulo passaram pela Confederação dos Tamoios e, após, promoveram um sistema de convívio entre índios e colonos que originou uma cultura e uma economia com características próprias nesses locais, pois se adaptaram costumes portugueses e indígenas, como o bom senso aconselhava. “A economia caiçara era caracterizada por uma oposição tanto à economia indígena primitiva, quanto à economia industrial.” (Adams, 2000, p.5). Dessa forma, estabeleceram-se costumes tais que garantiram aos moradores das vilas, sobreviver e desenvolver uma economia exatamente voltada a essa necessidade. A economia de subsistência garantiu a essa população uma vida sem luxo ou requinte, mas com fartura e bonança.

A partir dos séculos XVII, XVIII e XIX, as vilas foram estimuladas a iniciar atividades econômicas ligadas à produção para a exportação, coerentemente ao empenho colonizador instalado em todo o território, como interessava aos portugueses, sem, contudo, desviar a atenção da importância das atividades destinadas à sobrevivência dos grupos instalados nas vilas.

Nos domicílios coloniais, ou fogos, as atividades não eram autossuficientes, pois era preciso adquirir pólvora, sal, ferramentas, ferro, tecidos, entre outras. Para poder adquirir tais materiais, seria necessário produzir, além dos alimentos, um excedente que permitisse a aquisição dos produtos indispensáveis ao processo de produção dos gêneros que interessavam e que garantia também o pagamento dos impostos, como contribuição das vilas à sociedade nacional (Adams, 2000) e (Muterle, 2008).

Havia nas vilas “homens livres”, não proprietários de engenhos e nem de fazendas de café, produtos que interessavam ao modelo agroexportador colonial.

Eram esses “homens livres” que realizavam o comércio que permitiu às vilas do Litoral Norte ingressar na produção destinada ao comércio exportador, na medida em que comercializavam os insumos que permitiriam tal ingresso das Vilas de então. Em Ubatuba, produtora de café e em São Sebastião, produtor de açúcar, constam registros de produção e entrega de mercadorias originárias da região onde se estabelecia a Vila de Caraguatatuba, pelos chamados “homens livres”, não proprietários.

Os relatos dão conta de uma vida extremamente difícil, quando muitos “viviam de esmolas, de pequenos plantios, de costuras, de farinha, fazendo redes, alugando-se como carpinteiros, ferreiros e construtores” (Muterle, 2008, p.3), que acrescenta: “Além disso, há relatos de que os pescadores, não raro, abasteciam os agricultores com seu pescado, incrementando sua alimentação”.

2.1.4. A quebra do isolamento regional

Pelo que já foi exposto, é fácil concluir que a região adentrou o século XX, numa situação de estagnação econômica, seja pelo isolamento geográfico da região, seja pela distância dos principais portos de embarque das mercadorias tropicais aos portos europeus, seja pela motivação mineradora que não encaminhou respostas aos anseios coloniais, o fato é que a região permanecia distante do foco metropolitano, restando a ela, prioritariamente, a produção destinada à subsistência (Campos, 2000).

Ainda no final do século XIX, foi inaugurada a ligação entre Caraguatatuba e Paraibuna, favorecendo, com isso, o início de um surto de desenvolvimento econômico na região, pois que os produtos vindos do Vale do Paraíba iam de Caraguatatuba à Santos, pelo mar, representando uma nova possibilidade de trabalho para as pessoas e para a região (Campos, 2000).

Porém, nessa mesma época, do planalto paulista até o Litoral, passa a haver duas ligações: a estrada de Ferro Santos – Jundiaí, inaugurada em 1867, e, em 1877, da linha férrea Central do Brasil, chegando ao Rio de Janeiro, desarticulando o transporte que vinha sendo feito através da ligação Paraibuna - Caraguatatuba. Logicamente, esse fato acabou reforçando o isolamento e atraso das vilas e cidades do Litoral Norte do Estado, pois as mercadorias que embarcavam para a Europa pelos portos da região, passaram a sê-lo pelo porto de Santos e do Rio de Janeiro,

desviando mercadorias produzidas em outras regiões do país, dos portos do Litoral Norte, o que havia trazido à região certo movimento e progresso (Campos, 2000).

A antiga estrada acabou sendo abandonada, face ao desuso provocado pela estagnação do comércio. Nesse ponto de sua história, Caraguatatuba (Figura 4 e 5) e toda a região voltam a enfrentar a paralisação econômica e o isolamento em relação a outras regiões do país.



Figura 4: 1939 – Vista aérea do centro de Caraguatatuba.

Fonte: Acervo municipal

O declínio e encerramento do ciclo do café em Caraguatatuba coincidem com a expansão dessa riqueza pelo interior paulista, gerando a formação de grandes fortunas e vigoroso desenvolvimento para as cidades das regiões produtoras dessa riqueza.

Em 1939 foi aberta ao tráfego a estrada de rodagem “Parahybuna – Porto de São Sebastião”, que contou, entre outras, com a mão de obra de 200 prisioneiros primários. Tendo se iniciado em 1932, o trabalho de construção foi interrompido com o início da Revolução Constitucionalista, entre as forças de São Paulo e as da Federação. Porém, por essa mesma razão, pela necessidade de melhoria nas estradas paulistas em função do conflito, as obras da estrada foram retomadas, com mão de obra gratuita, já que os revolucionários paulistas foram obrigados a fazer reparos em várias estradas a fim de melhor se locomoverem. Em 1938 foi

inaugurado o trecho Caraguatatuba – São Sebastião e em 1955 a ligação entre Caraguatatuba e Ubatuba.



Figura 5: Largo da Matriz, 1929.

Fonte: Foto de A. Jorge Martins. In: Campos, 2000, p.276

Em 1974, inaugurou-se a BR 101, a Rodovia Rio – Santos, que trouxe mais do que o benefício da melhoria nas comunicações, pois que deu início à violenta especulação imobiliária na região, que teve sua face profunda e irremediavelmente modificada, por força destes fatos (Campos, 2000).

Com a construção da Rodovia dos Tamoios, a partir de 1950, interligando o Litoral Norte do Estado de São Paulo com uma significativa malha rodoviária, compreendendo o Vale do Paraíba e a Capital do estado, a Região deixa de vez o antigo isolamento para tornar-se interessante destino turístico, permitindo-lhe rápida recuperação econômica, vez que as atividades tradicionais, como a agricultura e pesca mostravam decadência. No entanto, por essa mesma razão, Caraguatatuba passará a ter dificuldades em relação ao planejamento urbano, com ocupações irregulares e segregação sócio espacial.

2.2. A revitalização propiciada pelo agro empreendimento e os novos investimentos, migrações e transformações nos Séculos XX e XXI

Assim, vindo de uma longa história de conflitos e isolamento, registrando pequena população caiçara voltada às atividades de subsistência, organizada e vivendo relações estreitas e fechadas, determinadas pelas famílias locais, guardiãs das antigas tradições, compartilhando entre si símbolos, valores e credences próprias das comunidades mantenedoras das heranças culturais orais, características desses grupos, a partir do início século XX, Caraguatatuba iria conhecer uma nova fase em seu desenvolvimento, diversificando suas atividades econômicas, políticas e sociais.

Embora haja citações referentes a pequenas e breves experiências no passado, voltadas para a produção de mercado, ao tempo em que tais culturas atendiam ao apelo nacional, como a cana de açúcar, o fumo, o café e o milho (Kok, 2012), o universo dos caiçaras de Caraguatatuba iria se transformar, face às influências de novos grupos de exploração econômica que chegaram e imprimiram um novo ritmo e novas perspectivas aos moradores e à cidade, de forma geral.

O início desse ciclo desenvolvimentista registrado em Caraguatatuba, na primeira metade do século XX, aconteceu motivado pelo interesse despertado nos europeus em relação às madeiras nobres, como o covi, jatahy, uruçurama, canela preta, parda e sassafrás, louro, sapucaia, mocotaúba, canjarana, cedro, ipê, pequiá, jacuá (Kok, 2012), jequitibá e o araribá, além da caxeta (usada para o fabrico de tamancos), que aqui eram nativas e abundantes, podendo substituir a madeira para dormentes das estradas férreas europeias que eram adquiridas na Alemanha, Hungria e Rússia e cuja exportação/importação foi suspensa devido aos rumos da 1ª Guerra Mundial.

Grupos estrangeiros ligados a esses interesses passaram a investir capitais no município, interessados que estavam na exploração dessas madeiras. A empresa estrangeira que primeiro explorou as riquezas do município foi a italiana Madeireiras J. Charvolin, “instalada no Anhimbu, junto com um Armazém de Secos e Molhados, uma padaria, uma farmácia e uma serraria, destinada a cortar dormentes” (Kok, 2012, p.62) e, entre 1914 e 1918, a Société Français pour l’Exploitation et le Commerce des Bois Exotiques, empresa de capital particular francês, instalada na fazenda São Sebastião (Castro et al., 2012).

Há que se fazer um breve parênteses a fim de registrar aspectos da Fazenda de São Sebastião. Localizava-se “numa grande área da planície litorânea, na vasta Bacia do Rio Juqueriquerê, banhada pelos rios Claro, Pirassununga, Camburu e outros de menor porte, tendo como limitadores principais, a serra e o mar” (Castro et

al, 2012, p.3).

Tais empresas limitavam-se à extração e exportação das nobres madeiras brasileiras encontradas na Mata Atlântica, que cobriam o município, e eram diretamente enviadas à Europa, *in natura*.

O escoamento da produção se fazia pela via fluvial do Rio Camburu e Juqueriquerê até o mar e a baldeação para os navios transatlânticos se realizaria no canal de São Sebastião. A preocupação era transportar o produto já pronto, pois o transporte era um dos itens que mais encarecia os dormentes. Assim, foi necessária a compra de um maquinário que possibilitasse o beneficiamento da madeira, transformando-a em dormentes na própria empresa. Esse instrumental era composto por 33 máquinas movidas por um locomóvel Wolf de 20 HP. Porém, esse tipo de exploração deixou de ser interessante para os exploradores, em decorrência dos rumos tomados pela Europa após 1ª Guerra Mundial (Campos, 2000, p.208).

No entanto, em que pese a determinação do fim da “Empresa de Madeiras”, há que ressaltar sua atuação no socorro prestado à população durante os anos da “grande depressão”, o emprego da mão de obra caiçara, muitas vezes desviada da produção para subsistência, as melhorias estruturais implantadas para realização de sua produção, que reúne abertura de estradas de terra, ferrovia, portos e cais urbano, lazer (Anhimbu Futebol Clube, bailes e diversões), música (primeira banda musical de Caraguatatuba), assistencialismo, além de ter sido intermediária na instalação da Companhia Inglesa que a substituiu (Kok, 2012).

As razões do encerramento das atividades da Empresa J. Charvolin foram múltiplas, desde problemas contratuais com o Governo italiano, que suspendeu a compra de dormentes, passando pelo encarecimento dos custos com a descarga das madeiras no Porto de Santos, que dali seguia para São Paulo (ferrovia ou rodovia), novo mercado consumidor da madeira produzida.

A Fazenda São Sebastião, em 1918, passou às mãos do grupo The Lancashire General Investment Company, com sede em Londres, que montou nos quatro mil alqueires da propriedade, um esquema bem planejado e executado para a produção de frutas, sobretudo *grapefruit*¹² (toranja) e bananas nanicas (banana conga), destinadas ao mercado inglês (Figura 6).

¹² Grapefruit ou toranja é um fruto híbrido resultante do cruzamento de dois citrinos: a laranja e o pomelo. É um fruto muito apreciado pelos ingleses no café da manhã, por promover o bom funcionamento dos intestinos para além de um elevado número de benefícios para a saúde.



Figura 6: Os 4 mil alqueires da Fazenda dos Ingleses: uma imensidão de terreno.
Fonte: Kok G. Uma fazenda inglesa no universo caiçara. 2012.

Os cargos mais importantes eram destinados aos ingleses e seus salários eram de três a quatro vezes mais altas do que os equivalentes ocupados por brasileiros.

Para a instalação do projeto, a Companhia realizou trabalho de drenagem das terras, aplainou picos dos morros para construção das casas dos dirigentes da Empresa e construção de casas de tijolos, cobertas de telhas, destinadas aos trabalhadores contratados (Figura 7).

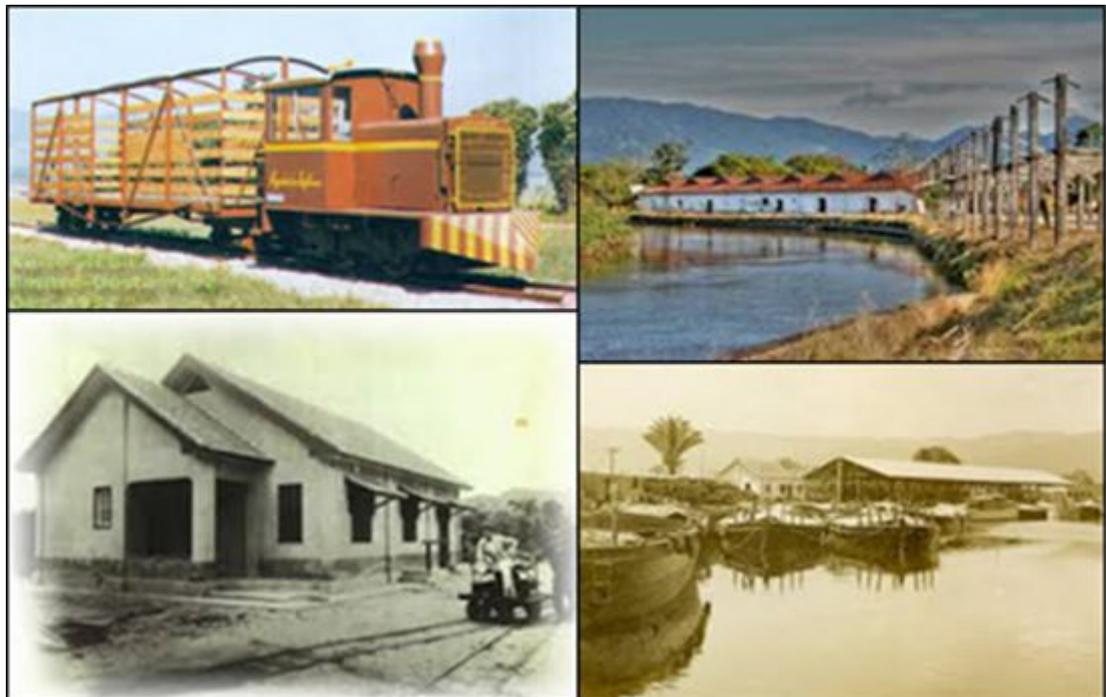


Figura 7: Infraestrutura da Fazenda dos Ingleses para transporte da produção.
Fonte: Acervo municipal

Com a finalidade de transportar e escoar a produção de frutas, abriu,

preparou terreno e construiu uma estrada de ferro com 120 Km, que cortava toda a propriedade, e construiu um porto, no Rio Juqueriquerê, para embarque da produção em barças que levavam a mercadoria até aos cargueiros da companhia de navegação “Blue Star Line” que faziam o seu transporte até Inglaterra.

Durante os dez primeiros anos de exploração, de 1929 a 1939, houve um auge de produção, com toneladas de frutas para exportação. Consta que no período mais produtivo, a fazenda colhia de 35 a 40 mil cachos de bananas por semana.

Após período de grande atividade econômica, quando os salários pagos aos empregados movimentavam o comércio da cidade, a Companhia entrou em declínio, por influência da 2ª Guerra Mundial, quando houve uma enorme diminuição na produção dos citros.

O pior golpe sofrido pela Companhia Inglesa foi em 1967, quando um enorme volume de água se precipitou sobre a cidade, marcando-a como o pior evento que se abateu sobre todo o município, provocando muitos e importantes estragos, além de muitas mortes: a Tromba D’água, ou Catástrofe. Nessa ocasião, a fazenda, as fruteiras, as estradas, o maquinário, foram cobertos de água e lama e sua recuperação foi orçada, na época, em quinhentas mil libras esterlinas (Figura 8).

Além disso, o mercado europeu, encolhido no pós guerra, deixou de consumir os produtos exportados pela Companhia, o que corroborou a decisão de encerrar as atividades. No entanto, a presença e o desempenho da Fazenda dos Ingleses em Caraguatatuba contribuíram para o desenvolvimento da cidade através da diversificação das Atividades Econômicas, principalmente na Agricultura, no Comércio e no Artesanato.



Figura 8: Imagens dos estragos causados pela Tromba D’água, ou Catástrofe, de 1967.

Fonte: Acervo municipal

A região ganhou também uma melhoria na infraestrutura de transportes, decorrente das necessidades da Fazenda escoar seus produtos para exportação, sendo que em 1932 construiu-se a ligação do Alto da Serra até Caraguatatuba, e nos anos seguintes, estrada ligando Caraguatatuba – São Sebastião e Caraguatatuba – Ubatuba. As consequências deste fato foram o aumento da população local, a maior especialização da mão de obra agrícola, a expansão dos meios de comunicação e crescimento da Receita Pública Municipal, Estadual e Federal.

Ao longo da década de 1950 ocorreram fatos que contribuíram para a quebra do isolamento em que se mantivera a cidade de Caraguatatuba, tais como as obras de ampliação e modernização do Porto de São Sebastião, visando desafogar o Porto de Santos.

2.2.1. A catástrofe de 1967

Neste ponto, parece relevante fazer um parênteses a fim de relatar o principal evento climático que já aconteceu na região do Litoral Norte do Estado de São Paulo, seja pelo impacto descomunal que causou na vida da cidade, seja pelo que resultou daquele caos, nos tempos seguintes, responsável que foi pela divulgação, conhecimento da cidade, de seu enorme potencial e o desenvolvimento desencadeado nos anos que se seguiram, fazendo do grave evento, a porta de entrada dos novos tempos, com tudo que trariam de benefícios e de problemas.

Conforme atesta Abdala (2004 apud Marandola Júnior et al, 2013, p.11):

[...] o evento culminou no fim das atividades da Fazenda dos Ingleses, central para a economia local, encerrando o ciclo agrário. Isso alterou radicalmente as formas de viver em Caraguatatuba, que ainda era bastante dependente da atividade agrária. A cidade se reconstruiu, tomando outra direção. A alternativa seguida para a reconstrução da cidade e da autoestima da população foi o turismo. A desvalorização causada pelo evento de 1967 se tornou uma oportunidade para o primeiro grande movimento imobiliário na década de 1970. Tal movimento indica que o processo de recuperação de desastres na cidade não foi simplesmente um retorno ao estado anterior. [...] o momento foi abordado como um estímulo ao crescimento de vetores econômicos até então pouco explorados, e a ocupação foi acelerada.

Catástrofe: o termo tem sido utilizado pelos moradores de Caraguatatuba para referir a tromba d'água que caiu sobre a Serra do Mar e a região do município naquele distante 18 de março de 1967. E, se a palavra peca pela imprecisão

vocabular, revela , no entanto, como aquela população entendeu e absorveu a tragédia, o horror, a devastação material, emocional e ambiental que provocou então.

Segundo Pereira (2009, p.46-47):

Impactos ambientais, com graus variáveis de gravidade, têm ocorrido em vários pontos, e em várias ocasiões, no domínio das matas costeiras. Além das indústrias poluidoras, muitas outras causas concorreram para a degradação da mata e do meio ambiente do qual faz parte, como: práticas agrícolas empíricas (culturas de subsistência, bananicultura), extração de pedras para construção e pavimentação, mineração (calcário, caulim, galena, carvão-de-pedra), desmonte de sambaquis, construção de rodovias e abertura de estradas de terra, construção de barragens em usinas hidroelétricas, exploração imobiliária desordenada e, em menor escala, extração de madeiras, de lenha e de palmito.

Muitas foram as razões apontadas, conforme se verifica, para a ocorrência do fenômeno geológico que marcou a trajetória da cidade, sendo que no caso de Caraguatatuba, vários fatores tidos como desencadeadores do desastre estavam presentes e atuantes no município, corroborando, assim, o diagnóstico dos técnicos.

Ainda nas palavras de Pereira (2009, p.46):

[...] fato marcante, de natureza geológica e geomorfológica, foi o desencadeamento de avalanches de detritos e corridas de terra, que afetaram as encostas da Serra do Mar, nas proximidades de Caraguatatuba, no dia 18 de março de 1967. As condições geológicas e geomorfológicas da área em apreço, somadas aos elevados índices pluviométricos do mês de março daquele ano, conspiraram para o desencadeamento desses gigantescos movimentos de massa, que por muito pouco não teriam arrasado a cidade de Caraguatatuba. Os morros e os esporões dessa região, antes cobertos extensivamente pela mata, ficaram escalavrados por inúmeras marcas dos deslizamentos de terra, que corroeram suas encostas por grandes extensões. Nesse episódio geológico, muitas árvores e outros vegetais desceram de cambulhada pelas ravinas, entulhando as partes baixas dos vales.

Segue outra descrição do fenômeno, asseverando sua letalidade e seu poder de destruição que arrasou a cidade e adjacências, atingindo brutalmente seus moradores, principais vítimas do ocorrido, deixando marcas indeléveis na memória da gente caiçara e de quantos puderam acompanhar a tragédia, numa época em que as comunicações careciam da eficácia que têm atualmente (Figura 9 e 10).

Para evidenciar a vulnerabilidade da região vale destacar que em março de 1967, ocorreu importante evento climático que ficou conhecido como “A Catástrofe”, resultante de uma sequência de deslizamentos na Serra do Mar, decorrentes, por sua vez, de uma anomalia positiva de precipitação na região no período e que provocou, segundo registros da época, a morte de 436 pessoas, além de severos danos à infraestrutura e à economia locais. Da população local residente no município na época, 33 % perdeu suas

casas em função dos deslizamentos. Na área que hoje abriga o Parque Estadual da Serra do Mar, ocorreram inúmeros desabamentos provocando um lençol de lama que em dez minutos cobriu a cidade (Seixas et al., 2011,



p.6).

Figura 9: As marcas dos deslizamentos de terra na Serra do Mar.

Fonte: Araujo ACH, 2011.

Uma noção verdadeira da dimensão da hecatombe é dada pelas palavras do jornalista do Diário do Comércio, José Patrício, numa edição de 06/jan/2010, recordando que: “A tragédia foi tão impactante que o governo decidiu criar a Defesa Civil Estadual, uma resposta à falta de coordenação dos órgãos públicos para tratar de catástrofes como aquela, que também é lembrada como o dia em que a serra caiu” (Patrício, 2010).



Figura 10: Uma cidade debaixo de água.

Fonte: Araujo ACH, 2011.

A lama a tudo encobriu, envolvendo os moradores no trabalho voluntário da remoção de detritos, na busca por corpos, no apoio aos sobreviventes desalojados e miserabilizados pelo gigantismo da hecatombe que os atingiu (Figura 11). Naquele momento, não poderiam supor que a tragédia havia sido um divisor de águas na trajetória da cidade.



Figura 11: Lama e troncos de árvores invadiram a cidade.

Fonte: Araujo ACH, 2011.

A história do Litoral Norte seria narrada pelo “antes da Catástrofe e depois da Catástrofe”, revelando que do grande mal que atingiu a vida da cidade e de seus moradores, surgiria a solução para os problemas imediatos e para aqueles de longo

prazo.

Ao noticiar e propagar a tragédia, noticiou-se e propagou-se também o lugar, seu enorme potencial turístico, sua cultura rústica e sua gente simples, vivendo à beira mar, ao pé da Serra do Mar e da Mata Atlântica. Os olhares atentos e empreendedores do capital focaram a região, iniciando o “boom” de crescimento e desenvolvimento que se seguiu, com a atração de mão de obra de outras regiões para a construção civil, destinada a suprir a busca por turismo. E, na esteira dessa nova proposta de desenvolvimento para a cidade, chegaram as demais e foram, gradativamente, capazes de modificar a trajetória e a história de Caraguatatuba. A dita Catástrofe foi, então, força desmedida de destruição e ao mesmo tempo, o descortinar das oportunidades que lançou a cidade na aventura do desenvolvimento, embora com os riscos inerentes a essa nova dimensão da cidade, que são muitos e graves (Petrobras - Instituto Pólis, 2013).

Assim, esse evento de proporções inéditas que atingiu Caraguatatuba em 1967, fez mais do que apressar o desmonte da Fazenda dos Ingleses, primeiro grupo empresarial que se estabeleceu na região, de modo a trazer significativas mudanças aos hábitos e costumes caiçaras. Condenou aquela empresa, mas abriu oportunidades para novos negócios, que vingaram e trouxeram Caraguatatuba ao seu atual patamar de desenvolvimento, com as demandas populacionais adequadas a esse momento, tanto no que tange aos benefícios auferidos como aos prejuízos da população, da comunidade como um todo e do meio ambiente.

2.2.2. Turismo: a grande vocação

A infraestrutura urbana do Litoral Norte recebeu, na década de 1950, investimentos estaduais e federais, que possibilitaram alavancar as atividades turísticas, ainda incipientes naquela época. Tais ações passarão a ser mais visíveis a partir de 1970, refletindo o “Milagre Brasileiro”, com a impulsão do setor imobiliário local relacionado ao turismo de “segunda residência” (a casa de praia). Essa nova tendência do mercado acabou por caracterizar a economia do município, revelando aspectos novos do desenvolvimento econômico iniciado então: - Fortalecimento do Setor Terciário com notado acento sazonal e informalidade dos empregos; - Setor Industrial focado na extração e transformação de minerais não metálicos, além dos materiais destinados à construção civil; - Agricultura e Pecuária inexpressivas, tanto

ao nível local como estadual.

A partir daí, o “boom” imobiliário determinará o crescimento do setor de serviços, sobretudo aqueles voltados às atividades turísticas e à construção civil, setores da vida caiçara que mais apresentaram mudanças e crescimento nos últimos anos. O crescimento populacional e dos negócios gerou também um crescimento da urbanização da cidade. As ações imobiliárias destinadas à compra e venda de propriedades, loteamentos, incorporação, administração e arrendamento foram as mais destacadas, entre outras que se desenvolveram então. Há que se mencionar que nesse período, de 1970 a 2000, a população absoluta de Caraguatatuba aumentou de 14.862 para 78.544 habitantes. Antes de 1970, o crescimento populacional era meramente vegetativo, e seu grande incremento nas décadas finais do século deveu-se aos movimentos migratórios que focaram Caraguatatuba como destino preferencial, sobretudo do nordeste e do norte de Minas Gerais, embora sejam encontradas na cidade famílias oriundas de muitas outras regiões do país, em busca de condições mais favoráveis de trabalho e de vida.

Esse crescimento acelerado no final do século XX foi marcante e também explica, em grande parte, o crescimento econômico verificado na cidade. Em decorrência de todos os fatos aqui elencados, é possível afirmar que a última metade do século XX foi definidora do padrão de crescimento populacional e urbano de Caraguatatuba, vez que se estabeleceu como importante polo turístico, recebendo insumos oficiais e investimentos particulares em novas moradias e negócios, alçando a cidade a um novo patamar de produção e distribuição de renda. Os investimentos públicos municipais se concentraram, sobretudo, nas áreas de Educação e Infraestrutura Urbana, adequada à sua população crescente e necessitada desses investimentos para garantia de seus mínimos direitos.

Tal qual ocorre em toda mudança, o fortalecimento do turismo, como elemento impulsionador do desenvolvimento local, trouxe grandes e positivas transformações para a cidade, mas trouxe também inúmeros problemas. O turismo iniciou um tempo de novos empregos, mudando as perspectivas de trabalho para a população, que, em contrapartida, precisou buscar capacitação e aperfeiçoamento, via cursos que são continuamente oferecidos pelo próprio Poder Público, em claro apoio a essa necessidade e a fim de estimular o desenvolvimento atual.

Da pequena e provinciana povoação praiana que existiu até meados do século XX, pouca coisa ainda persiste, sem as marcas da atividade turística que

transformou a face da cidade (Figura 12).

Aos olhos dos moradores e das organizações da sociedade civil entrevistados, Caraguatatuba mudou muito, sobretudo, nos últimos dez anos. Seu crescimento intenso e rápido deixou para trás a paz e tranquilidade vigentes há tempos e alterou substancialmente a dinâmica da cidade, bem como o dia-a-dia da população, que presenciou alterações nas suas formas usuais de socialização e de convivência. Pode-se dizer que, entre o passado e o presente, as mudanças foram tantas que parece ser difícil definir a atual identidade desse município com precisão. A expressão 'crescimento rápido' é recorrente no discurso sobre a cidade e denota o ritmo acelerado e a intensidade do processo vivido nos últimos tempos. Alguns interlocutores parecem ainda estar assimilando, com um quê de espanto (e, por vezes, de nostalgia), as transformações ocorridas e seus impactos no cotidiano da vida local. 'Era mais pacato [...] era como uma roça [...] era uma vila de pescador. Na época o único lugar calçado era centro e Santa Marina¹³ [...] não tinha essa avenida aqui não. Aqui era uma área de futebol de praia. A cidade era mais gostosinha antes. Só existia o centro.' Tinham (sic) poucos moradores, e os antigos eram os que mandavam na cidade. Os antigos determinavam quem ia ganhar nas eleições e quem ia se dar bem de vida, por exemplo (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.68).



¹³ Santa Marina, referida.

Figura 12: Ex-líbris de Caraguatatuba: Condomínio Costa Verde - Tabatinga, Igreja Matriz, Santo Antônio e praia Martin de Sá.

Fonte: Imagens de Caraguatatuba (www.google.com.br)

Pode-se dizer que tais mudanças determinaram a redefinição do perfil da cidade, tendo início sua descaracterização, face às marcantes influências trazidas pela população que migrou de outros pontos do país com destino às perspectivas de trabalho e de melhoria de vida que almejavam encontrar na crescente e acolhedora Caraguatatuba, cujo progresso dependia dessas mãos obreiras que então chegavam.

Com a ocupação de novos espaços pela construção civil, muitas vezes originados de propriedades de caiçaras que, seduzidos pelo valor oferecido pelos investidores e construtores, disponibilizavam para venda sua casa e seu trecho de praia, indo morar em outros locais. Isso quando não eram expropriados, por conta da documentação relativa às propriedades dos caiçaras, remontando, muitas delas, ao período de formação da cidade (posse, e não escritura definitiva), conforme menção anterior neste trabalho. As consequências desse fato, se por um lado contribuíram decisivamente para acentuar as transformações e o progresso, por outro lado, foram devastadoras para a manutenção da identidade cultural ancestral do município, que este trabalho propõe resgatar. “Em suma, parece ter favorecido o aprofundamento daquelas feições mais urbanas do município em contraposição aos seus traços mais rurais ou ao seu modo de vida caiçara, tão marcante anteriormente” (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.68).

Em meio às transformações vivenciadas pela cidade, e retroagindo um pouco mais no tempo, comenta-se que a população tradicional de Caraguatatuba foi se deslocando para a roça ou migrou. A cultura caiçara parece ter hoje pouca presença em uma cidade que atraiu moradores com outro perfil para atuar nas novas frentes de trabalho que foram se abrindo.

Os caiçaras mesmo estão na roça. Eu mesmo vejo poucos aqui; o resto é tudo mineiro, baiano e não sei de onde [...]. Hoje, o pessoal mais velho daqui está saindo fora, está ali no Ipiranga¹⁴, Porto Novo¹⁵. Ali, são caiçaras

¹⁴ Bairro da cidade, na zona norte, ocupado por muitos caiçaras que venderam suas propriedades aos especuladores, para a construção civil.

¹⁵ Bairro da cidade, na zona sul, tradicionalmente ocupado por famílias caiçaras, que ainda permanecem lá.

mesmo. Hoje, se você for procurar um caçara com quiosque na praia, você não vai achar nunca. São todos pessoas de fora.' De 'vila de pescador' à cidade de hoje, muita coisa mudou. Violência, drogas, redes de comércio varejista, shopping e tantos outros traços típicos das grandes cidades, agora integram a paisagem local. Os interlocutores admitem os benefícios advindos da expansão urbana recente, mas não deixam de sopesar essas conquistas levando em consideração as várias consequências negativas que surgiram em paralelo (tais como: o incremento populacional e seus impactos nos serviços públicos supracitados, os congestionamentos, a criminalidade etc). 'Não tinha nenhuma loja, nem Ponto Frio, nem Casas Bahia... Veio o INSS, veio o Poupa Tempo. A cidade desenvolveu e está evoluindo! (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.69).

Embora seja recorrente no entendimento da população os aspectos negativos advindos do rápido crescimento da cidade, como a falta de segurança, determinando índices altíssimos de violência e criminalidade, a perda da tranquilidade bucólica que havia até meados do século passado, a descaracterização dos costumes, entre outros apontamentos, é inegável, no entanto, os ganhos obtidos pela cidade e pelos moradores.

Na fase de coleta de dados e entrevistas, para montagem do Diagnóstico Urbano Socioambiental do Município, muitas foram as colocações feitas nesse sentido:

Quer dizer, com o desenvolvimento veio de tudo. Antes, as pessoas ficavam na praia até 22h, 23h da noite, e não tinha nenhum perigo. Era uma cidade de praia tranquila. Hoje, não dá mais. Tem violência, bagunça, barulho. Mudou o perfil totalmente da cidade. Não dá mais para sentar na muretinha¹⁶, na soleira das casas à noite. Se tornou uma curva de rio. Tem que tomar cuidado com quem você contrata: garçom, ajudante [...] (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.69).

Essa questão da violência, relacionada ao consumo e tráfico de drogas, tem ocupado intensamente os órgãos públicos atinentes a ela, e, embora saibamos que tais eventos sempre acompanham momentos de crescimento e desenvolvimento, e que Caraguatatuba não seria uma exceção, ainda assim, instiga os gestores municipais, que acionam instâncias superiores em busca de solução e recursos humanos e materiais para fazer frente ao gigantismo desse desafio, que só tende a crescer.

No entanto, desde a enorme exposição a que foi submetida, com a devastação ocasionada pela tromba d'água, em 1967, e, ao mesmo tempo, e pela mesma razão, foi também 'descoberta' como um paraíso tropical até então

¹⁶ Muro baixo, feito de pedra marroada, no centro da cidade (do Camaroeiro até à Ponte sobre o Rio Santo Antônio), onde as pessoas, sobretudo os jovens, se sentavam para apreciar a movimentação na avenida da praia.

desconhecido do grande público consumidor de turismo, Caraguatatuba jamais retornaria à condição anterior, de 'quase vila', razão pela qual as mudanças desencadeadas então jamais arrefeceram (Figura 13).

Ao contrário, o crescimento apenas mudou suas nuances, passando da especulação imobiliária, determinada pelo início das construções das 'moradias de praia', para as necessidades infra estruturais que o momento requeria, intensificando-se na medida em que novos horizontes se abriram para a cidade, seus moradores, e o robusto ciclo migratório que se seguiu à notícia da vinda da Petrobrás para a cidade, via instalação da Base de Exploração do Gás Natural (UTGCA).

Destarte, temos que:

Não obstante as diferentes percepções quanto ao lugar ocupado pelo turismo na estrutura econômica municipal, parece haver um consenso quanto aos bônus e ônus a ele associados.' Segundo os interlocutores o turismo é uma fonte geradora de empregos diretos e indiretos, mas também é responsável pelo alto custo de vida na cidade, além de resultar em transtornos ao cotidiano de vida da população - sobretudo, na alta temporada -, em problemas para os serviços públicos (como a saúde) e em impactos negativos à qualidade ambiental do município. 'O turista é bem-vindo, porque ele traz progresso pra nossa cidade, porque ele traz dinheiro [...] Eu acho que tinha que ter punição mais severa. Eles colocam o carro em cima da calçada. Na cidade deles, eu acho que eles não fazem isso. Na



verdade, os turistas nos ajudam muito, mas também traz (sic) problemas para a cidade, problemas que são de meio ambiente [...] tem casas de temporada que ficam abandonadas e aí vem a dengue, cachorro tomando banho na praia junto com as pessoas [...] Veio uma avalanche de coisas boas e coisas ruins. Caraguá ganhou e perdeu com o turismo. Mas, quando o turista chega, é fila no supermercado, é trânsito [...] O que o turista deixa de sujeira e de lixo na cidade! A cidade dorme com 100 e acorda com 300, em feriado prolongado e final de semana. Existe uma população flutuante enorme, mas que não é considerada no orçamento, por exemplo, da Saúde. O SUS não leva isso em conta. Nos hospitais, fica cheio de turistas, usando nosso banco de sangue [...] (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.72-73).

Figura 13: Voo livre, trilhas e cachoeiras, passeios de escuna e praias.

Fonte: Imagens de Caraguatatuba (www.google.com.br)

Nota-se, portanto, que a população, conforme relatório citado, tem plena consciência do que é positivo e do que, ao contrário, é negativo, no aumento do fluxo turístico que hoje procura Caraguatatuba para desfrutar suas belezas naturais, delícias gastronômicas, além de sua magnífica vizinhança. Compete, pois, à essa população crítica, consciente das transformações inevitáveis e aos gestores municipais, proceder ao planejamento e execução de obras e ações que possam qualificar a cidade como promotora do turismo sustentável, mediante práticas de acolhimento ao turista, mas também de preservação ambiental.

Entre os defensores de uma maior centralidade do turismo na política de desenvolvimento local – em especial, aquelas organizações da sociedade civil voltadas à atividade turística -, predomina o argumento mais recorrente da geração de emprego, que traria consigo a dignidade humana, mas também um elemento novo: a sustentabilidade. Respaldados pelas colocações da ONU inclusive, o turismo seria a atividade econômica causadora de menores impactos socioambientais se comparada às demais atividades industriais e extrativistas, em franca expansão no município. A experiência de Macaé, nesse sentido, é tomada como o exemplo vivo de que o turismo deve ser priorizado. A vocação do município é o turismo, sem sombra de dúvida: turismo de negócios, ecoturismo, turismo religioso (morro do Santo Antônio), turismo de praia. Não existe outra vocação melhor. A prova disso é que Macaé está tentando reverter o seu quadro de poluição, por conta da indústria de petróleo e gás, através do turismo. As pessoas já estão vindo, já estão se instalando... Alguém falou de Macaé... Lá virou um caos, um tumulto, pois achavam que o petróleo ia resolver tudo e abandonaram o turismo... Hoje, o que está acontecendo? Estão resgatando e investindo no turismo, para reverter as calamidades que lá estão (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.73).

Em que pese a grande transformação pela qual a cidade tem passado, sobretudo por causa do avanço do turismo, ainda há muito a fazer para que Caraguatatuba possa colher, de fato e largamente, os bônus dessa atividade, na proporção em que oferece natureza, belezas e prazeres infindáveis àqueles que a

procuram, colhendo em troca, um turismo sem sazonalidade, praticável em todos os meses do ano, num ambiente apropriado para as atividades, gerando benefícios reais.

Todavia, mesmo entre os defensores de uma maior centralidade do turismo no cenário de desenvolvimento local, é consenso a percepção de que ainda falta um longo caminho para consolidar essa posição do turismo no município. Inúmeras são as críticas endereçadas aos órgãos públicos no tocante à ausência de políticas estratégicas de incentivo ao desenvolvimento do turismo, para torná-lo uma opção de emprego e renda viável o ano inteiro, e não apenas nas altas temporadas: [...] Dessa forma, não faltam ideias para desenvolver os potenciais locais ainda subaproveitados, com enfoque especial no ecoturismo, para geração de emprego e renda. (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.73-74).

Sendo uma atividade que se desenvolveu após a pior tragédia que atingiu a cidade, o turismo em Caraguatatuba ainda não explora todo o seu potencial, até porque ainda é uma atividade em construção, que recentemente ascendeu ao panteão da vida econômica do município, mas já acena com muitas, reais e variadas possibilidades, precisando um pouco de ousadia, criatividade e recursos financeiros suficientes para cumprir sua vocação mais explícita, aquela que trouxesse ao município e seus moradores, o desenvolvimento que buscam e precisam, sem onerá-lo com as consequências de um processo aleatório e sem planejamento. O município precisa, ao contrário, usufruir dos benefícios que sua generosa geografia disponibilizou, preservando-o e garantindo assim, sua permanência para o desfrute consciente das gerações vindouras.

No entanto, há que refletir sobre o encaminhamento das questões relacionadas ao turismo, para que a “galinha dos ovos de ouro” não venha, por força de planejamentos inadequados e/ou de interesses meramente particulares, a se transformar na besta da exclusão, da expropriação, do enriquecimento de uns poucos, em detrimento da massa empobrecida e marginalizada do processo produtivo da cidade, como já aconteceu no início da especulação imobiliária que desencadeou o turismo, nas décadas de 60/70, mencionada nesse trabalho. Compreendida como atividade econômica relevante e grandemente positiva para o desenvolvimento do município, precisará, cada vez mais, que haja uma busca permanente de aperfeiçoamento profissional para aqueles que planejam e/ou executam as ações de suporte da atividade turística, a fim de que possa haver um processo de crescimento e fortalecimento turístico capaz de alavancar a cidade ao patamar ambicionado dos bons serviços prestados, de representar destino

preferencial, e, sobretudo, de aproveitamento da mão de obra local, devidamente preparada para tanto. O resultado óbvio seria o desenvolvimento racional e sustentável de uma atividade econômica cuja principal característica está em ser a vocação natural do município.

2.2.3. Maricultura - opção sustentável?

Desde os primórdios da vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, a atividade pesqueira aparece ligada à subsistência dos moradores, como moeda de troca entre os habitantes e os chamados “homens livres”, que praticavam o comércio, muitas vezes utilizando-se do escambo. A agricultura, praticada para a subsistência das famílias, era acrescida por outros produtos, como o pescado, a caça e a coleta, intensamente praticadas até bem pouco tempo. Trata-se de um tipo de economia em transformação, “[...] situando-se entre a economia primitiva indígena de um lado e a economia industrial de outro, respondendo, ao mesmo tempo, ao auto consumo familiar e alguma demanda da economia global” (Campos, 2000, p.92)

Durante muito tempo, e pelo menos até a metade do século XX, manteve-se essa fórmula de produção, ancorando o estabelecimento do modo de vida caiçara, com seus hábitos e costumes preservados e a dinâmica da cidade em perfeito acordo com essas práticas, herdadas dos povos formadores.

Nos registros sobre a produção de víveres e mercadorias para a prática da comercialização na então Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, sempre constam dados relativos à pesca, como atividade complementar dos moradores. Campos (2000, p.97) relata que:

A venda declarada de farinha ficou na faixa de 102 arrobas, que corresponde a apenas 7,5% do total produzido, demonstrando, claramente, que era um mercado auto suficiente, sem excessos por falta de demanda. Os outros produtos de alimentação apresentam totais ínfimos: milho, com 52 alqueires, feijão, com 25 alqueires e arroz, com 20 alqueires. Os complementos da alimentação, como caça, não são relacionados, mas, em compensação, encontramos 15 pescadores que, ajudados pelos familiares, abasteciam os agricultores, não se sabendo, infelizmente, a quantidade, por falta de registro. Sabemos que o peixe era salgado e trocado por produtos agrícolas nos contatos ocasionais. De maio a junho fazia-se o mutirão, que eles chamavam de ‘campanha’, para apanhar as tainhas que migravam para desovar e que possibilitava (sic) a pesca, com rede, de vários milhares de exemplares. Temos os dados de uma ‘campanha’ em que um Mathias Soares de Novais, em 1801, de uma vez, apanhou mil tainhas, como resultado de suas redadas, que vendeu a 2000 reis o cento.

Com o passar do tempo, as cidades vizinhas, como Ubatuba e São Sebastião, firmaram-se como portos pesqueiros, recebendo barcos grandes, vindos de outros locais, estabelecendo forte comercialização que acrescentou divisas aos municípios assim estabelecidos. Em Caraguatatuba, a pesca também respondeu, de modo diferente, às transformações que se iniciaram nos anos 60 e 70 do século XX, alterando suas principais características, vigentes até então:

A situação da pesca artesanal local é a expressão desse ritmo acelerado de transformações recentes introduzidas no município, perdendo força enquanto atividade econômica. Como uma consequência direta, é reveladora, também e uma vez mais, da condição na qual se encontra a figura tradicional do pescador e, portanto, do modo de vida caiçara. Se, com o início da expansão urbana e a abertura da BR-101, os caiçaras foram vendendo as suas terras (com a especulação imobiliária) e se embrenhando orla adentro, para o 'sertão', com a chegada da pesca industrial de 'catarinenses e japoneses' e seus barcos a motor, a situação do caiçara local se viu ainda mais fragilizada e, com ela, toda uma rede de significados, valores, hábitos e modos de vida que antes se faziam marcantes na paisagem de Caraguatatuba. O resultado da competitividade com sistemas de pesca mais industrializados tem sido desastrosa (sic) para os pescadores artesanais locais: 'Os pescadores perderam com a pesca, perderam aquela identidade caiçara. Com a especulação imobiliária, venderam seus terrenos na orla a preços baixos e foram morar para dentro'. 'Filho de pescador não quer ser mais pescador. O próprio pescador não quer seu filho na profissão. Só tem uns 5 ou 6 pescadores jovens na comunidade. Nem documento eles têm, são irregulares'. 'Como a pesca está difícil, muitos pescadores abandonaram a pesca mesmo e utilizaram a sua embarcação para fazer o turismo de pesca, para serem guias turísticos' (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.71-72).

Como resta demonstrado, as transformações que ocorreram na segunda metade do século XX, além dos benefícios aqui citados, também registraram perdas e inadequações nas atividades tradicionais, decorrendo daí a busca por novas opções capazes de ocupar o pescador e mantê-lo na atividade pesqueira. Segundo Paes (1998, p.10):

O resgate do passado é uma forma de avaliar o que é ser caiçara hoje, pois eles ainda se autodenominam 'caiçaras'. O que é viver nos mesmos espaços, num processo de transformação ocorrido após as década de 1960 e 1970? O que ainda lhes resta da natureza, fazendo com que ajam com o mesmo respeito e parcimônia como o faziam 'de primeiro'? Transformações ocorreram, tanto nos espaços como na maneira de pensá-los. Porém há de se observar o que permanece ainda. Há ainda a herança passada pelos mais velhos, que ainda estão em cena. A geração dos caiçaras hoje com 30 e 40 anos ainda repete os ensinamentos aos mais novos e estes pretendem repassar as informações aprendidas aos futuros filhos. Com isso, uma consciência do que é ser caiçara mantém-se: o caiçara continua circulando com canoas, barcos e com uma mente composta de ideias novas e

Conforme Freitas (2012, p.32-33), o período de 1960 a 1980 foi

particularmente importante em razão do processo de urbanização que se instalou no Litoral Norte do Estado de São Paulo, sendo que, sobretudo após 1970, sua população passa a ser eminentemente urbana, deixando seu perfil rural, e, como consequência, o arrefecimento das ocupações tradicionais e a busca de novas ocupações.

Desse modo, a Maricultura passa a ser uma opção, a partir de 1988, com a criação do projeto “Martim Pescador”, que previu a transferência de tecnologia do cultivo das matrizes para aprendizagem e uso da comunidade local (Figura 14). Para implantação e execução desse projeto, colaboraram com recursos e *know-how*, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em parceria com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e o Instituto de Pesca (Secretaria de Agricultura e Abastecimento/SP). A partir de então, os pescadores artesanais, entre outras pessoas interessadas, passaram a exercer a atividade maricultora, como opção econômica, já que a região passou a ser a mais importante zona produtora do Estado de São Paulo. Assim, os pescadores passam a ser também maricultores e a produção de mariscos assume importância, tanto para a efetiva ocupação dos profissionais da área, como também para a vida econômica do Município (Freitas, 2012, p.34).



Figura 14: Mitilicultura – criação de mexilhões na praia da Cocanha.
Fonte: Imagens de Caraguatatuba (www.google.com.br)

A Praia da Cocanha foi o local onde foram, predominantemente, instaladas as

fazendas de mariscos, e constitui-se, hoje, em local de multiusos, convivendo no mesmo espaço, atividades de pesca artesanal, maricultura e turismo, pois além de possibilitar a produção de pescados, é também uma bela praia, equipada com quiosques e demais apetrechos de lazer que a fazem procurada por turistas e moradores. Porém, isso não configura exatamente uma novidade, já que regiões costeiras e litorâneas têm, ao longo da história, se prestado tanto às atividades pesqueiras, como também às portuárias, industriais e turísticas. No entanto, muitas vezes as atividades que compartilham o mesmo espaço, são excludentes ou apontam para convívio indesejável, obrigando a que haja planejamento adequado a fim de que sua produtividade seja mantida e aperfeiçoada, em todos os sentidos: tanto para assegurar o desenvolvimento humano, levando à satisfação de necessidades fundamentais, como também para a própria produtividade das atividades em questão, além, obviamente, da desejável e permanente preservação ambiental, que pode deixar a desejar quando o planejamento é falho ou inexistente. Assim, o planejamento é necessário, bem como, e principalmente, a priorização do uso, para que haja também a manutenção e preservação das riquezas dos ecossistemas, do ponto de vista biológico e sócio ambiental (Moraes, 1999 e Diegues, 2001 apud Freitas, 2012, p.34-35).

Não tendo havido, na Praia da Cocanha, a priorização das atividades pesqueiras, os investimentos em Turismo, permanentes e ágeis, não demoraram a acontecer. Os empreendimentos imobiliários que se instalaram então, levaram o pescador a buscar novas alternativas para sobreviver no mundo capitalista. Assim, sobretudo nos períodos da alta temporada, engajou-se no mercado formal e informal, preterindo a pesca, relegando-a a segunda atividade, praticada predominantemente fora do período turístico. Não fosse o bastante, tendo havido um considerável aumento de população na região analisada, por conta das atividades turísticas, aconteceu a poluição das águas, o que serviu também de desestímulo ao caiçara em relação à pesca.

Dessa forma, é possível concluir que, mesmo na região escolhida para implantação das fazendas de mariscos, como alternativa à pesca tradicional, o que realmente hoje predomina na zona produtiva da Praia da Cocanha, são as atividades ligadas ao Turismo, com tudo que requerem, desde novas construções, quiosques, vendedores ambulantes de alimentos, roupas e badulaques de praia, além de guardadores de carros, entre outros atores que permeiam a cena daquela

região. A consequência mais visível é a falta de entrosamento entre os interesses desses atores, que dividem seu espaço de atuação, sem se preocupar com os interesse/dificuldades de quem atua em outras frentes, no mesmo espaço. Situação que revela com clareza, o individualismo dos diferentes atores levando a um quadro de exploração exacerbada dos recursos naturais disponíveis e usados por cada ator, levando à ocorrência de degradação ambiental e conflitos sociais. Esse quadro é claramente decorrente do planejamento inadequado e da falta de fiscalização (Freitas, 2012, p.35-36).

Para Muterle (2008, p.14):

[...] as atividades econômicas populares aparecem nos espaços não ocupados pelos setores dominantes da economia brasileira, nos diversos momentos de sua história. Suas características dependem do contexto cultural e geográfico em que se formam: nas cidades inchadas pelo rápido processo de urbanização ou no campo, mais ou menos isolados, próximos ou não do mar [...]

Nas colocações anteriores nota-se a supremacia das atividades recentes, como o setor da Construção Civil, o Turismo, o Mercado Imobiliário, entre outros, em detrimento das atividades tradicionais, mesmo daquelas para as quais houve preparação anterior à implantação, através de estudos de viabilidade e detecção dos melhores lugares para estruturá-las, como foi o caso da Maricultura.

Além das inadequações que hoje convivem e oneram a região pesqueira e maricultora da Praia da Cocanha, há que se levar em conta a degradação ambiental que tais práticas desencadeiam, conforme já mencionado anteriormente. A esse respeito, temos que:

Mesmo assim persiste uma região bastante exuberante do ponto de vista dos recursos naturais e de beleza paisagística. Embora também esteja presente grande vulnerabilidade do ponto de vista socioambiental. Floresta, serra, mar e rios aliados ao crescimento demográfico das últimas três décadas, impulsionados por especulação imobiliária e turismo desordenado têm ocasionado grandes impactos para a qualidade de vida dos moradores. Além disso, o Litoral Norte Paulista vem passando por transformações socioambientais importantes, como a construção do anel viário de Caraguatatuba/ São Sebastião, o Aterro Sanitário Regional, o Centro de Detenção Provisória, a Unidade de Tratamento de Gás Caraguatatuba (UTGCA), a expansão do Porto de São Sebastião e a ampliação da rodovia Caraguatatuba/São José dos Campos. Conseqüentemente, o risco de acidentes e enchentes aumentará significativamente, ao mesmo tempo em que a precariedade dos serviços de emergência hospitalar que não estão preparados para atender a demanda resultante de uma possível expansão urbana (Seixas et al., 2010, p.32).

Mencionar o esforço da criação da Maricultura como forma de ocupação dos

pescadores tradicionais, desalojados de seus pontos de pesca e docagem, por força dos novos investimentos na cidade, tem uma razão socioeconômica. Mas a relevância maior seria demonstrar a manutenção de atividades tradicionalmente desempenhadas por caiçaras, como forma de preservação da memória, hábitos e tradições da gente caiçara, guardiã da ancestralidade de Caraguatatuba. Temos que, de modo geral, a atividade pesqueira de Caraguatatuba é bem pequena, sendo a menor entre as quatro cidades do Litoral Norte. De modo coerente, o frágil desempenho econômico da Maricultura no orçamento do Município, bem como a intensa problemática encontrada nas regiões produtoras, apontam significativamente para uma insignificância em relação às questões culturais ligadas às tradições caiçaras e sua preservação.

No levantamento realizado para elaboração do Relatório Sócio Ambiental de Caraguatatuba, encontrou-se a seguinte realidade:

A pesca, outra atividade importante, vem passando por momentos desfavoráveis frente à queda da produção, à deterioração do seu meio ambiente, bem como de um reconhecimento social. Na perspectiva de resgate de uma das identidades culturais de Caraguatatuba, o apoio e o resgate da pesca e do turismo podem se constituírem em elementos importantes para um turismo sustentável. Desta forma, pensar em práticas e ações para o fortalecimento da 'economia verde' como potenciais no tocante à geração de negócios e renda é um caminho plausível complementar. Outra possibilidade refere-se à instalação de cooperativas de reciclagem a partir dos resíduos domiciliares, da construção civil e da atividade pesqueira, como forma de geração de emprego e renda, inclusão social e sustentabilidade ambiental. As atividades em sistemas naturais, respeitando as restrições da legislação, orientada a inclusão de comunidades tradicionais e de famílias em condições de vulnerabilidade, podem contribuir para a redução da demanda do município por alimentos vindos de outras regiões, além da ocupação de pessoas e geração de renda. Essa solução de gestão da produção e de serviços, em ambientes e áreas sociais especiais, na medida em que melhore a vizinhança no entorno dos grandes condomínios, contribui para a promoção imobiliária (Litoral Sustentável, 2012, p.13).

O que, em outras palavras, o relatório sugere, é a importância do planejamento bem elaborado, assentado nas reais necessidades e características da população e da cidade. Sendo feito de modo adequado, além de alavancar atividades em situação de declínio, pode, ao promover a melhoria no desempenho e resultados de uma, favorecer o desenvolvimento e realização de outras, de modo a gerar benefícios ampliados para a população e para a cidade como um todo.

A esse respeito, diz Gomes (2005, p.2):

Assim, a cultura, como uma ampla gama de práticas concretas, composta

de indivíduos que ainda resistem profundamente e são comprometidos com as práticas e valores tradicionais se inserem neste contexto, com o propósito de darem aos homens sentido ao mundo, sem que eles estejam rigidamente atados a ela em cada detalhe de sua existência.

Nessa colocação fica claro o alcance da medida tomada pelo poder público, no momento em que encampou a atividade maricultora, com vistas a proporcionar àquela população tradicionalmente pescadora, a possibilidade de engajamento numa atividade produtiva e atinente à tradição de trabalho do caiçara. Manter o homem da terra trabalhando em atividade dele conhecida e sobre a qual tem domínio e conhecimento, ainda que precise buscar mais conhecimento e técnicas, faz dele protagonista de sua história de vida, contribuindo para identifica-lo com seu grupo original, e estabelecer sua identidade cultural, essencial para firmá-lo como homem e como cidadão.

Corroborando o que se colocou acima:

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunal. (Castells, 1999, p.79 apud Gomes, 2005, p.3)

Como se pode observar, muitas têm sido as tentativas de promoção do desenvolvimento e bem estar da população, de modo a que acompanhem e se beneficiem delas, amplos setores da sociedade local. As potencialidades que existem e que merecem ser observadas atentamente, trabalhadas e exploradas, têm merecido estudos, insumos, capacitações entre outros estímulos, para desabrocharem e engrossarem as estatísticas do município, que apontam para um grau de mudanças e crescimento nunca antes visto, precisando mesmo de um olhar comprometido e de uma vontade política que não se fragilize ao peso das frequentes dificuldades. Dificuldades estas que muitas vezes fazem esmorecer os arrojos e empenhos, postergando a colheita dos resultados, capazes de minorar as vidas daqueles que deles dependem.

A maricultura, assim como a pesca, são atividades tradicionais para a população caiçara que sempre a praticou, mesmo que de modo rudimentar, e que hoje ainda se constitui numa promessa, dada a produtividade que precisaria ter para se coadunar aos volumes de produção que satisfariam ao produtor e ao mercado consumidor, adequando-se, desta forma, ao desenvolvimento e às demandas atuais do município e região.

2.2.4. A presença da Petrobrás

O novo ciclo econômico desencadeado pela recente prospecção de gás e petróleo do pré-sal, encontrou estruturas e planejamento adequados ao tamanho do investimento que o governo, em todas as suas instâncias, tem feito no município, objetivando acelerar o momento de colher os resultados e o aproveitamento adequado da mão de obra disponível, a quem se oferece constante aprimoramento e capacitação, para adequá-la às necessidades desse setor que se inicia em Caraguatatuba.

Nos últimos tempos, Caraguatatuba tem vivido relação estreita com a Petrobrás, desde que ficou decidida a implantação da UTGCA no município. Sempre que alguma coisa altera a rotina dos lugares, formam-se sobre ela as mais distintas e divergentes opiniões.

Com a chegada da Petrobras ao município e a consequente implantação da Base de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (Figura 15), não foi diferente. Na linha das expectativas positivas, falou-se nos *royaltys* advindos da implantação de estruturas petrolíferas nos municípios de que a Petrobras se serve, na consequente elevação de recursos públicos para atender amplas áreas em que se registram carências dos moradores, ampliação na quantidade e qualidade dos empregos ofertados, mudança nos índices de satisfação e atendimento à população, no que concerne, sobretudo, à saúde e educação, setores tradicionalmente detentores das maiores carências municipais, sem mencionar segurança, habitação, mobilidade urbana e infraestrutura, de modo geral.



Figura 15: UTGCA – Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba.
Fonte: Imagens de Caraguatatuba (www.google.com.br)

No entanto, também foram levantadas preocupações pontuais, relevantes e procedentes. Principalmente no que se refere à preservação do meio, foco permanente dos ambientalistas e de leigos que, no entanto, adotaram como suas as causas ambientais, pelas quais foi debatido o tema da implantação da UTGCA em Caraguatatuba, embora se soubesse que prevaleceriam os argumentos da grande vantagem econômica advinda dessas transformações. Há que se admitir a força inigualável dessa argumentação nas decisões municipais. E, com efeito, os resultados não tardaram, sobretudo porque o fato, muito comentado pela mídia, resultou na ocorrência de novo ciclo de migrações focado no município, conforme já ocorrera em outros locais onde a Petrobras foi implantada. Os migrantes começaram a chegar, trazendo família e pertences, muito antes da criação dos empregos que buscavam, acarretando preocupações e problemas para os gestores que, naquele momento, nada tinham a oferecer à estas famílias deslocadas e ávidas pelas benesses que buscavam.

O Relatório Sócio Ambiental elaborado para Caraguatatuba reflete tais preocupações, sedimentadas na medida em que representam posições assumidas por vários nichos populacionais consultados, à época da elaboração do documento:

Não obstante as diferentes visões sobre a vocação econômica local, a percepção geral é que a implantação da UTGCA representou uma inflexão na vida local. Nesse processo, a Petrobras aparece fortemente associada ao consórcio responsável pela construção desse empreendimento. Segundo os interlocutores, essa unidade ainda não iniciou suas operações, mas a sua construção gerou impactos no preço da terra e dos imóveis, desvelando uma dinâmica que, aos olhos de alguns, está fadada a prosseguir. Todavia, parece haver diferentes nuances entre o discurso dos moradores participantes da pesquisa qualitativa e aquele apresentado pelas organizações locais da sociedade civil. Para os participantes da pesquisa qualitativa, a lógica desse processo parece ter gerado aprendizados e perspectivas de futuros ganhos financeiros. A presença da Petrobras, no município, é bem-vinda pelos empregos e riqueza gerados. Para alguns, os riscos ambientais se fazem presentes e, embora preocupantes, parecem se constituir no preço do progresso. Já entre os entrevistados das organizações locais, a discussão sobre o papel desempenhado pela Petrobras, no município, revela diferentes posicionamentos, bem como maiores críticas endereçadas à atuação da empresa estatal. A partir da descoberta da 'Bacia de Mexilhão', em 2006, teria havido um grande crescimento demográfico, segundo um dos entrevistados. Essa percepção parece ser amplamente compartilhada entre os entrevistados, embora os efeitos desse crescimento sejam avaliados de forma diversa. Nesse período, 'já chegou a ter pico de seis mil homens trabalhando para a

UTGCA', reforça o entrevistado. De 81 mil habitantes, em 2005, o município teria passado espantosamente para a marca dos 100 mil habitantes em 2012. Segundo os entrevistados, não fosse a Petrobras, não teria ocorrido esse grande crescimento demográfico no município. A construção da Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato, em Caraguatatuba, foi responsável pela vinda de um amplo contingente de trabalhadores em busca de emprego. Como uma consequência indireta desse processo, o município teria ganhado maior visibilidade e projeção na região (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.75-76).

Como se percebe do relato, a chegada da Petrobras ao município, independentemente dos resultados positivos que possam ser auferidos, gerou uma grandiosa e rápida mudança na cidade, nos hábitos locais, na percepção das pessoas que assistiram a mais esse impacto. A população tradicional, diluída no universo de novos moradores, assiste às transformações, sobre as quais pouco ou nada opinou, e, para as quais, possivelmente, não esteja preparada, trazendo-lhes certo desconforto e alguma desconfiança.

Embora não seja um assunto pertinente ao que se trata aqui, no entanto parece que bem ilustra os fatos a reflexão de Fonseca (2013), ao analisar a Festa do Camarão. Realizada anualmente no Camaroeiro, desde 1998, acontece após o defeso¹⁷ deste crustáceo, no período de março, abril e maio. Comparando esta festa à antiga, tradicional e relevante Festa de São Pedro, da qual se sabe que mais do que uma festa junina, era quase um ritual de agradecimento ao santo padroeiro dos pescadores, pelo ano pesqueiro que foi possível, Fonseca (2013, p.5) constata o seguinte:

A noção de circularidade cultural desenvolvida por Carlo Ginzburg (2005) a partir do conceito de Mikhail Bakhtin (1996) também pode ser aplicada neste recorte, visto que se estabelece uma reciprocidade entre a esfera do poder (sic) e a comunidade. A maior dificuldade é em se estabelecer os níveis de influência. Por estar situado em um espaço de exclusão o cotidiano da comunidade só se faz registrar nos momentos em que a relação com o estado é estreitada, e, sobretudo, o que se registra é sob a perspectiva deste. A fim de pensar os limites de atuação do governo municipal [...] é necessário fazer entoar as vozes abafadas dos caiçaras [...] como uma forma imprescindível de resistência. Assim, se faz necessário abrir caminho para uma história que não se satisfaça apenas com uma análise superficial que observe comunidades caiçaras como grupos de sujeitos mansos, submetidos completamente as instâncias dos poderes locais. Distante disso é preciso que estes possam retomar seu lugar como agentes fazedores, atuantes na formação social e cultural que transpassam as dimensões locais e regionais.

Num enfoque mais objetivo, há que mencionar a preocupação que tanto a

¹⁷ Paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009).

população como os gestores municipais tiveram com o que, nas mesmas circunstâncias, ocorreu em Macaé/RJ, quando a Petrobras lá se instalou, no século passado. Nas palavras de Corá (2011, p.135):

Na década de 70, com o início das explorações na Bacia de Campos, a Petrobras elegeu Macaé como sua cidade sede. Desde então, a população da cidade quaduplicou (sic) e a economia se desenvolveu, atraindo diversas empresas do setor de serviços e comércio. Como consequência do desenvolvimento da cidade e com o crescimento dos investimentos, pessoas de todo o Brasil foram atraídas à cidade. Muitas delas não tinham a qualificação profissional necessária para exercer um trabalho na indústria petrolífera, ficando assim à margem do desenvolvimento. Em virtude desse aumento populacional descontrolado, os problemas urbanos em Macaé foram intensificados, surgiram bolsões de pobreza na periferia da cidade e aumentaram os índices de violência e o índice de desemprego. Segundo o EIA estudado, o crescimento populacional como consequência da instalação do duto de exportação de gás no trecho terrestre em Caraguatatuba não será muito diferente do ocorrido em Macaé. A expectativa quanto à geração de novos postos de trabalho em diversos setores da economia local é grande, uma vez que Caraguatatuba será uma das bases de apoio do pré-sal da bacia de Santos. Mesmo que os empregos sejam temporários e restritos à fase de instalação do duto, haverá um incremento no fluxo migratório da região, pois a economia do município será dinamizada, surgindo novos cargos em diversos setores da economia local.

No entanto, em que pese a grande importância dos incrementos econômicos decorrentes do crescimento urbano e das empresas que afluíram, motivadas pela implantação da Petrobrás no município, outros alertas já se fizeram ouvir e são recorrentes, em uma cidade que conheceu, de muito perto, a violência da Natureza. Sobre isso, expõem brilhantemente e asseveram Mello, Zanetti e Papali (2014, p.104-108):

Litoral Norte do Estado de São Paulo, região formada pelos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, famosa por suas belíssimas paisagens litorâneas e por ser um dos principais polos de atração turística no estado e no Brasil [...]; [...] faz parte da estrutura geológica e topográfica da Serra do Mar (Cruz, 1974), abrangendo a zona costeira e as escarpas a ela associadas, onde predomina um mosaico de ecossistemas conhecido como Floresta Atlântica ou Mata Atlântica; A cobertura vegetal original ainda persiste em 84% da área dos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba (SOS Mata Atlântica; INPE, 2009), enquanto que em Caraguatatuba, com maior população entre eles, esta porcentagem cai para 74%; Hoje, uma nova etapa do desenvolvimento econômico se instala no local, relacionada principalmente com a exploração das reservas de petróleo e gás natural conhecidas como Pré-sal, que poderá aumentar significativamente o risco de acidentes e enchentes, em função de uma mudança expressiva no cenário atual, com aumento populacional, carros de passeio e de transporte de cargas; O município de Caraguatatuba é talvez o mais impactado dos municípios da região em função da etapa contemporânea de desenvolvimento relacionado com a exploração das reservas do Pré-sal [...].

Isso posto, fica estabelecido então, que provavelmente o maior ônus que o município poderá ter será aquele de cunho ambiental, dadas as características geológicas da região, e da Serra do Mar como um todo, como as experiências nefastas de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e da própria Caraguatatuba já demonstraram, com o desaparecimento trágico de milhares de pessoas, em decorrência dos eventos climáticos catastróficos que protagonizaram.

No entanto, os argumentos em prol do crescimento e desenvolvimento econômicos, são irrefutáveis, e nem poderia ser diferente, face aos desafios que o poder público precisa enfrentar e criar respostas às demandas populacionais, que são frequentes e crescentes. O progresso material atingido pela cidade é visível. Seja nas inúmeras lojas de departamentos e magazines existentes, seja pelo volume de negócios realizados, seja pela movimentação de pessoas e carros nas ruas, pelo comércio sempre efervescente, independentemente do dia. É inegável o avanço e o arrojo atingidos hoje pela cidade, nesses aspectos. Há, entretanto, que não subestimar os riscos e permanecer atentos aos sinais, para que o benefício auferido pela cidade com a chegada da Petrobras e os trabalhos do pré-sal, possam frutificar e trazer benefícios sustentáveis ao município, sempre que possível, além de atuar para que sejam preservados os traços da cultura original de Caraguatatuba, combalidos pela presença maciça dos migrantes de várias épocas. Mas, o mais importante e fundamental, é que não se perca de vista os processos de gestão municipal, lembrando que, para a efetivação de boas políticas públicas, não se pode prescindir de um planejamento centrado nas reais problemáticas que atingem o município, buscando efetivamente seu combate e o estabelecimento de práticas capazes de gerar resultados positivos, tanto para as pessoas, como para Caraguatatuba, afastando, assim, desmandos e acidentes.

2.2.5. Consequências Sociais, Econômicas e Culturais das Migrações

A quebra do isolamento que acometeu Caraguatatuba e região, deveu-se num primeiro momento, sobretudo, à ampliação e modernização do Porto de São Sebastião, com vistas a desafogar o Porto de Santos. O Litoral Norte passa, nessa ocasião, a receber investimentos para melhorias na infraestrutura urbana e vias de acesso terrestres, tornando viável o desenvolvimento turístico, como atividade prevalente na região. Os efeitos desses investimentos e transformações serão

sentidos a partir de 1970, refletindo o “Milagre Brasileiro”, com impulso no setor imobiliário local e consequente aceleração do turismo de segunda residência (Souza, 2012, p.220).

Esse desenvolvimento, ocorrido a partir da década de 1950/60, resultou em transformações substanciais na vida e organização do município, o que o levaria, nas décadas seguintes, a um crescimento populacional e econômico diversificados. Isto porque, até então, Caraguatatuba exibia quase que tão somente crescimento vegetativo, o que lhe permitiu conservar seus hábitos e costumes, já que compartilhados pela quase totalidade daquela população, eminentemente caiçara, sobre quem ainda não recaíra o peso das transformações profundas que se avizinhavam.

A expansão urbana iniciada nesta época foi exacerbada também em razão da construção da BR 101, Rodovia Rio-Santos, trazendo, entre outras consequências, o crescimento do turismo, desnudamento de graves situações, como falta d’água e de serviços de saneamento, poluição e destruição da paisagem natural, ocupações irregulares da faixa de marinha, ausência de infraestrutura turística e de estratégias públicas de defesa do patrimônio natural e histórico.

Foram graves os impactos sobre a população, neste momento da vida do município: pescadores locais buscando em Santos e outras cidades, seu ingresso na pesca industrial, como tripulantes assalariados de barcos grandes; costumes e tradições ameaçados pela morte dos ancestrais, depositários da cultura caiçara; o convívio mais frequente com o turista, a diversidade religiosa trazida pelos migrantes e o ideário da chegada do progresso, foram fatores que contribuíram para desestruturação do *modus vivendi* dos caiçaras de Caraguatatuba (Muterle, 2008, p.9).

A chegada dos novos moradores nos anos 60 e, sobretudo, nos anos 70 do século passado deu-se, portanto, também pela atração das oportunidades abertas nos negócios imobiliários. Há que destacar que a especulação imobiliária iniciada no município por essa ocasião foi, por um lado, geradora de grandes empreendimentos, estimulando o surgimento de novos empregos e afirmando turisticamente o município, e, por outro lado, foi grandemente responsável pela degradação ambiental que se seguiu, pela necessidade de aterros (muitas vezes de manguezais), para atender a demanda crescente por moradias de praia, hotéis, restaurantes, quiosques e demais infraestrutura requerida para as atividades

turísticas que então se iniciavam (Adams, 2000, p.33).

Desse modo, a crescente urbanização deflagrada nos anos de 1970, passou a compor a principal preocupação do Planejamento Urbano, vez que 95% da população do município se concentrou na cidade, dela fazendo parte moradores locais e migrantes atraídos pelas oportunidades abertas pelo recém iniciado mercado imobiliário e turístico. O fato é que parte significativa dessa população, sobretudo os migrantes, mas também a população tradicional, não pode ser completamente absorvida pelo mercado, formando um contingente de mão de obra ociosa, passando a ocupar áreas periféricas, no mais das vezes, de forma irregular, ocupando encostas da Serra do Mar, em áreas de risco, formando bairros carentes de infra estrutura básica, distantes dos atendimentos prioritários (Gigliotti e Santos, 2013, p.151).

Causa maior impacto, ainda segundo o mesmo autor, o desalojamento imposto à população caiçara, pela ação de grileiros que, ou compravam suas propriedades por preços muito menores do que valiam ou elas eram expropriadas, porque não havia escrituras definitivas, já que foram empossadas delas ainda durante o povoamento da cidade. Essas famílias foram empurradas para áreas distantes e diferentes daquelas onde viveram desde remotos tempos, perdendo vínculos e contatos importantes para elas, com os quais contaram desde sempre para organizar e tocar a vida.

Embora tenha havido o demérito desses fatos, há que se reconhecer que o aquecimento desse mercado imobiliário favoreceu a indústria da construção civil, para onde convergiu parte substancial do fluxo migratório, proveniente sobretudo do Vale do Paraíba e Sul de Minas Gerais.

A cidade adquire um formato urbano diferenciado, em relação ao início do século XX, adensando a ocupação populacional na região central da cidade, fenômeno também registrado nos bairros mais próximos do centro, espalhando-se os moradores recentes e caiçaras desalojados, pela periferia da cidade, onde surgiram e/ou cresceram bairros mais novos e distantes. O fato mais relevante está em que, a partir da década de 1970/80, o município passa a exibir uma porcentagem acima de 90% de população urbana, o que aclara a motivação dos problemas sócio espaciais que afligem a população e preocupam o Poder Público: ocupações em áreas de risco; loteamentos irregulares; aparelhagem urbana para atendimento das necessidades de transporte, educação, saúde, além de prevenção à degradação

ambiental e saneamento básico (Gigliotti e Santos, 2013, p.151).

Em função da instalação da Unidade de Tratamento de Gás Natural (Petrobrás), em Caraguatatuba, que gerou inédita oferta de trabalho, o município voltou a ser alvo de migrações, fazendo com que aumentasse ainda mais a estimativa de crescimento populacional. Sendo considerada uma cidade de porte médio (aproximadamente 100.000 mil habitantes), as migrações já preocupam e demandam planejamento cuidadoso para tentar suprir e atender as necessidades prementes dessa população. Uma das consequências desse súbito crescimento populacional é o processo de verticalização das moradias, tendendo a um maior adensamento da população nas áreas urbanas, o que poderá gerar agravamento na manutenção dos serviços prestados à comunidade.

Na revisão do Plano Diretor do Município estabeleceu-se a possibilidade da construção de prédios de até 18 (dezoito) pavimentos, o que dá suporte a esse temor. Pela nova concepção de Planejamento Urbano do Município, nota-se essa preocupação, propondo-se estratégias capazes de atrelar crescimento e sustentabilidade, de modo a conter os problemas originários de crescimento tão substancial como o ocorrido em Caraguatatuba.

Com a implantação do zoneamento da cidade, objetivando o equilíbrio entre a nova cadeia produtiva e as funções do município, surge o receio de que, com isso, seja favorecido o processo de especulação imobiliária, segregação sócio espacial da população menos favorecida, ao invés do desenvolvimento sustentável que a ação ensejava. Já se observa uma mudança na paisagem urbana do Município, com muitos edifícios destinados a moradias e comércio, que ostentam altos preços, tanto para aluguéis como para venda de imóveis, o que gera mais preocupação, pois que o zoneamento pode ter dois lados: num momento defendendo interesses de produtores e no outro, defendendo interesses de consumidores.

Em todo caso, conclui-se que o aquecimento do setor da construção civil, dos negócios imobiliários e do turismo, além da instalação e início das atividades da Base de Gás, contribuíram para que o município iniciasse um intenso surto de crescimento econômico, transformando-o no principal polo de negócios e investimentos da região. Há que se mencionar, a esse propósito, os *royalties* destinados à cidade, pela Petrobrás, como ocorre em todos os municípios onde se instala, numa política compensatória dos impactos causados por suas ações.

No entanto, a Fundação Seade exhibe dados referentes ao Índice Paulista de

Responsabilidade Social que avalia Caraguatatuba como tendo alcançado elevada riqueza sem a contrapartida de bons indicadores sociais, o que sustenta novas preocupações e ações do Poder Público, destinadas a sanar essa distorção. Supõe-se que possa haver o agravamento dessa situação, caso os gestores municipais não corrijam essa distorção, permitindo que prevaleçam os interesses dos mais fortes, como sempre aconteceu.

Neste novo cenário, é preciso que haja uma transformação na estrutura física da cidade, de modo ordenado, contemplando a qualidade de vida, através da adequação da infraestrutura urbana aos interesses e necessidades tanto dos moradores, como da iniciativa privada, geradora da maior parte das mudanças produzidas no município (Gigliotti e Santos, 2013, p.152-158).

Não é proposta deste trabalho detalhar e/ou analisar em profundidade cada fase das transformações do modo de vida da cidade e sua população, senão citá-las e demonstrar como, a partir delas, se fragilizaram os laços entre as famílias caiçaras ancestrais, deslocadas e expropriadas de suas tradições, antes compartilhadas no seio da comunidade. E revelar que as mudanças, inevitáveis nessas circunstâncias, foram decorrências naturais da chegada de grandes grupos de migrantes que, assistidos pelas ações públicas e assimilados pelas necessidades econômicas dos novos negócios, fizeram empalidecer pelo seu volume, os costumes e tradições locais, justificando, assim, a proposta do presente trabalho, que propõe refletir e destacar essa ancestralidade, revelando o *ethos* original do município.

2.3. A retomada do desenvolvimento

2.3.1. Consequências do súbito crescimento

As populações humanas estão sempre sujeitas a todo tipo de intercorrências, que podem ser de naturezas variadas, desde acidentes naturais, interferências humanas, práticas políticas, eventos econômicos, sujeição cultural, entre outros.

No caso específico de Caraguatatuba, praticamente todas essas situações interferiram na montagem original da cidade, abalando sua formação ancestral, invertendo prioridades e desembocando, no século XXI, profundamente modificada em sua estrutura, em seus valores, no auto conceito de sua gente.

Em que pese a influência do principal evento geológico e climático que se

abateu sobre a cidade, em 1967, desencadeando, em seguida, uma verdadeira corrida de investidores e especuladores, encantados com as belezas intocadas desse litoral e reveladas pela divulgação mundial da tragédia, será preciso concordar que nada foi tão impactante para as mudanças abruptas que ocorreram, do que a chegada de grandes levas migratórias, motivadas pelos novos empreendimentos imobiliários ligados ao desenvolvimento do Turismo e, mais recentemente, decorrente da presença da Petrobras na cidade. A somatória desses fatos determinou a mudança radical da cidade, com tudo de positivo e de negativo decorrente dessa explosão demográfica, conforme já tratado em outro momento deste trabalho.

Em função disso, há que se preocupar com os riscos ampliados da ocorrência de acidentes e enchentes, já que hoje se sabe da fragilidade das características geológicas da região, cujas consequências podem ser majoradas pelas atitudes temerosas e arriscadas de pessoas que se instalam de modo indevido, correndo e fazendo correr riscos. Conforme Seixas et al. (2011, p.5):

[...] vista a incidência de mudanças expressivas no cenário atual, com aumento do número de pessoas, carros de passeio e transporte de cargas, ao mesmo tempo em que se constata a precariedade da rede de serviços de saúde, emergência hospitalar, leitos para internação, especialidades médicas, que não estão preparados devidamente para atender a demanda resultante da expansão urbana em curso no município.

Como já se pode inferir do até aqui exposto, os efeitos do abrupto crescimento que têm assolado o município, se fazem sentir em todos os setores, sobretudo aqueles relacionados à vida urbana.

Os moradores mais antigos, assim como os remanescentes caiçaras lastimam o fato de que não se encontram mais pessoas conhecidas, andando pelas ruas da cidade; este é um fato irreversível e inevitável! Até porque, reconhece-se que são grandes as alterações sofridas pela cidade. Queixam-se delas os tradicionalistas, mas há que se reconhecer a importância desses novos moradores para a manutenção dos níveis de desenvolvimento alcançados recentemente, sem o que não teria sido possível.

Este argumento porém, não convence aos queixosos, pois seu contra argumento defende a superioridade da vida que a cidade proporcionava, antes desse crescimento da população, com a chegada opulenta dos migrantes, desfigurando a face caiçara da cidade, que, em todo caso, reconhece a importância

desses forasteiros recém chegados, em tão grande número, necessários ao patamar de desenvolvimento que a cidade galgou. O saudosismo dá o tom das críticas, não sem razão. Mas reconhece-se, acima da saudade, a impossibilidade de retroceder ao tempo da cidade que os caiçaras lastimam ter perdido.

Em contrapartida, há que se preocupar com o perigo ampliado pela súbita explosão demográfica, da ocorrência de acidentes e enchentes, já que hoje se sabe da fragilidade das características geológicas da região, cujas consequências podem ser majoradas pelas atitudes temerosas e arriscadas de pessoas que se instalam de modo indevido, correndo e fazendo correr riscos:

[...] vista a incidência de mudanças expressivas no cenário atual, com aumento do número de pessoas, carros de passeio e transporte de cargas, ao mesmo tempo em que se constata a precariedade da rede de serviços de saúde, emergência hospitalar, leitos para internação, especialidades médicas, que não estão preparados devidamente para atender a demanda resultante da expansão urbana em curso no município (Seixas et al., 2010, p.5).

Obras como o Projeto Mexilhão, da Petrobrás, o Anel Viário Caraguatatuba – São Sebastião, Aterro Sanitário Regional, Centro de Detenção Provisória, Fundação Casa, entre outros, são exemplos de obras de infraestrutura que tendem a agravar a situação de elevada vulnerabilidade ambiental e que expõem a população a riscos socioambientais com tendência a se agravar, já que o município apresenta essa fragilidade, que a população vivenciou em 1967, e da qual se tratou oportunamente, neste trabalho.

Especulação imobiliária, crescimento na ocupação das áreas, investimentos em infraestrutura, são, ao mesmo tempo, sintomas de desenvolvimento econômico para a região e também aspectos preocupantes, vez que tais inserções humanas no ambiente gerarão degradações em outros, como atestam os pescadores, por exemplo, para quem as modificações negativas em sua atividade são decorrências do crescimento das construções, da diminuição dos estoques pesqueiros, atrelados às alterações do meio ambiente, do aparelhamento para a pesca e das alterações do clima.

O crescimento da vocação turística do município fez com que, de ano para ano, tenha se modificado a qualidade da água em Caraguatatuba, sendo que tal fato serve de justificativa (entre outros, como o aquecimento das águas do mar), aos maricultores para explicar as dificuldades encontradas na execução das suas atividades. Há que se mencionar a importância das atividades pesqueiras e da

maricultura, nesse momento de aquecimento do mercado na cidade, que, no entanto, enfrentam as restrições que também os atingem, ao uso e cultivo da terra, além das limitações impostas para as áreas de Mata Atlântica, amplamente preserváveis.

Dos problemas sociais advindos da abertura de novas estradas (Rio - Santos, por exemplo) e do crescimento desmesurado e célere da cidade, aquele que mais incomoda e preocupa, é a violência urbana, pelo seu potencial de risco e perigo para todas as pessoas, indistintamente. A cidade, desacostumada à exposição permanente e rasgada da violência reage culpabilizando a chegada dos novos moradores e a ausência de políticas voltadas à sua contenção, como o demonstra o Relatório Socioambiental do Município:

A violência costuma ser identificada enquanto o maior problema originado do crescimento populacional intenso e recente. Entende-se que ela está intimamente associada ao crime organizado, às drogas. Segundo os moradores participantes da pesquisa qualitativa e as organizações da sociedade civil entrevistadas, o elevado número de assaltos e a ocorrência frequente de chacinas respondem pela liderança ocupada por Caraguatatuba no ranking das cidades mais violentas da região. 'Com essa movimentação toda, veio muito bandido [...] é demais, está um horror'. 'Passou na TV que Caraguá estava em primeiro lugar em assassinatos [...] quando teve aquela rebelião em São Paulo, aconteceu primeiro aqui. Começou (sic) aqui os assassinatos do PCC. E onde morreu mais gente foi aqui. [...] De certo tempo para cá, vem piorando... são acerto de contas'. 'A desvantagem maior de Caraguá é muita droga, muitos assassinatos. Está quase acompanhando o Rio de Janeiro [...] ali, no Perequê Mirim, virou lugar de chacina'. 'Vocês estão sabendo que Caraguá é a número um em homicídios no país, né?'. 'Mas sempre tem a molecada, o fumo está alastrando. Nem a polícia está dando conta' (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.69-70).

No entanto, nem tudo é pessimismo nas perspectivas dos moradores. Há um certo e manifesto orgulho com o novo *status* do município, sendo considerado o centro comercial e de negócios do Litoral Norte Paulista. Isso contribuiu para elevar a autoestima dos moradores, atônitos com a rapidez e intensidade das mudanças, temerosos com o potencial de violência que está contido nessas transformações, conforme parágrafo anterior. O Relatório Socioambiental do Município, de posse das impressões colhidas no seio da população, mais uma vez ilustra o que aqui está dito:

Caraguatatuba sofreu gradualmente, ao longo dos anos, um deslocamento progressivo de sua vocação econômica, antes pautada pelo turismo em larga medida, tornando-se um polo regional de comércio e de serviços consolidado. Esse deslocamento parece ser visto com bons olhos, para uma parcela dos entrevistados, por significar uma menor dependência econômica em relação ao turismo sazonal e, em última instância, às demandas externas. Além disso, completaria o quadro de vantagens

oferecidas pelo município: 'Nós temos tudo. Temos um dos litorais mais belos do Brasil. A qualidade de vida é um ponto forte também, por todas as facilidades que o município oferece, belezas naturais à parte. Caraguá está perdendo aquele perfil de cidade puramente turística, porque o comércio se expandiu muito. Estão vindo muitas pessoas e empresas para Caraguá, por conta da Petrobras também'. 'Os comerciantes antigos persistiram muito nos seus comércios locais, optando por continuar no município mesmo quando Caraguá era pouco desenvolvida e dependia inteiramente do turismo. O comércio hoje está consolidado. Quem chega e se estabelece ganha dinheiro fácil.' Tudo indica que esse "crescimento" de Caraguatubá reposicionou-a frente às cidades vizinhas e também perante os seus próprios moradores. No geral, os entrevistados, ao compará-la aos municípios do entorno, destacam os aspectos que julgam serem os mais positivos do intenso processo de mudanças: as amplas opções de consumo e lazer hoje existentes, com destaque para o shopping, fazem de Caraguatubá uma referência regional. Sob essa ótica, são visíveis os reflexos na autoestima do cidadão. 'Virou o polo comercial do Litoral Norte. Ubatuba era mais forte do que Caraguá. Hoje, não mais'. 'Aqui, falta pouco para ser uma cidade maravilhosa. [...] Aqui, a noite é melhor; aqui tem bares, tem shows, tem parquinho, shopping [...]. 'Pelo que eu conheço de Ubatuba, eles fazem compras aqui em Caraguá porque, aqui, eles têm mais opções. Em questão de saúde, eles também vêm para cá'. 'A consolidação e a consequente capilaridade do comércio local, que pôde se disseminar pelos diversos bairros e trazer-lhes toda sorte de serviços, são vistas como grandes benefícios que advieram da rápida e recente expansão urbana. Redes de magazines, shopping, supermercados, espalhados pelos bairros, estão entre as pelos diversos bairros e trazer-lhes toda sorte de serviços, são vistas como grandes benefícios que advieram da rápida e recente expansão urbana. Redes de magazines, shopping, supermercados, espalhados pelos bairros, estão entre as novidades boas: 'O comércio local melhorou muito. Existe muito supermercado (com preços bons), shopping, lojas, magazines[...]'. 'Hoje, os bairros têm os seus próprios comércios. Os moradores não precisam mais se deslocar até o centro, para fazer compras'. 'O shopping é tudo de bom. Aqui só tinha lojinhas e armazéns e agora são grandes lojas. Já tem Casas Bahia, Marabraz, Riachuelo, Marisa[...] (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.70).

Apesar das manifestações ufanistas locais, como se viu atrás, e, mesmo entendendo esse momento de conquistas e desenvolvimento, como parte de uma evolução ainda inconclusa e por isso mesmo, restrita, vez que os efeitos da presença da Petrobras na cidade mal se fizeram sentir, há, entretanto, uma corrente de pensamento que, exatamente, atribui a isso os graves problemas que ainda podem impactar o município, de modo menos positivo. Essa preocupação está explicitada no Relatório Socioambiental de Caraguatubá, conforme se segue:

Todavia, essa avaliação positiva, que associa o progresso local à consolidação de Caraguatubá enquanto um polo de comércio e serviços regional, não satisfaz a todos os entrevistados da sociedade civil. Para uma parte dos entrevistados, a tendência é que os grandes empreendimentos ligados à cadeia de petróleo e gás acentuem essa vocação comercial ainda mais, nos próximos anos, atraindo um afluxo maior de pessoas e empresas para o município (semelhante ao que já vem ocorrendo nos últimos cinco anos, com a vinda da Petrobras). O risco, neste caso, seria a possibilidade de que Caraguatubá viesse a se transformar numa pequena Cubatão, com tudo o que esta associação imagética carrega de negativo em termos

de sustentabilidade local. Essa percepção se enraíza com a possibilidade de que o município venha a servir, também, como uma área retroportuária, para abastecer o porto ampliado de São Sebastião. 'O negócio expandiu de cinco anos para cá. Isso se deve ao aumento da população e ao petróleo também'. 'A preocupação é que Caraguatatuba se torne uma grande área retroportuária, para abastecer o porto de São Sebastião, já que lá não tem uma área suficientemente grande e plana para a armazenagem [‘é o seu calcanhar de Aquiles’]. Tem que ter licenciamento na área estendida do porto, mas não tem ainda'. 'Caraguá vai ser o olho do furacão. Vai sofrer a bordoadá'. 'É preciso pensar nesse planejamento integrado, pois a ampliação do Porto vai afetar Caraguá, Ubatuba [...]'. Independente de posições, parece ser claro, para essa parcela de entrevistados, que um novo tipo de inserção econômica do município se coloca no cenário regional, sendo um *locus* estratégico para o planejamento de médio prazo do governo estadual inclusive. Dessa maneira, parece restar apenas um sentimento de inevitabilidade e de impotência diante de um quadro ditado por forças políticas e econômicas mais fortes. 'Estão querendo transformar o Litoral Norte em mais um dos grandes centros de produção do estado de São Paulo: convergência de modais de exportação, que sai do oeste de São Paulo, passa por Campinas, desce a Tamoios e vem para o Litoral Norte' (Petrobras - Instituto Pólis, 2013, p.71).

Em que pesem os queixumes da população caíçara, ainda que muitos se tenham, cotidianamente, afligido pelo acúmulo de pessoas que lotam os Centros de Saúde, ou que buscam, permanentemente, vagas nas escolas e creches, que disputam espaços urbanos de estacionamento, que atulhem os centros de abastecimento, que concorram aos melhores empregos, que agigantem as filas de bancos, que disputem espaços de lazer, enfim, ainda que a vida da cidade venha, diariamente, enfrentado transtornos e dificuldades, a realidade se impõe e não admite réplicas: a cidade mudou radicalmente com o advento do Turismo e das atividades a ele ligadas, como a construção civil, e, com a chegada dos migrantes, buscando colocações. E o que se pode fazer para minorar as consequências, será acolher decentemente essa população e buscar as melhores formas de convívio. No entanto, as previsões, baseadas em situações já vivenciadas por outras populações em outros locais, dão conta de que o maior impacto deverá ser decorrente do trabalho da Petrobras na cidade, que, se já trouxe benefícios com a geração de novos empregos, acena, entretanto, com perspectivas futuras menos otimistas, conforme se viu acima.

Os municípios presentes na área de influência da implantação de grandes obras de infraestrutura de interesse nacional sofrem com os impactos gerados em sua estrutura urbana ambiental. Devido à fragilidade no controle urbano são percebidos repetidamente nas cidades brasileiras o aumento dos assentamentos irregulares e precários, a saturação da infraestrutura local, a sobrecarga nas redes de prestação de serviços públicos e o aumento na degradação ambiental. Atualmente o litoral norte de São Paulo vem sofrendo uma forte pressão de desenvolvimento econômico vinculada, principalmente, aos projetos portuários e energéticos.

O impulsionador desta corrida desenvolvimentista foi a descoberta das jazidas de hidrocarbonetos na camada Pré-sal. Conflitos legais, como incompatibilidade e incoerências, comprovam a desarticulação da legislação urbana ambiental brasileira, que por vezes é confundida equivocadamente com falta de planejamento. Desta forma, independente de qual é a causa real desses conflitos, deve-se destacar a incapacidade das municipalidades não só em aplicar as Legislações urbano ambientais que regulam o uso do solo, mas também sua elaboração. No caso de Caraguatatuba o que se percebe é uma configuração do espaço proposta pelo zoneamento municipal que reflete diretamente os interesses das elites, uma vez que responde às necessidades do mercado (indústria petrolífera e portuária) (Corá, 2013, p.1).

Finalmente, há que se formular um Planejamento adequado, congregando atores que o façam privilegiando todos os aspectos que possam minimizar os males e maximizar os benefícios, a fim de que a cidade possa identificar mais facilidades e vantagens do que problemas, no convívio com os novos empreendimentos e novos moradores, favorecendo, desse modo, a formação do amálgama cultural inevitável, se não desejado, mas ainda assim e prioritariamente, salvaguardando os traços fundamentais da cultura caiçara, que responde pela ancestralidade e pelo *ethos* do município de Caraguatatuba.

2.3.2. Caraguatatuba hoje

Mesmo que a análise não envolva todos os aspectos relevantes, que não se detenha para aprofundar nenhuma das características mencionadas, que seja apenas uma “vista d’olhos” sobre as questões adjacentes ao essencial, ainda assim, transparecem as discrepâncias, e o fato incontestável de que nada é totalmente bom ou mau nas mudanças que o transcorrer do tempo imprime às comunidades humanas. Chegando ao final deste trabalho, essa realidade se impõe, e, ainda que se reconheça as qualidades cantadas em verso e prosa sobre a excelência da vida de “antes” na cidade, ou que, contrariamente, se valorize a mudança, há que se manter o foco de pesquisador, objetivamente voltado à análise dos fatos. Nesse caso, os fatos falam por si, desde as relevâncias da melhoria na qualidade dos atendimentos possíveis aos moradores, que reconhecem tais benefícios, até o saudosismo que impregna a fala dos antigos caiçaras, impotentes diante das bruscas mudanças que testemunharam na trajetória de seu município. Paes (1998, p.11-12) aborda esse aspecto, de modo a esclarecer a polarização vivida hoje pela população tradicional, dando voz a eles conforme estudos do autor:

Através das falas dos mais velhos, das histórias contadas por eles, é que podemos resgatar o que ainda é ser caiçara num mundo em transformação. Nesse mundo desencantado, pós aurático e pós-tudo, parece que ser velho representa uma doença que precisa ser sanada, extirpada do seio da sociedade. [...] Estaremos resgatando aqui a fala dos sujeitos velhos que construíram uma identidade a qual atualmente podemos chamar de caiçara. E hoje rememoram, através de suas lembranças, o que foi ser caiçara nos tempos de antigamente e o que ainda permanece dessa identidade nos mais jovens. Tempo em que havia muita fartura, seja de peixes, animais, plantas. Tempo em que os animais falavam e se acreditava em assombração, em lobisomem e outros seres fantásticos que habitavam imaginariamente os mesmos espaços que os próprios caiçaras. Houve um tempo também em que dinheiro não existia; trocavam-se mercadorias (valor de uso). Trocava-se, por exemplo, peixe por rapadura. Um tempo em que, nas noites, as assombrações estavam à espreita para assustar algum descuidado que por ventura ousasse perambular pelas picadas e ruelas. Tempo em que contar histórias fazia com que a imaginação fluísse, como um pássaro a sobrevoar livremente os recôncavos da criatividade, fazendo com que contar e ouvir os causos representasse um ato de aprendizagem e de ludicidade. As regras de conduta e normas estabelecidas pela comunidade também eram transmitidas através dessas histórias, assim como os conselhos que os mais velhos gostavam, e se sentiam na obrigação de dar. Contar histórias era [...] uma forma de divertimento, [...] um exercício constante de memorização, um exercício de se sentir pertencendo ao universo, à natureza, à sociedade que se formou.

Assim, torna-se compreensível o arcabouço caiçara das lamentações saudosistas, ficam acomodadas as cautelas a esse respeito, podendo, assim, prosseguir e adentrar outros temas, não sem antes fazer um oportuno adendo: note-se que o espaço de tempo transcorrido entre o início das grandes mudanças e hoje, é muito pequeno, de aproximadamente quarenta e oito anos, considerando o ano da Catástrofe como marco inicial.

A história recente do município foi e é acompanhada por muitos caiçaras que a tudo assistiram, e assistem, boquiabertos com as mudanças que nem sempre compreendem/aceitam e/ou assimilam e que tanto alteraram seu modo de vida, sua compreensão de mundo, compartilhando sua cidade com uma multidão de pessoas que, mesmo sem o saber, pressionaram pelas transformações que o caiçara, muitas vezes, lastima, porque ocasionaram perdas, prejuízos e insegurança a eles.

Entretanto, há que verificar o impacto das ditas transformações que hoje são absorvidas pela população local como um todo, seja com a estranheza com que os caiçaras mais antigos as recebem, seja com a avidez com que são consumidas pelos novos moradores da cidade. Vale lembrar, no entanto, que não se está aqui pretendendo divulgação, como num folder, das belezas locais valorizadas pelas mudanças cujo foco é o turismo ou os avanços alcançados no atendimento à população. Não há como negar a relevância do turismo ou do atendimento prioritário

à população, mas não é desses aspectos que trata o presente trabalho.

Até, aproximadamente, a metade dos anos 90 do século passado, uma das mais expressivas manifestações típicas da cidade era a “Festa de São Pedro Pescador”, preparada e montada no Camaroeiro, pelos moradores do Bairro Ipiranga, principalmente os pescadores e suas famílias, detentores dos padrões caiçaras de vida e compreensão de mundo. Toda a comunidade participava, contribuindo com “comes e bebes” típicos do mês de Junho, onde as famílias se encontravam para aproveitar os festejos. Lima (1981 apud Fonseca, 2013, p.2) fala com propriedade desse evento cultural:

Entre 1955 e 1975 a Festa de São Pedro teve seu período mais importante. Organizada por Sebastião Isidoro, membro da comunidade que teria encontrado uma imagem de São Pedro em um dia de pesca, a festa chegava a atrair pessoas dos bairros e cidades vizinhos. O clima festivo atraía pessoas de várias partes que se uniam aos membros da comunidade para celebrar e agradecer pelos resultados provindos da pesca anual. Construía-se uma grande fogueira e algumas barracas para as comidas típicas eram montadas, levantava-se o mastro e o pau-de-sebo, era então organizada uma quadrilha e os grupos de congada, moçambique e folia de reis também compareciam todo ano.

E nas palavras de Marcílio (1986 apud Fonseca, 2013, p.2):

A procissão marítima de canoas era também um marco das celebrações [...] festa popular organizada e realizada por Sebastião Isidoro, a Festa de São Pedro pescador era um evento voltado à comunidade, no qual os alimentos eram produzidos e distribuídos aos moradores e aos visitantes, sem custo. Posteriormente como forma de arrecadar fundos para a construção da capela organizaram-se leilões e bingos durante os festejos e os produtos passaram a ser comercializados, algo que pode ter corroborado para que uma parte dos frequentadores assíduos não mais se deslocasse para apreciar a festa.

Note-se que as manifestações de origem africana que apareciam como participantes da festa, o faziam como convidados, com o intuito de abrilhanta-la, já que o objetivo central era o agradecimento a São Pedro, pela proteção e produção pesqueira obtida ao longo do ano. Para tanto, vinham convidados de outros bairros, conforme já se mencionou, e, entre eles, apresentações de Congada, Moçambique, Reisada, entre outras, recebidas e honradas pelos pescadores do Camaroeiro.

Como em toda e qualquer comunidade tradicional, os festejos cumprem papéis maiores do que o mero lazer. E, nesse caso, carece preservá-los, dar-lhes suporte, valorizá-los para que se mantenham e retratem o sentir original do povo do lugar, sendo essa uma maneira, entre outras, de conhecer bem aquela comunidade. No entanto, o simples desejo de fazê-lo, no mais da vezes, mostra-se improffícuo,

quando não, letal. A esse respeito e sobre a festa em questão, estão disponíveis ainda as explicações de Fonseca (2013, p.4):

A ação da comunidade caiçara de Camaroeiro foi elemento indispensável para a resistência de sua cultura. A Festa de São Pedro permaneceu sendo realizada ano após ano, sendo registrada em alguns documentos como festa tradicional de Caraguatatuba no mês de julho, por vezes registrada como Festa dos Pescadores. Este elemento tradicional passou a ser alvo de interesse do poder público municipal, uma vez que a festa começava a atrair alguns turistas, mesmo no inverno. Este fator foi fundamental para que a partir de 1998 a festa ganhasse total apoio da prefeitura através de suas secretarias.

Em 1998, como (sic) uma estrutura montada pela Secretaria de Turismo da Prefeitura (Setur), foi realizado o 1º Festival do Camarão da Comunidade de Camaroeiro em Caraguatatuba. A Setur realizou a instalação de alguns boxes e um palco para atrações musicais e apresentações das oficinas culturais da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc). À comunidade coube a preparação e comercialização de comidas típicas à base de camarão e a venda do camarão in natura. Devido ao sucesso desta primeira edição o festival passou a fazer parte do calendário oficial do município. A partir de 1999 a organização ficou a cargo da Fundacc e o festival foi transferido para o entreposto de pesca na Praia do Camaroeiro, sendo realizada sempre entre os meses de maio e junho, sugerindo uma continuidade com a antiga Festa de São Pedro.

E segundo Santos (2010 apud Fonseca, 2013, p.4):

Em Camaroeiro o festival continuou sendo realizado até o ano de 2010, quando foi novamente transferido para o centro da cidade, na Praça de Eventos, sob a justificativa de que o aumento da demanda turística para o evento levaria ao descumprimento de leis ambientais, visto que o entreposto está localizado às margens de um rio, o Rio Guaxinduba.

Prosseguindo Fonseca (2013, p.4):

Em pouco mais de uma década a antiga Festa de São Pedro foi completamente descaracterizada para se inserir na lógica do mercado turístico construído pelo governo municipal. A atuação da comunidade foi limitada à produção e venda de produtos durante o festival, tendo pouca participação na organização ou tomadas de decisão.

É compreensível a iniciativa do Poder Público em encampar a festa do Camaroeiro. A clara intenção de utilizar um elemento caiçara para alavancar ações de cunho turístico teve efeito inesperado, pois que a Festa de São Pedro Pescador, de nítido sentido cultural e comunitário, para aquela população específica, acabou se desfazendo, encolhidas suas manifestações populares, substituídas por uma festividade que, se traz benefícios materiais para quem dela participa, comercializando alimentos e outros, no entanto, descaracterizou a cultura caiçara que a idealizara e a mantivera ao longo dos anos.

A fim de pensar os limites de atuação do governo municipal sobre a cultura popular se faz necessário retomar as experiências anteriores da comunidade e questionar a forma como essa cultura é pensada, para qual

público realmente é idealizado seu projeto de preservação e divulgação. Para tanto é necessário fazer entoar as vozes abafadas dos caiçaras que se reuniam para celebrar a devoção ao santo padroeiro, divindade que na sua visão de mundo, também era membro da comunidade. É patente que a falta de lugar para essas práticas no presente corroboram para que sejam gradualmente esquecidas. Contudo, lembrá-las e desvelá-las apresenta-se como uma forma imprescindível de resistência (Fonseca, 2013, p.4).

À guisa de ilustração sobre a Festa de São Pedro Pescador e da participação popular dos caiçaras do Camaroeiro, devotos de São Pedro, a quem se vinculam por conta da sua tradicional atividade econômica, apresenta-se o seguinte depoimento, colhido pela historiadora Denise Lemes, responsável pelo Arquivo Municipal “Arino Santana de Barros” e pelo Projeto de História Oral “Recontando Caraguá”, em desenvolvimento no próprio Arquivo:

Eles cortavam um pau grande no mato pra fazer um pau de sebo, aquele que a gente subia, que os homens subia pra pegar dinheiro. Então, tinha porco, galinha, bolo [...] E tinha uma família [...] A gente chamava ele de Tio Bento, um senhor de São Paulo. E o titio pescava com ele. Ele tinha uma casa ali na beira da praia. Lá perto da ponte não tinha um campo de futebol de primeiro? Então, ele tinha uma casa por ali. Ele veio a falecer já, tem bastante anos já. Que ele não vem pra cá nem ele e nem a família dele. Então, ele começou a também gostar do negócio, né? Às vezes, ele trazia carne e fazia aqueles buracos assim no chão. Aquelas valas no chão e enfiava aquele "pedação", aqueles pedaços assim de bambu, enfiava aquelas coisas assim de carne. Não era muita gente porque naquele tempo ainda não tinha [...] Não era igual agora, né? Que está cheio no bairro de gente. Era pouca gente. Aqui, quando eu vim morar pra cá, aqui em casa, era mangue. Tudo aqui, aquela rotatória ali era mangue. E tinha aquela vala lá que passa aqui na beira da estrada, passava aqui o rio. Certo? E a gente tinha duas canoas. Uma canoa que a gente ia e uma canoa que a gente vinha pra cá. Ali morava eu, um senhor por nome Seu Sebastião Floriano, que eu também não sei pra onde foi a família, o que estava por aqui faleceu [...] E aqui era tudo mato. Aqui, eu nunca imaginei que iria ter rua, avenida [...] Esses casarios. Era tudo mato aqui. E começaram a fazer ali a [Rua] Monsenhor Ascânio Brandão. A máquina começou a passar por aqui. Fizeram o loteamento, né? E agora está do jeito que está (Lemes, 2015).

Além disso, foram também acrescentadas as fotos dessa antiga festa, reveladoras da vinculação dos caiçaras a ela e da seriedade que a festividade e a devoção mereciam dos seus organizadores, bem como do povo devoto ao santo, que ali comparecia, compartilhando o festejo e a fé, traço fundamental e decisivo na vida de todo caiçara.

As tradições contidas naquela Festa de São Pedro (Figura 16), como o agradecimento ao santo pelo ano de pesca, a procissão das canoas, o preparo dos quitutes em comunidade, as cantorias, a divisão sexual de trabalhos na preparação do evento, enfim, se perderam irremediavelmente. No entanto, o Festival do Camarão, abriu possibilidade de ganhos reais àquela comunidade participante da

organização e exploração comercial da festa, o que, de certo modo, compensa e contenta os participantes, ainda que tenha havido perdas e prejuízos culturais. Mas, os fazeres e saberes relativos ao preparo e objetivo da festa continuam a viver na memória dos caiçaras que moravam na região e participavam das festividades juninas, sendo a Festa de São Pedro Pescador, do Camaroeiro, a mais elucidativa dos efeitos do crescimento acelerado da cidade, e da despreocupação em mantê-la intacta, preservada e ilustrativa das crenças e do pensar caiçara. Urge retomá-la e salvá-la da sanha desenvolvimentista e modernizadora destes novos tempos, como forma de promover o resgate cultural que encerra, caso os objetivos do presente trabalho sejam considerados relevantes pelo poder público.



Figura 16: Festa de São Pedro Pescador e Tião Isidoro.
Fonte: Acervo Municipal de Caraguatatuba

A Festa em louvor a São Pedro Pescador foi idealizada pelo pescador Sebastião Isidoro, desde o dia em que, durante a pescaria, numa puxada de rede, teve a surpresa de nela encontrar, entre peixes, siris e outras espécies, uma imagem de São Pedro. A partir de então, juntamente com sua família, iniciou a louvação ao Santo, através da organização da Festa. Para tanto era montada uma divisão de

trabalho entre homens e mulheres, a fim de preparar as brincadeiras e também as comidas típicas, que eram gratuitamente oferecidas a todos, tanto organizadores como visitantes. Além da grande fogueira, do pau-de-sebo, do churrasco, da quadrilha, bolos e doces, havia também a esperada procissão de canoas no mar, quando levavam a imagem do Santo e com ela voltavam à praia, para dar sequência aos festejos. Com a morte de Sebastião Isidoro, em 1975, a tradição esmaeceu e foi substituída, a partir de 1998, pela festividade que deu origem ao Festival do Camarão.

Em substituição à Festa de São Pedro Pescador, do Camaroeiro, foi idealizado e implementado o Festival do Camarão (Figura 17), que nasceu com o objetivo de favorecer as famílias participantes da organização, com a venda do camarão *in natura* e também pratos em cujo preparo se utiliza o crustáceo. A festividade também foi pensada para envolver os turistas, pois que ocorre no final do defeso do camarão, próximo das férias do meio do ano. Hoje o Festival do Camarão integra o calendário turístico da cidade e já realizou, em 2015, sua 18ª edição.



Figura 17: Festival do Camarão.
Fonte: Acervo Municipal de Caraguatatuba

Seguindo a mesma lógica e objetivos do Festival do Camarão, de atrair turismo, sobretudo fora dos períodos de férias e temporadas, a cidade ainda realiza duas outras festividades: a Festa da Tainha (Figura 18) e o Festival do Mexilhão (Figura 19), onde predominam os interesses gastronômicos dos organizadores e participantes da montagem dos eventos, sobrepujando quaisquer preocupações em relação à preservação sociocultural de hábitos e costumes da terra, embora seja necessário que se diga que tanto os mexilhões, de larga produção na cidade, nas fazendas de maricultura da Praia da Cocanha, como também a tainha, peixe tradicional e muito apreciado pelo caçara, são elementos comuns e permanentes na vida dos pescadores e da maioria dos comerciantes de pescado da cidade. Essas festas e festivais foram idealizados pelo Poder Público, objetivando inserir os pescadores e caçaras em geral, nas lides e eventos que marcaram as últimas administrações do município.

Apenas para ilustrar, algumas fotos dessas festividades, que atraem muitos moradores e visitantes, aquecendo o mercado em períodos de baixa temporada, trazendo alento econômico para as famílias que organizam e participam dessas festividades gastronômicas e comerciais:



Figura 18: Festa da Tainha.

Fonte: Acervo Municipal de Caraguatatuba



Figura 19: Festival do Mexilhão.

Fonte: Acervo Municipal de Caraguatatuba

Note-se que ambos os eventos são intrínsecos à natureza do município e de sua gente, o que favorece um retorno às origens e à preservação dos traços fundamentais da cultura e sociedade que sobreviveram às grandes transformações que incidiram sobre Caraguatatuba, nos últimos tempos. Deste modo, ficam ilustradas as imaterialidades culturais alteradas pela interferência do Poder Público, que, no entanto, adequou a antiga festividade comunitária às exigências de uma população exótica, ou turística, bastante numerosa, que busca e precisa atividades com retorno econômico, desejo inclusive dos caiçaras que delas participam.

A perda cultural, para os participantes, torna-se irrelevante diante das necessidades materiais que as festividades possibilitam a eles.

Há que relatar também as consequências da correlação existente entre a desenfreada especulação imobiliária, o súbito crescimento das atividades turísticas e a intensa urbanização daí decorrente, fenômeno iniciado nos anos 50, 60 e 70 do século passado, que contribuiu de modo definitivo para as mudanças que se

operaram na cidade e em seus moradores mais antigos e tradicionais, incluindo usos e costumes, sobre os quais se sustentava a auto imagem da gente caiçara.

Desde a Revolução Industrial, a ocupação do espaço urbano pelo homem tem tomado grandes proporções a ponto de acarretar problemas para o seu próprio bem estar social, para o meio ambiente e a infraestrutura local. Tais problemas representam uma característica típica da maioria das cidades da América Latina (Gigliotti e Santos, 2013, p.2).

Para Barros (2004 apud Gigliotti e Santos, 2013, p.2):

O principal problema do crescimento urbano destas cidades não é mais o crescimento populacional ou os altos índices de migração, mas sim o modelo de crescimento espacial desordenado e seu processo de formação dinâmico, o qual conseqüentemente acarreta o fenômeno da periferização¹⁸.

E os mesmos autores, Gigliotti e Santos (2013, p.2) prosseguem:

No Litoral Norte do Estado de São Paulo a situação não foi tão diferente. A cidade de Caraguatatuba, por exemplo, inicia seu processo de urbanização acelerado a partir da década de 1950. A abertura de estradas em 1939 e a conquista do título de estância balneária, em 1947, atraíram grande contingente de turistas e o processo de urbanização foi intensificado. [...] muitas famílias caiçaras foram coagidas a saírem de suas propriedades e migrarem para outros espaços, muitas vezes nas encostas dos morros... Com o mercado superaquecido, a indústria da construção civil atraiu para a região uma gama de trabalhadores [...]

Como já se mencionou neste texto, o deslocamento da população caiçara que de algum modo foi expropriada de seu patrimônio, não foi, no entanto, o único fenômeno decorrente desse rápido crescimento e urbanização da cidade, que acabou gerando situações preocupantes, sob a ótica da gestão pública urbana e também do que trata este trabalho: a descaracterização do *ethos* do município. Trata-se dos efeitos devastadores resultantes do aumento do fluxo migratório.

Panizza (2004, p.17) argumenta sobre o aumento do fluxo migratório na região do litoral norte e indica:

[...] que este aumento populacional está relacionado com 'as ligações rodoviárias com o Planalto, os investimentos efetuados no setor imobiliário, as atividades do Porto de São Sebastião e a construção do TEBAR (Terminal Marítimo Almirante Barroso)'. A mesma autora ainda destaca que esse movimento migratório não foi todo absorvido pelo mercado de trabalho na época, constituindo o 'segmento marginal' que ocupa as áreas impróprias nas encostas da Serra do Mar e o mercado informal. Esse contingente populacional em crescimento vai ser percebido com maior destaque em 1970. Deste período em diante, a cidade manteve um número

¹⁸ Barros (2004 apud Gigliotti e Santos, 2013, p.12) define periferização: "a kind of growth process characterized by the expansion of borders of the city through the massive formation of peripheral settlements, which are in most cases, large spontaneous low income residential areas."

acima de 90% de população urbana, e esse acréscimo repercutiu em alguns problemas sócio espaciais como a ocupação de áreas de risco, loteamentos irregulares, a não eficácia de aparelhos urbanos como transporte, saneamento básico e atendimento à saúde, degradação ambiental, educação, segregação, entre outros (Gigliotti e Santos, 2013, p.152-153).

Ainda segundo Gigliotti e Santos (2013, p.153), a expectativa de crescimento de Caraguatatuba ainda é crescente, em decorrência da vinda da Petrobras para a cidade, com a instalação da Base de Exploração de Gás Natural, que por si só, gerou uma estimativa ampliada de crescimento da população, em decorrência do potencial de oportunidades que o setor oferece. Hoje, Caraguatatuba já ostenta um contingente populacional em torno de 100.000 mil habitantes, tendo atingido o patamar de cidade média, exigindo, portanto, um cuidado redobrado com o planejamento urbano, objetivando minimizar os impactos decorrentes desse rápido crescimento.

O Poder Público, atento às novas, intensas e urgentes demandas em relação ao assentamento de sua população,

[...] pretende atrelar seu crescimento à sustentabilidade. Dessa forma é esperada por seus munícipes a solução de alguns problemas básicos, principalmente os referentes à estrutura urbana da cidade. Com a divisão da cidade em zonas (Na revisão do Plano Diretor realizada em 2011, alguns bairros, principalmente os que se formaram entre 1970 e 1990 com o aumento no fluxo migratório, aparecem destacados como Zonas Especiais de Interesse Social, que representam, segundo o Estatuto da Cidade, 2001, as zonas a serem atendidas de acordo com as necessidades das camadas mais pobres da população, na intenção de amenizar as desigualdades econômicas e sociais), de modo a equilibrar as funções que o município deve agregar com a formação de uma nova cadeia produtiva, teme-se que seus efeitos, ao invés de surtirem em direção ao desenvolvimento sustentável, resultem em um processo de agressiva especulação imobiliária e segregação sócio espacial da população de baixa renda (Gigliotti e Santos, 2013, p.150-159).

Como se vê, a manutenção da cultura local, mesmo que através de ações pontuais de preservação e resgate, esbarra na necessidade de outras, mais urgentes e cobradas, sobretudo pela grande população migrante que chega à cidade, atraída pelas oportunidades abertas pelos novos negócios. Para essa população a urgência de políticas públicas de atendimento às necessidades básicas e diárias, devem ocupar a primazia das ações do poder local, ocupado em administrar com eficácia tais necessidades da população economicamente produtiva. O planejamento sobre a manutenção e preservação culturais, embora relevante, não é visto com a mesma prioridade, o que acirra a preocupação em evitar mais perdas, por inexoráveis que são!

Ao destacar a Festa de São Pedro para analisar as perdas culturais dos povos formadores de Caraguatatuba, o objetivo foi destacar as preocupações materiais que ocupam os gestores. Dessa forma, e analisando o empenho, nem sempre produtivo, das ações voltadas à preservação cultural, fica clara a enorme dificuldade em priorizar resgates socioculturais, diante das emergências expostas pela população que demanda ações urgentes e pontuais para que realize seu labor dentro do universo transformado da cidade, com exigências novas e inadiáveis, face ao desenvolvimento atual alcançado. Caraguatatuba vibra com o volume de ações e negócios, promovendo um espetáculo diário das multidões ocupando ruas, praças, estabelecimentos comerciais, bancários e de prestação de serviços, em clara demonstração das mudanças drásticas que mobilizaram a cidade nos últimos anos.

É neste contexto que, a análise da forma e da morfologia urbana, considerando-se a dinâmica do processo de produção do espaço urbano, torna-se um caminho importante para se compreender as mudanças e transformações das cidades nas dimensões territorial, populacional ou mesmo no grau de complexidade em relação aos papéis regionais e funções urbanas. Esta análise sustenta-se no âmbito do processo de produção do espaço, uma vez que os diferentes elementos que constituem a morfologia urbana são resultantes das ações e interesses de determinados agentes (Miyazaki e Whitacker, 2014, p.1).

Gottdiener (2010, p.195 apud Miyazaki e Whitacker, 2014, p.1):

[...] ressalta que, na perspectiva crítica, 'as formas do espaço de assentamento são produzidas pelas forças sócio estruturais dominantes que controlam a sociedade'.

Os autores Miyazaki e Whitacker (2014, p.1-2) continuam:

Por isso, o entendimento da constituição das distintas formas espaciais demanda, necessariamente, a compreensão das transformações ao longo do tempo, segundo as ações e os interesses dos diferentes agentes reforçando assim a perspectiva da reestruturação urbana e da cidade.

Como o tamanho populacional não se constitui em parâmetro único para as análises, embora seja um importante ponto de partida, observa-se que um conjunto de cidades cuja população encontra-se situada no patamar de 100 mil habitantes tem apresentando mudanças expressivas no que se refere às configurações territoriais e as funções urbanas em âmbito regional.

E sobre a gênese dos centros urbanos:

A título de exemplo, alguns centros urbanos têm sua gênese atrelada ao período colonial, constituindo-se como importantes pontos de apoio para as primeiras bandeiras, enquanto outros surgiram somente no início do século XX, [...] (Miyazaki e Whitacker, 2014, p.7)

Outra consideração relevante para explicar os conflitos que justificam as

perdas culturais originais do município e, conseqüentemente, o desvio e sacrifício do seu *ethos*, encontra-se em Fonseca (2013, p.2):

[...] os territórios e as práticas acontecem mediante tensões que se estabelecem a partir da interação, nem sempre convergente, entre os poderes públicos e, neste caso, as comunidades tradicionais. Esta ênfase no território se faz necessária, pois, uma vez que as séries de mudanças, objetivas ou discursivas, que contribuiu para intensas transformações no contexto social das comunidades, não acontecem apenas no contexto territorial enquanto espaço geográfico, mas, principalmente, nos campos simbólicos e nas experiências. Dessa forma, os territórios se entrelaçam, perpassando o material e o imaterial (imaginário, simbólico), onde também se estabelecem trocas e conflitos em espaços ora de controle e disciplinarização das práticas, ora de apropriações inventivas, circularidades e transculturações [...]

Como se pode ver, Fonseca (2013) defende que as medidas tomadas pelo poder público, interferindo em hábitos e práticas antigas do grupo se façam com vistas nesse viés, pois que nem sempre os interesses de ambos convergem. Ao contrário, as comunidades sucumbem às alterações propostas, pelas facilidades acenadas, e se tornam incapazes de impedir as perdas culturais daí decorrentes. Percebem a intenção dos gestores em facilitar os resultados, sem se darem conta de que tais ações farão sucumbir suas melhores e mais visíveis tradições, de modo inexorável, até porque dificilmente terão a possibilidade de impedi-las, ou redirecioná-las. Nem sempre a facilitação no alcance dos objetivos materiais traz benefícios integrais às práticas das comunidades caiçaras, como se viu, por exemplo, na Festa de São Pedro Pescador, no Camaroeiro, quando a comunidade atingiu ganhos financeiros, que nem eram objetivos da festividade, mas perderam essa referência cultural, construída naquele espaço, há tanto tempo.

Para Secchi (2013), Lima (2012) e Souza (2006) apud Fonseca (2013, p.4-5), o estudo das Políticas Públicas:

[...] apresenta alguns pressupostos úteis para a análise em outros âmbitos, neste caso, para a compreensão da historicidade dos territórios no contexto das comunidades tradicionais. Dessa forma, entende-se que as políticas públicas contribuem, enquanto fenômeno de ordem político-administrativa, para a convergência de conflitos e mudanças, seja nas configurações territoriais, seja, a partir dessas, mudanças nas mentalidades.

A fim de conceituar o termo, para Secchi (2013 apud Fonseca, 2013, p.5):

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante [...]

Para ilustrar essa situação, a análise de Fernandes (2009, p.213 apud Fonseca, 2013, p.8-9) sobre a trajetória do Camaroeiro:

A compreensão de território imaterial desenvolvida por Bernardo Mançano Fernandes (2009) contribui para a compreensão da cultura caiçara no processo de deslocamento enfrentado pela comunidade de Camaroeiro. Segundo o autor os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. Sendo impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais, as pessoas e os grupos que pensam e formam esses os territórios.

E segundo Paes (2003 apud Fonseca, 2013, p.9):

Ao construírem seu novo bairro, os caiçaras passam a residir em uma vizinhança na qual dividem lugar com populações migradas de outras regiões do estado de São Paulo, assim como a população flutuante representada pelos veranistas, [...] com quem passou a estabelecer estreita relação, muitas vezes de amizade duradoura.

Para Chartier (1995 apud Fonseca, 1995, p.9):

A cultura caiçara desta comunidade resistiu a esse processo [...] mesmo [...] após a retirada das famílias da orla da praia. Habitando desta vez uma área suburbana no município, os caiçaras precisaram fortalecer seus laços identitários uma vez que a nova configuração de comunidade levava ao processo de decadência dos costumes tradicionais. [...] mesclando formas de resistências e resiliência no sentido de se manter coerente, preservando traços de sua originalidade, mesmo diante de todos os processos de transformação enfrentados.

Desse modo claro e preciso, Fonseca (2013) contribuiu para algumas definições, que trazem desalento, mas também propiciaram certa expectativa positiva:

- 1- As políticas públicas podem provocar impactos sobre o território e a territorialidade, trazendo abalos significativos para as comunidades tradicionais, interferindo nas práticas e hábitos relevantes para a manutenção delas;
- 2- Dessa dedução depreende-se ainda que as políticas públicas tendem a alavancar ações capazes de trazer vantagens econômicas para o município, mesmo que à custa das referências identitárias das comunidades tradicionais e de seu modo original de sobrevivência, naquele espaço;
- 3- Entretanto, o relato comprova também a grande resiliência encontrada nas comunidades caiçaras que, a despeito das violações sofridas, preservaram antigos hábitos e costumes, praticando-os dentro das casas, à revelia do

espaço que lhes foi destinado, ou das condições que não lhes foram garantidas.

Corroborando essas colocações finais, Luchiari (1999 e 1992), Diegues (2005 e 2004) e Adams (2000) apud Fonseca (2013, p.11) comentam:

As populações caiçaras, historicamente marginalizadas, mais uma vez se encontraram diante de um movimento de mudanças que solaparam seu modo de vida, suas relações e sua cultura. A construção de políticas de turismo para o litoral revelou-se um importante mecanismo de marginalização do caiçara, identificando-o como um empecilho para o progresso da região. É possível observar a expulsão das famílias da comunidade de Camaroeiro da orla da praia como ponto crucial para a vitória desse discurso, uma vez que as famílias da comunidade não ofereceram nenhuma resistência, dada sua aceitação.

A imagem de preguiçoso e indolente construída sobre o caiçara persiste até a atualidade em diversas enunciações. A resistência do caiçara em se adaptar a um modelo produtivo mais dinâmico, distante do tempo lento do trabalho com a pesca, afastou-o desse modelo, colocando-se sempre à margem desse processo. A comunidade de Camaroeiro [...] encontrou novas formas de resistência adaptando-se às mudanças até ser reconhecida em sua identidade na atualidade, adentrando um novo processo de transformações.

Note-se que Fonseca (2013) analisou fatos da vida da comunidade caiçara do Camaroeiro, um dos bairros centrais da cidade, de onde a gente original foi “expulsa”, abrindo espaço para as exigências do turismo, incipiente naquela época, mas que se avolumou e se transformou em um dos suportes fundamentais da economia da cidade. Mas pode-se inferir que as informações são perfeitamente adaptáveis a quaisquer outros bairros da cidade, donde igualmente o caiçara foi deslocado, pois apresentam paisagens interessantes à atividade imobiliária e à construção civil, e onde a sanha transformadora atuou, restando neles poucos representantes, espoliados de suas propriedades e de seu suporte cultural como, por exemplo, o Massaguaçu ou, predominantemente, a Tabatinga.

Desse modo, mesmo observando o quão frágeis e descaracterizados se apresentam os remanescentes culturais da “caiçaridade” em Caraguatatuba, resta a convicção de que, utilizando políticas públicas bem planejadas, preparadas adequadamente e levando-as a incidir sobre os aspectos aleatoriamente preservados, será possível refletir sobre o *ethos* do município, senão através da integralidade de sua cultura, soterrada e desfigurada, pelo menos através dos traços culturais mais intensos que, por conta dessa “intensidade”, foram espontaneamente preservados através dos hábitos domésticos que se mantiveram vivos no cotidiano da gente caiçara, sobreviventes da avalanche provocada pelas mudanças

estruturais e humanas que grassaram por esse litoral, atingindo violentamente Caraguatatuba e sua gente original.

Assim, conclui-se que não há intencionalidade, ou dolo, na adoção de políticas públicas que acarretam perdas, de quaisquer naturezas, aos munícipes. Pelo contrário. São interferências que, acredita-se, atenderão significativas fatias populacionais do município, que apresentam demandas relevantes e representativas das necessidades daquela parcela da população. Ora, se essa é, legitimamente, a função primordial do poder público, o prejuízo que tais políticas pudessem desencadear, mesmo que fosse a perda da identidade cultural daquela população, não se impediria a adoção delas.

Em que pese a nostalgia propalada pelos moradores antigos, em relação à Caraguatatuba que perderam, ao Poder Público cumpre perseguir o que melhor responda às necessidades dos munícipes, no momento de sua gestão. Diferentemente das pessoas, que têm salvo conduto para se debruçar sobre a saudade do passado, aos Gestores Públicos cabe a parcela de objetividade na análise dos fatos e suas decisões e práticas devem incidir sobre a possibilidade de melhorias reais no dia a dia da municipalidade. Caraguatatuba vive esse momento: por um lado, conhece os queixumes dos caiçaras que gostariam de retomar a vida pacata de “antes”, que lhes propiciava o sentido de pertencimento e de coparticipação nas questões relevantes para a comunidade; por outro lado, há o clamor permanente dos novos moradores, atraídos pelas possibilidades oferecidas pelos novos negócios e ávidos pela conquista de inéditos patamares de satisfação pessoal e social, que esperaram encontrar ao escolher Caraguatatuba como destino. Assim, a seleção das políticas públicas mais adequadas há que levar em conta ambas as reivindicações, com ações que ao mesmo tempo contemplem a sequência do desenvolvimento desencadeado, a fim de promover o bem estar da população, com o atendimento dos seus direitos fundamentais, bem como responder à população original da cidade, com ações que reforcem, promovam e salvaguardem a memória das práticas caiçaras, numa demonstração de interesse e boa vontade. O fato de ser esse um município voltado ao Turismo, de certo modo, facilita a reflexão dos Gestores quanto a isso, pois é possível desenvolver ações no sentido de contemplar aos dois grupos e ainda promover e ampliar as atividades turísticas. Ao juntar a satisfação dos anseios da população, os Gestores Públicos poderão alavancar tanto aqueles baseados na urgência do dia a dia, através da oferta de

capacitações e empregos, vagas escolares, atendimento médico, entre outros, e, se propor a planejar eventos e ações ordinárias, onde seja preservada e cultivada a ancestralidade caiçara, sem interferências nas propostas originais deles, que possam desfigurar e enfraquecer aquelas manifestações. Ter-se-á, desse modo, uma diversificação de atividades turísticas, distanciadas dos objetivos que alavancaram o início dessa prática, garantindo benefícios à parcelas crescentes da sociedade caraguatatubense. A questão é: a quem serve esse resgate da identidade cultural das populações tradicionais? Às próprias populações, ou a uma nova agenda governamental que incentiva o resgate e a valorização das tradições locais como uma nova forma de turismo, que deixa de ser turismo de segunda residência, ou quaisquer outras modalidades menos relevantes, para ser turismo cultural? A quem quer que sirvam, serão, certamente, bem vindas e acertadas, por voltadas que serão à satisfação da população como um todo. Inclusive para os planejadores e gestores dessas políticas públicas, que colherão mais do que a satisfação com os resultados práticos que tais mediadas alcançarão, fazendo delas, seu mote permanente. O desenvolvimento da cidade não deve se fazer sobre os escombros culturais da sua população original, porque tais perdas tendem a ser irreversíveis, traumáticas e acarretarem consequências imprevisíveis. Sem considerar que abrir mão de uma ancestralidade com os nuances daquela que fundamentou os caiçaras de Caraguatatuba ocasionará mais do que a mera perda cultural. Será, na verdade, prescindir de um tesouro sociocultural, cuja memória remete à própria ancestralidade do Brasil, pois como assevera Ribeiro, 1997, todos os contingentes culturais que chegaram ao Brasil, brancos e negros, tiveram que apoiar-se nos usos e saberes indígenas, para poderem sobreviver nesse inóspito território que era o Brasil dos primeiros tempos. Esse início iria comprometer e definir tudo que se construiria a partir de então.

A contrapartida dessas ações poderia ser o comprometimento do poder público com o resgate das tradições desfiguradas, mutiladas e esquecidas, que, recompostas, fortalecidas e praticadas, poderiam reconstruir o arcabouço da cultura caiçara, sustentáculo do ethos que se deseja recuperar, dando significância aos saberes e aos povos que os praticaram, na trajetória sociocultural e histórica de Caraguatatuba. Poderia também, como já se viu, compor novo e eficaz recurso turístico para usufruto do município como um todo, bem como de sua divulgação e de seus encantos turísticos, capazes de atrair contingentes significativos ao longo do

ano, passando a ser importante reserva de potenciais riquezas para a municipalidade.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A elaboração deste trabalho orientou-se por dois vieses complementares e convergentes, quais sejam:

1 - Desconforto com a perda cultural progressiva que se nota ao observar a cidade e seus moradores, e constatar a diluição das pessoas e do saber que congregam, fazendo surgir outras variantes culturais, de certo modo predominantes hoje, dado o soterramento das tradições locais, face a avalanche cultural trazida pelos intensos e sequentes ciclos migratórios que mudaram o perfil da cidade;

2 - A obrigatoriedade que se impõe diante dessa realidade, e, trazer à tona, a tradição caiçara que permeia a vida da cidade, mesmo que, neste momento, esteja desfigurada e empalidecida, e, por isso mesmo, necessitando que se faça algo urgentemente.

Segundo Gil (1999, p.43):

Como o delineamento expressa em linhas gerais o desenvolvimento da pesquisa, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, torna-se possível, na prática, classificar às pesquisas segundo o seu delineamento.

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados.

Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento e o estudo de caso.

A escolha feita, como se pode constatar, pertence ao primeiro grupo.

E, desse modo, o Mestrado caiu feito uma luva, pois que uma Revisão Bibliográfica de textos sobre Caraguatatuba, poderia conduzir ao efeito procurado, trazendo as respostas adequadas.

Foram escolhidos entre livros, documentos, documentários, teses, artigos, revistas e demais publicações, aquelas que melhor abordavam os temas a serem discutidos e analisados. Nessa seleção foi sempre considerado, para além da qualidade das fontes, um tipo de descrição que despertasse maior interesse nos eventuais leitores. Assim foi feito.

Na medida em que evoluía o texto, buscavam-se novas nuances que viessem a acrescentar e corroborar a visão que norteou o trabalho, isto é, comprovar a existência de um padrão sócio cultural decorrente da formação inicial da vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, onde mesclaram-se, predominantemente, traços

culturais indígenas e brancos, promovendo o surgimento de um *modus vivendi* único, inquestionável e permanente na população caiçara, até os dias atuais.

Uma ligeira pausa para reflexão. Diferentemente das vilas do Brasil que, no período colonial, responderam ao incentivo da colonização e produziram gêneros do interesse da Metrópole, a vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, por razões diversas, não participou relevantemente desses ciclos. Por essa razão a célula inicial para sua formação se compôs, substancialmente, de brancos e índios, pois não havia, naquela época, a presença de negros, porquanto eles só eram encaminhados para os locais em que sua mão de obra fosse utilizada para a produção destinada à exportação, como era o caso da cana de açúcar, no nordeste e do ouro das Minas Gerais, ciclos econômicos ditados pelos colonizadores. Vizinhas de Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião, tiveram franca e significativa participação nesses ciclos econômicos coloniais, contando, portanto, com a atuação da mão de obra do escravo negro. Caraguatatuba, no entanto, isolada e improdutiva, do ponto de vista do colonizador, manteve um padrão de produção para subsistência, como acontecia com a maioria das vilas que não produziam para exportar. Assim, apesar de ausentes na formação inicial que deu origem ao caiçara de Caraguatatuba, os negros que permaneceram na Vila contribuíram para sua definição cultural, tendo eles, por força da necessidade de sobreviver, adotado o padrão de consumo e os hábitos legados, sobretudo, pelos indígenas que participaram da criação da ancestralidade do município. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1997), mesmo nas áreas onde foram abundantes desde o início da colonização,

[...] os negros escravos se viram incorporados compulsoriamente à comunidades atípicas, porque não estavam destinados a atender às necessidades de sua população, mas sim aos desígnios venais do senhor. Nelas, à medida que eram desgastados para produzir o que não consumiam, iam sendo radicalmente deculturados pela erradicação de sua cultura africana. Simultaneamente, vão se aculturando nos modos brasileiros de ser e de fazer, tal como eles eram representados no universo cultural simplificado dos engenhos e das minas. Têm acesso, desse modo, a um corpo de elementos adaptativos, associativos e ideológicos, oriundos daquela protocélula étnica tupi que se consentiu sobreviver nas empresas, para o exercício de funções extraprodutivas. Consegue, ainda assim, exercer influência, seja emprestando dengues ao falar lusitano, seja impregnando todo o seu contexto com o pouco que pode preservar da herança cultural africana. [...] nas crenças religiosas e nas práticas mágicas, a que o negro se apegava no esforço ingente por consolar-se de seu destino e para controlar as ameaças do mundo azaroso em que submergira. Junto com esses valores espirituais, os negros retêm, no mais recôndito de si, tanto reminiscências rítmicas e musicais, como saberes e gostos culinários (Ribeiro, 1997, p.115-117).

Para Ribeiro (1977), a manutenção do negro nessa condição degradante, quase extirpou dele a característica humana, considerando, outrossim, resultado de um esforço de resistência, a herança cultural que foi possível deixarem. No entanto, quando tratamos da formação sociocultural de Caraguatatuba, no Litoral Norte do estado de São Paulo, há que se curvar aos dados levantados por estudiosos das questões locais, como Campos (2000, p.115), que assevera ter havido aqui “um diminuto contingente de escravos”, chegados muito depois do início da colonização, o que explica a pequena ou quase nula participação deles na composição do *ethos* do município.

Invisível, mantido ao abrigo das casas, nos hábitos repetidos, dada sua insignificância, face às transformações que a cidade vivenciou, principalmente nas últimas décadas, sobrevive a “caiçaridade”, teimosa e perseverante, esperando que haja, em algum momento, o necessário empenho para sua redenção.

Assim, passada a surpresa e o impacto das medidas necessárias que acompanharam o crescimento desmedido da cidade, urge retomar o assunto e investir nesta recuperação e fortalecimento da cultura ancestral local.

Foram realizadas muitas leituras, buscando-se nos autores, a mesma indignação e inconformismo com o destino da cultura caiçara que parece ter sido decidido em Caraguatatuba, por pessoas alheias a esse sentir, porque não integram a sua história, não lastimam suas perdas e, indiferentes, seguem o rumo cego da prática política, eficaz para muitos resultados, mas vã para os objetivos propostos neste trabalho.

Encontram-se benignidades, autores que consideram o crescimento e as medidas tomadas, face a isso, como inevitáveis e bem escolhidas. Levantam-se argumentos favoráveis, considerando que tal crescimento trouxe muitas vantagens e progresso material à cidade. Incontestável! Mas não o suficiente para absolver do descaso, do descompromisso em tomar medidas para evitar que as perdas socioculturais ocorressem.

No entanto, equilibrando a brandura de algumas colocações, ocorrem também críticas severas e quase virulentas sobre as ações que não conseguiram frear os desmanches humanos e culturais da gente e do saber caiçara. Embora se saiba que nem as críticas mais pesadas, nem o perdão mais completo, serão capazes de reconstruir aquela antiga realidade, o que se perdeu nas pegadas dos povos que migraram e se estabeleceram em terras caraguatatubenses. Até porque

olhar para o passado, mote de pesquisadores e interpretadores da história, capazes de revelar muito do que se quer esconder, para leigos e apaixonados, no entanto, só serve para atizar saudades, sem efeito retroativo ou restaurador daquilo que se critica.

De todo modo, foi importante descobrir que existe um compartilhamento da visão abordada por este trabalho com a maioria dos teóricos sobre o assunto, pois isso erija a esperança de que sejam providenciadas as medidas para a salvação do padrão cultural que vigorou na Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, berço da cidade que hoje existe, comungando brasileiros de todos os lugares.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Esta pesquisa, de cunho bibliográfico, procurou ideias e opiniões convergentes aos objetivos esboçados, buscou credibilidade e sustentação nos teóricos consultados, entendendo que assim se reforçarão os argumentos em prol do estabelecimento de práticas e políticas públicas que possam resgatar e manter o foco cultural ancestral do município.

Embora compreendendo as razões das modificações culturais que se verificam em qualquer lugar e, em particular em locais de repentino desenvolvimento, não se aceita de ânimo leve o empobrecimento de uma cultura e o conseqüente desaparecimento de tradições que são patrimônios imateriais, construídos ao longo de centenas de anos. Algo poderá e urge que se faça no sentido de uma preservação, no mínimo, *in memoriam*. O que não se pode aceitar é que haja negligência em relação à cultura caiçara e aos recursos para assegurar sua continuidade.

É de se esperar, nessas circunstâncias, que Políticas Públicas existam para promover a preservação cultural das gentes do lugar, a fim de que não se repita o ocorrido em tantos outros lugares, com seus povos e suas culturas destroçadas.

Além disso, será combatendo a ineficácia (aos propósitos deste trabalho) das ações pontuais que, se bem acolhem os recém chegados, minimizam, entretanto, a importância das manifestações culturais procedentes dos antigos hábitos e costumes dos caiçaras, condenando-os à perda inexorável de sua cultura original e ao esquecimento histórico.

Tal procedimento não faria jus aos atrativos da terra e da gente caiçara, sempre capaz de produzir e encantar, seja em seu folclore único, seja em sua saborosa e natural gastronomia aculturada, seja nas histórias didáticas com que educam suas crianças e explicam o mundo e sua diversidade, seja em sua fala corrente e fluida, que encanta os ouvintes, fazendo-os querer ficar e mais ouvir...

O cacife do mundo caiçara é seu encanto, o conhecimento que lhe foi passado oralmente e que, do mesmo modo, repassa aos jovens! Mantê-lo, é magnetizar com esse encanto, todas as novidades que impregnaram a vida em Caraguatatuba, nas últimas décadas. No entanto, será preciso encerrar a fase de elaboração do trabalho e, de posse do título, poder renovar o empenho na execução das propostas, cobrando a quem de direito. Somente após isso é que se poderá

tratar de Resultados concretos. Por ora, há que se contentar com a reciprocidade encontrada na maior parte das obras consultadas, o que aponta para a correção dos objetivos, além de servir para sedimentar os propósitos do trabalho, com a certeza de trilhar o caminho correto, que levará, certamente, à correção dos rumos a que se propõe.

Depois de toda pesquisa, depois das idas e vindas para estabelecer o que se buscava, pode-se, finalmente, opinar a respeito, e deixar aflorar do mais recôndito do ser a ideologia que norteou o trabalho que ora se encerra.

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que o que está aqui descrito e proposto obedece à visão que se tem da cidade e de sua gente, sobretudo aquela parcela que restou dos antigos moradores, guardiões das tradições caiçaras que se enseja preservar/recuperar. Caraguatatuba, inserida numa das mais belas regiões do Brasil, cercada pela Serra do Mar e pela Mata Atlântica, estendida pela planície costeira do Litoral Norte do Estado de São Paulo, ostentando belas e, por vezes, intocadas praias, dona de uma geografia privilegiada, habitada por uma população originalmente formada por brancos e índios, forjada nos primórdios da colonização do país, entre outros atributos igualmente formidáveis, demanda uma atenção especial, no que concerne ao “salvamento” dessas suas características e qualidades.

O fato de seu desenvolvimento ser fenômeno relativamente recente, favorece o conhecimento subjetivo que se tem dela e de sua gente original, pois em 1950 ainda não se tinha desencadeado nenhum dos fatos propulsores de suas espetaculares transformações. Quando se fala da identidade caiçara tem-se como referência aquela que existiu, caracterizando o povo local, antes do recente surto desenvolvimentista; ou a que segue existindo, perseverante, revelando a resistência daqueles que ainda a praticam, impedindo que modificações culturais importadas, devastem o que ainda há de original na cultura local. Essa proximidade temporal com aquela Caraguatatuba que provoca saudade nos mais antigos, nos torna seus cúmplices, no desejo de que nada mais se perca, nos desvãos da gestão política, que, mesmo bem intencionada, acaba, como se viu na Festa de São Pedro Pescador, contribuindo para o seu desaparecimento. Quando se conversa com famílias caiçaras, ouvindo seu jeito fluído de falar, a naturalidade de suas expressões que, não raro remetem ao falar antigo dos colonizadores, empregando palavras desconhecidas em outros lugares e de uso generalizado e compartilhado

por todos, com a naturalidade que se tem no uso das coisas próprias; ou quando, à mesa, se delicia com os sabores da cozinha caiçara, natural, simples e saborosa, composta de peixes, mariscos, lulas, polvos, camarões, raízes, tubérculos, frutas, farinhas, entre outras iguarias; quando se ouve as histórias que contam, sobretudo às crianças, desejando mais do que distraí-las, educa-las, já que todas as histórias têm ensinamentos pontuais... tem-se a nítida impressão de que urge alguma e efetiva ação para salvar Caraguatatuba e seus atributos, como deseja a gente do lugar, e como indicaria o bom senso e o bom gosto.

Lugares que ganharam *status* de “Patrimônio da Humanidade” obedecem exatamente a essa indicação, de que não se perca a arquitetura, a história, a cultura material e imaterial do lugar, por sua originalidade, beleza e significância.

Assim é para Caraguatatuba e para qualquer lugar cuja trajetória revele nuances tão originais, que devam ser preservados ou, na pior das hipóteses, resgatados. Seria para outro momento, outro trabalho o levantamento minucioso dessas características, pela grandiosidade do que se teria a relatar. Pela quantidade e originalidade das histórias, pela variedade dos sabores, pela profusão dos saberes que guardam seus derradeiros representantes, por toda significância de sua trajetória de resistência, desde o surto de varíola que devastou e esvaziou a vila recém fundada, até a avalanche étnico cultural trazida pelas migrações que vem mudando, gradativa e tenazmente, a face do município, desde o último quartel do século XX, é que se desfralda a bandeira da preservação, do salvamento das instituições, costumes e tradições produzidos pelos caiçaras de Caraguatatuba. Se, a partir deste trabalho, for possível sensibilizar e comprometer aqueles que têm sob sua responsabilidade gerir o destino da cidade, e passarem a ser discutidas as ações de recuperação das tradições e costumes ancestrais da cidade, então ele terá se justificado.

A cultura de um povo é o que lhe revela a alma. A alma de Caraguatatuba, forjada naquela primitiva Vila de Santo Antônio, combalida por muitos desgastes, luta e se rebela para não sucumbir de vez à virulência do descaso, do estabelecimento de outras prioridades, e assim, engessada e desfigurada, comparece aqui para resistir mais uma vez, de cara pintada com as cores da guerra, com altas botas de couro e facão mateiro nas mãos, altiva, para mais um embate, entre os muitos que já travou!

5. CONCLUSÕES

O que se pretendeu com esse trabalho foi demonstrar que, surgida do empenho dos colonizadores e da disponibilidade dos gueromimis, cuja presença e saberes eivaram a cultura das gentes desse lugar, Caraguatatuba se manteve guardiã dela durante séculos, usufruindo dos benefícios desse legado, que respondia a todas as necessidades do grupo que aqui se estabeleceu, desde seus primórdios. Em outras palavras, os habitantes da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, apropriando-se dos saberes resultantes do processo de aculturação entre índios e brancos, principalmente, definiram um padrão de consumo, uma prática laborativa, uma conduta ética em relação à natureza dentro da qual o grupo se desenvolveu, que os caracterizam como caiçaras.

Desse modo, usando os conhecimentos tradicionais, consumindo os recursos disponíveis, de modo sustentável e permanente, resguardando tradições e costumes antigos, buscando gradativamente integrar-se à vida nacional, a povoação atravessou períodos de estagnação e avanços em sua trajetória de vida, sem, no entanto, prescindir de suas características essenciais e definidoras. A pesquisa que engendrou a análise dos eventos ocorridos desde a sua criação como vila e da formação de sua identidade cultural, permitem concluir que foi atingido o propósito fundamental deste trabalho.

A vila avançou, desde a sua fundação, no século XVII, estabelecendo uma história de medíocres contribuições nacionais, desde o Período Colonial, sem grandes alterações durante o Império e nos anos e décadas iniciais da República.

Tornando-se cidade, preservando suas tradições e hábitos, alcançou o século XX, quando então iniciaram-se grandes transformações que a colocaram no cenário nacional, com o estabelecimento de relações comerciais ligadas à importação e exportação de produtos. Foi o momento em que os caiçaras ingressaram num mundo do trabalho muito diferente do que conheciam até então, com o pressuposto de vínculos empregatícios, novidade para eles que em sua maioria, até então, dedicavam-se tão somente às atividades de subsistência e à pesca.

A partir da segunda metade do século XX, em decorrência do crescimento das atividades turísticas e da conseqüente especulação imobiliária, os caiçaras de Caraguatatuba passaram a ser expropriados de suas terras e casas, vendidas a preços irrisórios, restando-lhes buscar outros locais da cidade para viver e morar,

distantes de seus locais de origem. Criaram, assim, redutos caiçaras em novos bairros, que, na medida em que a cidade crescia e se diversificava, iam também empurrando essa população para outras áreas. Hoje, encontram-se famílias caiçaras residindo no Bairro Ipiranga, tradicional reduto dessa população. Mas há famílias egressas de outros bairros (Tabatinga e Massaguaçu) residindo no Tinga, e no Rio do Ouro, bairros da cidade que ficam mais distantes do mar.

Se, por um lado, o crescimento das atividades turísticas e a especulação imobiliária que se estabeleceram, foram responsáveis pela expropriação do homem da terra, alterando sua posição social, sitiando-o dentro de nichos ou redutos caiçaras da cidade, fazendo minguar as manifestações de sua ancestralidade até quase a extinção de suas tradições, por outro lado, exatamente por influência dessas mesmas forças, iniciou-se um ciclo desenvolvimentista nunca antes havido na cidade.

É verdade também que tal desenvolvimento foi precedido por importantes levadas migratórias, atendendo às necessidades da construção civil, deflagradas pela especulação imobiliária, na busca pela construção das “moradas de praia”. Essas migrações, vindas sobretudo do norte de Minas Gerais e também do Nordeste, foram o grande impulso para o desenvolvimento urbano que se seguiu. No entanto, contribuíram grandemente para a descaracterização da cultura local, vez que, por força da quantidade de pessoas chegadas, lhes foi possível impor seu *modus vivendi*, seus hábitos e costumes, contribuindo para a fragilização da cultura caiçara.

Nos anos finais do Século XX e início do Século XXI, com a descoberta do pré-sal e com a instalação da Base de Exploração de Gás em Caraguatatuba, avolumou-se grandemente a migração com destino ao município, fazendo crescer, como nunca, sua população e suas fronteiras urbanas. Desse modo, tornaram-se urgentíssimas as medidas tomadas pela Administração Municipal no intuito da prevenção da chegada desse fluxo humano, com todas as demandas que, certamente, trariam.

Assim, Caraguatatuba é hoje o principal polo irradiador de influências e atendimento às necessidades da população da região, seja em relação ao comércio, à educação, ao lazer, aos atendimentos institucionais públicos e privados em geral, enfim, fazendo-a referência entre os municípios vizinhos, que a procuram para solução de suas demandas. Há que se reconhecer os méritos de sua Administração Municipal, que se antecipou aos problemas advindos do rápido crescimento,

planejando ações, investimentos e aceitando o desafio de atender à crescente demanda por serviços públicos de uma população em expansão, tanto numérica como em suas necessidades fundamentais. No entanto, a despeito dos méritos administrativos que puderam absorver grande parte das demandas atuais da população do município, é necessário reiterar o mote deste trabalho: a necessidade de destacar a formação ancestral da cidade, merecedora de políticas públicas capazes de reconhecê-las e nelas investir para que as características que compõem o *ethos* de Caraguatatuba não mais se fragilizem ao peso dos novos moradores e jamais se percam de sua história. São estes os fatos que conduzem, finalmente, à conclusão de que também foram alcançados os restantes objetivos, descritos aqui, em suas páginas iniciais. No entanto, ficará um desafio às novas e vindouras gerações, a quem estará disponível o cabedal de informações, produzidas ao longo da pesquisa que redundou no presente trabalho.

Mas, certamente, a antiga Caraguatatuba, bucólica e eivada de prendas e predicados inesquecíveis, que assim persistiu até meados do século vinte, desapareceu sob os escombros da Catástrofe, ressurgiu, vigorosa, transmutada em paraíso turístico, foi tomada de assalto pelos empreendimentos imobiliários, que também trouxeram as primeiras levas migratórias e hoje, como uma noiva virgem, espera, entre temerosa e afoita, pela chegada volumosa dos petrodólares, que serão responsáveis, certamente, pela transformação final, derradeira fronteira, atrás da qual ainda se contorcerão, vivos porém, os saberes e fazeres caiçaras, a herança ancestral, a história que não sucumbe e não desiste. O desafio é preservá-los para que as novas gerações os conheçam, desfrutem e honrem aqueles homens e mulheres que edificaram este lugar e esta cultura, generosamente oferecidos aos que chegaram e ainda chegarão, para, privilegiados, compartilharem a terra que graciosamente os acolheu, e é, desde sempre, a Caraguatatuba, bonita, “onde habita, o cortês e gentil caiçara”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia. vol.43, n.1. São Paulo (SP). 2000 [acesso em 12 out 2014]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000100005&script=sci_arttext

Araujo ACH. A hecatombe em Caraguatatuba – 1967. Blog do Tano. 15/01/2011 [acesso em 12 mar 2015]. Disponível em: <http://blogdotano.blogspot.com.br/2011/01/hecatombe-em-caraguatatuba-1967.html>

Branco A, Caseiro F. Cultura Caiçara - resgate de um povo. Peruíbe (SP): Etecê; 2005.

Campos JF, organizador. Santo Antônio de Caraguatatuba: Memória e Tradição de um Povo. Caraguatatuba (SP): FUNDACC; 2000.

Caraguatatuba. Governo Municipal. História da cidade. 2015 [acesso em 28 abr 2015]. Disponível em: http://www.portal.caraguatatuba.sp.gov.br/caragua_conteudo.php?id=42

Castro LMFB, Mello LF, Souza CO, Penna LG. Mudança climática, riscos e vulnerabilidade: um estudo dos eventos ocorridos em 1967 e 1996 na planície litorânea de Caraguatatuba. CLIMEP. Climatologia e estudos da paisagem, v.6, p.22-43, 2012.

Corá MJ. Pré-sal X Caraguatatuba: Qual a relação? Revista Pensamento & Realidade. Ano XIV, v.26, n.3. São Paulo (SP). 2011 [acesso em 12 abr 2015]. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/8081/5968>

Corá MJ. Impactos do pré-sal no uso e ocupação do solo de Caraguatatuba, SP. São Paulo. Dissertação de Mestrado – USP; 2013 [acesso em 12 abr 2015]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-04072013-164000/en.php>

Cunha GN. Para o Brasil, com amor (e fúria). História do Brasil por quem mais entende do assunto. Revista de História.com.br. 8/2/2013 [acesso em 13 mar 2015]. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/cine-historia/para-o-brasil-com-amor-e-furia>

Diegues ACS. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. Col. “Ensaio”.

São Paulo: Ática; 1983.

Diegues ACS. Comunidades Litorâneas e os Manguezais do Brasil. In: Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira: Estrutura, Função e Manejo, 2, 1990. São Paulo. Anais... Artigos, p.1-21.

Diegues ACS. As populações humanas em áreas naturais protegidas da Mata Atlântica: Ecologia humana e planejamento costeiro. 1996 [acesso em 20 mar 2014]. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/>

Diegues ACS. O Mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: Hucitec; 2002.

Diegues ACS, Fortes Filho P. Enciclopédia Caiçara – Vol. 2: Falares Caiçaras. São Paulo: NUPAUB-CEC/USP; 2005.

Fonseca ASS, Devoção e festa: uma análise do cotidiano da comunidade de Camaroeiro em Caraguatatuba/SP (1950-2010). 2013 [acesso em 28 ago 2014]. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2013/anais/arquivos/0336_0078_01.pdf

Freitas JS. Gestão da Zona Costeira: Políticas Públicas e Atores Sociais na Praia da Cocanha, Caraguatatuba, São Paulo. São Paulo. Dissertação de Mestrado – USP; 2012 [acesso em: 02/03/2015]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-23012013-154913/pt-br.php>

Garrido M. Fazenda dos Ingleses: no litoral norte do Estado de São Paulo (um bocado de história). Santos/SP: Danúbio, 1988. In: Campos JF, organizador. Santo Antônio de Caraguatatuba – Memória e Tradição de um Povo. Caraguatatuba (SP): FUNDACC; 2000.

Gigliotti CMC, Santos MJ. A expansão urbana de Caraguatatuba (1950-2010): uma análise das transformações sócio espaciais. 2013. Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia (MG), v.14, n.46, p.150–159, Jun/2013 [acesso em: 02/11/2014]. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=-UpJiygAAAAJ&hl=pt-BR>

Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Gomes MC. Cultura e Identidade: Reflexões Sobre Uma Nova Questão Social na Política Mundial. 2005. Revista Em Debate. PUC. Rio de Janeiro. v.1, 2005 [acesso em: 07/07/2015]. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6562/6562.PDF>

Google Maps. Mapa do Brasil [acesso em 15 fev 2015]. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-23.6237396,-45.416861,15z>

Holanda SB. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense; Publifolha; 2000.

Kok G. Uma fazenda inglesa no universo caiçara. São Paulo: Neotropica; 2012.

Lemes, D. Projeto de História Oral “Recontando Caraguá”. Arquivo Público Municipal “Arino Santana de Barros”. Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba. Caraguatatuba – SP. 2015.

Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social. Resumo executivo – Caraguatatuba. 2012 [acesso em 12 abr 2015]. Disponível em: <http://litoralsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Resumo-Executivo-Caraguatatuba-Litoral-Sustent%C3%A1vel.pdf>

Marandola Júnior E, Marques C, Paula LT, Cassaneli LB. Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo [acesso em 21 out 2014]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n1/v30n1a03>

Mello LF, Zanetti V, Papali MA. Brasil, Éden desmoronado: desastres naturais no Brasil contemporâneo. Revista Ambiente & Sociedade. out.-dez. 2014, v.XVII, n.4. p.95-116. São Paulo (SP). 2014 [acesso em 14 mar 2015]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000400006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Miyazaki VK, Whitacker AM. (Re) Estruturação Urbana e da Cidade: Um Estudo Sobre Forma e Morfologia Urbana em Cidades de Porte Médio. In: XIII Seminário Internacionao RII – VII Taller de Editores Rier, 2014. Salvador (BA) [acesso em 18 jul 2015]. Disponível em: http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt6/GT6_VITOR.pdf

Muterle MCC. Economia Popular: Estratégia para sobreviver e trocar em diferentes contextos do Brasil e do Litoral Norte Paulista. In: VI SEMINÁRIO DO TRABALHO – Trabalho, Economia e Educação no Século XXI, 2008. Marília (PR). Anais do VI Seminário do Trabalho [acesso em 24 out 2014]. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/mariadocarmocataldimuterle.pdf>

Oliveira RR. Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental. In: III Encontro da ANPPAS, Brasília/DF, 23 a 26 de maio de 2006 [acesso em 12 out 2014]. Disponível

em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/.../TA633-07032006-163624.DOC

Paes SR. Espaço da vida, espaço da morte na trajetória caiçara. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara, 1998 [acesso em 21 mar 2014]. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/75058/78625>

Paes SR. A Herança Indígena na Cultura Caiçara. 2010. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v.17, n.3, set/dez. 2010 [acesso em 24 out 2014]. Disponível em:

[http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo2\(1\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo2(1).pdf)

Patrício J. Caraguatatuba: o dia em que a serra caiu. Diário do Comércio. 06/jan/2010 [acesso em 12 mar 2015]. Disponível em:

http://issuu.com/diario_do_comercio/docs/140111/10

Pereira AB. Mata Atlântica: Uma Abordagem Geográfica. Nucleus, v.6, n.1, abr. 2009 [acesso em 17 mar 2015]. Disponível em:

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4033686>

Petrobras - Instituto Pólis. Crescimento Rápido e Intenso do Município e suas Consequências: Diagnóstico Urbano Socioambiental. Caraguatatuba: Convênio Petrobras - Instituto Pólis; março de 2013. Relatório nº 6 [acesso em 18 abr 2015]. Disponível em: http://litoralsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2013/04/1.-Caraguatatuba_18.03.13.pdf

Prezia BAG. Os Tupi de Piratininga: Acolhida, resistência e colaboração. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUCSP, São Paulo (SP), 2008 [acesso em 21 mar 2014]. Disponível em:

http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7900

Ribeiro D. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.

Rocha EP. Nomes, rezas e anzóis: tradição e herança caiçara. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba (PR), 2005 [acesso em 15 set 2014]. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=65979

Santilli M. Os índios no Brasil. In: _____. Os brasileiros e os índios. São Paulo: Senac; 2000.

Seixas SRC, Barbosa RV, Renk M, Asmus GF, Mello AYI. Mudanças ambientais

globais e saúde: uma abordagem preliminar sobre o município de Caraguatatuba, litoral norte paulista. *Teoria & Pesquisa*, v. 19(2), p.29-59, 2010 [acesso em 25 mar 2015]. Disponível em:

<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/220/170>

Seixas SRC, Hoeffel JLM, Renk M, Vieira AS, Mello LF, Vianna PVC. Mudanças Ambientais Globais, Vulnerabilidade e Risco: Impactos na Subjetividade em Caraguatatuba, Litoral Norte Paulista. *Revista VITAS – Visões transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*. n.1, p.1-28, 2011 [acesso em 22 out 2014]. Disponível em:

<http://www.uff.br/revistavitas/images/artigos/Mudan%C3%A7as%20ambientais%20S eixas%20et%20al%20-%20Artigo%20VITAS%2028-09-11.pdf>

Souza SC. Transformações sociais e econômicas e a mudança na configuração do campo político local no município de Caraguatatuba (SP). *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. Londrina (PR), v.17, n.1, p.216, 2012 [acesso em 15 set 2014]. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2012.v17n1p216/10994>